

A DIÁSPORA DO POVO GAÚCHO



PEDRO SIMON
Senador



SENADO FEDERAL
SENADOR PEDRO SIMON

A DIÁSPORA DO POVO GAÚCHO

BRASÍLIA – 2009

Foto da capa: Acervo do Espaço Cultural do Incra.

Simon, Pedro.

A diáspora do povo gaúcho/Pedro Simon. –
Brasília : Senado Federal, 2009.

191 p.

1. Emigração, Rio Grande do Sul. 2. Migração
interna, Brasil. 3. Êxodo rural, Brasil. I. Título.

CDD 304.8098165

SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação	5
Panorama geral do êxodo.....	19
Santa Catarina: o começo da saga	39
A marcha até o Paraná.....	55
A conquista do Cerrado.....	67
A pujança de Mato Grosso	89
A ocupação da Amazônia.....	111
A força do tradicionalismo	135
Anexos	
Reportagens.....	153
A diáspora gaúcha	155
Bah, é Minas, tchê!	163
Piauí vira novo eldorado para os gaúchos.....	165
História peculiar de uma gente em terra inóspita... ..	168
Pronunciamentos sobre o êxodo	173
Pronunciamento em 4 de agosto de 1970	175
Pronunciamento em 27 de outubro de 1970.....	186
Pronunciamento em 11 de setembro de 1971	188

APRESENTAÇÃO

Há muitas décadas a migração de agricultores gaúchos para todos os rincões do Brasil é um tema que, pela sua grandeza, me chama a atenção. Passei então a estudá-lo com muito interesse. Os números do êxodo dos nossos conterrâneos são grandiosos. Estima-se que hoje um milhão e duzentos mil gaúchos vivam fora das divisas do Estado.

Assim, recentemente, resolvi esboçar, da tribuna do Senado, um painel dessa verdadeira diáspora do nosso povo. É assunto que interessa a todos os brasileiros. É assunto que interessa a todos senadores, em especial àqueles cujos Estados tiveram sua vida econômica totalmente modificada com a chegada dos gaúchos. E esses Estados são muitos.

Acompanho ao longo de toda a minha vida política a saída do nosso Estado de um grande número de pessoas. Há entre os migrantes um bom número de profissionais liberais e de pessoas diplomadas em universidades que partem em busca de uma vida melhor nas grandes cidades do centro do país. Os estudos demográficos apontam ainda que é importante o número de trabalhadores que vão tentar a vida em cidades industriais dos Estados vizinhos. São numerosos ainda os casos de funcionários públicos federais, civis ou militares, transferidos. Os oficiais e graduados gaúchos são numerosos dentro do Exército Brasileiro, por exemplo.

O que sempre me impressionou mais foi a saída em massa dos nossos agricultores, que formam a corrente migratória de longe a mais numerosa deste país. Cabe aqui um parêntese. Fala-se muito na migração de cidadãos nordestinos para o centro do País, em especial para o Estado de São Paulo. Mas a verdade é: são vários os

estados do Nordeste que fornecem esses migrantes. Isoladamente, creio, o Rio Grande do Sul é a unidade da Federação cujos habitantes mais saem em busca de outros horizontes. A partida do homem do campo, que deixa para trás a terra onde nasceu e da qual aprendeu a tirar o seu sustento, me parece a mais dramática de todas as migrações.

Ao longo dos últimos quarenta anos, o Rio Grande perdeu muita gente que foi em busca de um pedaço maior de terra nas novas fronteiras agrícolas que estavam sendo abertas na região dos cerrados e das grandes florestas. Com sua extraordinária experiência agrícola e com sua profunda dedicação ao trabalho, esses pioneiros gaúchos afrontaram inúmeros desafios e acabaram transformando em celeiro o que antes era terra devoluta.

Um outro motivo que me levou a fazer essa série de pronunciamentos foi o desinteresse que, em geral, os políticos eleitos pelas cidades e muitos dos governantes demonstram em relação ao homem do campo. O que me impressiona é que, na vida política nacional, poucos percebem que os superávits agrícolas vêm garantindo – e há muito tempo! – as contas externas do país. Se não fosse a nossa agricultura tão competente, tão múltipla, eficiente, estaríamos amargando grandes dificuldades nas nossas contas com o exterior.

Ora, quando se fala em superávit agrícola, temos que, obrigatoriamente, citar os gaúchos. E não me refiro apenas àqueles que vivem no Rio Grande. Eu estou me reportando a todos os nossos irmãos que transformaram a face econômica de inúmeros outros Estados da Federação.

Pode parecer imodesto o que vou dizer, mas a verdade é que o Brasil só é uma potência na produção de alimentos por causa da migração dos gaúchos. Isso é fácil comprovar com dados estatísticos.

PRODUÇÃO

Para comprovar o que digo, basta examinar o quadro da atividade agrícola dos últimos trinta anos. Como se sabe, a produção

brasileira de grãos saltou de 47 milhões de toneladas, na safra 1976/1977, para 122 milhões de toneladas em 2005/2006. O crescimento, portanto, foi da ordem de 260 por cento em uma década. Porém, quando se observa isoladamente a produção daqueles Estados que receberam as maiores levas de agricultores vindos do sul a verdade do que estou afirmando é ainda mais contundente.

O caso mais impressionante é, sem dúvida, o da Bahia. Ninguém desconhece que aquela unidade da federação tornou-se uma potência na produção de grãos depois do desembarque em massa de agricultores sul-rio-grandenses no Oeste daquele Estado nos últimos quinze, vinte anos. Aquele Estado registrou um salto impressionante de 900 por cento no que produziu nos últimos trinta anos. Repito: 900 por cento em três décadas. Saltou de 460 mil toneladas para 4,1 milhões de toneladas em anos recentes.

Em segundo lugar está Minas Gerais, cujas safras de grãos tiveram um aumento de 870 por cento. Num pronunciamento que fiz sobre a abertura de fronteiras agrícolas mostrei a presença maciça de produtores gaúchos naquele Estado, principalmente nas cidades próximas a Brasília e também citei o caso surpreendente de Chapada Gaúcha, município que se tornou um pólo de riqueza no empobrecido Norte mineiro.

O terceiro caso mais notável é o do Mato Grosso, onde se estima que vivam hoje 100 mil gaúchos. A produção daquele Estado cresceu 740 por cento nas trinta últimas safras. O quarto maior crescimento, da ordem de 500 por cento, foi registrado em Rondônia. A seguir, vêm Goiás e Piauí com, respectivamente, 443 por cento e 296 por cento.

Ora, como é sabido, todos esses Estados receberam grandes levas de agricultores gaúchos que se destacam em geral pela produção de soja e de arroz.

Quem for examinar as estatísticas sobre produtividade também verá que as colheitas se tornaram muito mais fartas nos Estados que receberam fortes correntes de agricultores vindos do sul. O

exemplo mais marcante é igualmente o da Bahia, cuja produtividade por hectare subiu de 499 quilos, na safra 1976/77, para 1.481 quilos na safra 2005/2006. Ou seja, registrou um crescimento de cerca de 300 por cento em uma década.

CONTAS NACIONAIS

Passo agora para o impacto da nossa diáspora nas contas brasileiras. Em 2007, o Brasil registrou nas suas contas externas um superávit total de 40 bilhões de dólares. Porém, quando vamos examinamos o superávit agrícola constatamos quem ele foi, no mesmo ano, de 49,7 bilhões de dólares. Portanto, na verdade, o país teve um déficit de 9 bilhões de dólares. Quem garantiu nossas contas, em suma, foi a produção agrícola.

Vejamos isso com mais detalhes. Em 2007, o país conseguiu exportar o equivalente a 58 bilhões e 400 milhões de dólares em produtos da agropecuária, ao mesmo tempo em que importava apenas 8 bilhões e 700 milhões de dólares. Portanto, aí está o superávit de 49,7 bilhões de dólares.

Simultaneamente, no que se refere ao total das transações comerciais, o Brasil exportou o equivalente a 160 bilhões e 600 milhões de dólares e importou o valor correspondente a 120 bilhões e 600 milhões de dólares. Aí está, pois, o saldo total de nosso balanço comercial: 40 bilhões de dólares. Saldo que foi sustentado pelo nosso ganho na agricultura.

Mas o que é preciso destacar é que aquilo que ocorreu no ano passado não é um fato isolado. Isso já vem ocorrendo há muito mais tempo. Quando examinamos as contas entre 1989 e 2007, vemos que o superávit agrícola é, em todos os anos, sempre maior do que o nacional. Nesses 19 anos mencionados acima, o superávit agrícola somou 378 bilhões de dólares, enquanto o superávit nacional foi de apenas 274 bilhões.

DÉCADA DE 70

Como disse de início, esse assunto – a diáspora do povo gaúcho – é algo que me preocupa há décadas. Fui testemunha da ida dos primeiros colonos gaúchos para a Amazônia, durante o governo militar, no começo dos anos 70. E participei dos intensos debates que foram então travados na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul sobre o tema.

Penso que, se tivéssemos feito uma reforma agrária ainda na primeira metade do século passado, não teria ocorrido esse êxodo em massa da nossa gente. Na verdade, a reforma agrária é uma necessidade que o Brasil deveria ter enfrentado ainda no século XIX, mas que, pela omissão de sucessivos governos, permanece latente hoje em dia.

É importante lembrar que, nos primórdios da década de 70, era extremamente delicado falar sobre esses temas. Vivíamos o tempo do arbítrio. Pela legislação então vigente, qualquer opinião poderia ser considerada uma “ameaça à segurança nacional”. E seu autor poderia pagar com o banimento da vida pública.

Quero ressaltar aqui que, nos meus pronunciamentos na Assembléia gaúcha, eu não me posicionava contra a migração dos gaúchos para a Amazônia, que então estava sendo promovida pelo regime militar. Inúmeros assentamentos surgiam à margem das rodovias que então estavam sendo abertas. Havia um interesse do governo militar em ocupar com homens aquelas vastidões de terras devolutas.

Na verdade, o que eu defendia com ênfase era que, primordialmente, a transferência dos nossos agricultores sem terra deveria ser feita para a Metade Sul do nosso próprio Estado, onde tínhamos grandes extensões de campo mal utilizadas.

Para contextualizar melhor esses pronunciamentos, eu gostaria de falar um pouco da questão da terra ao longo da história brasileira. Afinal, foi a maneira como o Brasil lidou com suas terras

que acabou gerando grandes problemas, entre os quais eu incluo o êxito maciço dos nossos contrerrâneos.

OPORTUNIDADE PERDIDA

Infelizmente, o Brasil não fez a reforma agrária no momento mais propício, que teria sido no final do século XIX. Naquela época tínhamos, de um lado, uma enormidade de terras sem titulação e, de outro, notadamente ao final da escravatura, milhões de homens recém libertos, que poderiam ter recebido um pedaço de chão para dali tirarem o alimento para si e para os seus.

Penso que mesmo mais adiante, durante a primeira metade do século passado, ainda teria sido relativamente fácil dar terras a todos que nelas quisessem trabalhar.

Ora, como isso não ocorreu, nos vemos ainda hoje, no início do século XXI, sucederem-se as lutas pela posse da terra, os assassinatos de camponeses e de suas lideranças e a devastação das florestas.

Quero fazer aqui algumas reflexões sobre as questões sempre palpitantes da posse e do uso da terra, da reforma agrária e da migração do homem do campo, que, como disse anteriormente, estão unidas. E, quando eu falo de migração, eu me refiro especialmente aos agricultores gaúchos porque foram eles os brasileiros que mais terras incorporaram ao sistema produtivo do país.

O que eu gostaria de destacar é que o Brasil começou a se transformar numa potência na produção de alimentos quando, no início do século XX, os filhos dos imigrantes italianos e alemães estabelecidos no nosso Estado começaram a adentrar o território catarinense, então tomado pelas florestas.

Naquele Estado vizinho reproduziu-se o modelo dos nosso primeiros imigrantes, que em pequenas propriedades praticavam uma agricultura de subsistência. Dezenas de cidades que estão hoje entre as maiores de Santa Catarina foram fundadas pelos gaúchos no Oeste e no Meio-Oeste daquele Estado.

Depois que essas terras foram incorporadas à produção, num processo que se estendeu por três ou quatro décadas, a maré humana formada pelos agricultores gaúchos e seus familiares avançou para o Oeste do Paraná. Nessa nova fronteira, muitas das terras foram vendidas por empresas colonizadoras com sede no Rio Grande do Sul.

Ao longo de todo esse tempo, os gaúchos continuavam a sair do Estado por um mesmo motivo: o excessivo fracionamento das propriedades em função das divisões entre filhos nos inventários.

Porém, a questão do campo se agrava a partir dos anos 50, quando começa a mecanização das lavouras. Ao mesmo tempo, o país ingressa num período de acelerada industrialização. Os cidadãos das pequenas cidades e do campo acorrem às grandes cidades em busca de um trabalho melhor remunerado ou em busca de educação para seus filhos.

No começo dos anos 70, desata-se a grande migração. Os gaúchos e também os filhos de gaúchos nascidos em Santa Catarina e no Paraná avançam em grandes fluxos para o Norte. Basicamente, todos queriam uma porção maior de terras para plantar. O processo de mecanização da agricultura passara a permitir que um grupo familiar, com a ajuda de tratores e colheitadeiras, pudesse explorar uma área bem mais extensa.

Paralelamente, começava o avanço da biotecnologia. Surgia a Embrapa, empresa que orgulha todos os brasileiros. Os solos passaram a ser estudados e melhorados com corretivos. As sementes são aperfeiçoadas. Novos e melhores defensivos combatem o surgimento de pragas.

Ao longo dos anos 70, mas com maior velocidade no final daquela década e até a metade dos anos 80, os gaúchos se espraiam por Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Pará, Amazonas, Brasília, Goiás, Minas Gerais, Bahia e Maranhão. Na década de 90, será a vez do Piauí.

CONCENTRAÇÃO DAS TERRAS

Se examinarmos com cuidado a história do nosso País veremos que ela transcorre sob o signo da devastação das riquezas naturais e da concentração da terra, duas pragas que se arrastam até nossos dias.

Já no nascimento da Nação, em pouco mais de três décadas, os portugueses destruíram as matas de pau-brasil da nossa costa, a primeira riqueza que aqui foi explorada. Depois, para povoar e defender a nova terra, a Coroa portuguesa concedeu grandes extensões de terras – chamadas capitanias – a cidadãos de posses que pudessem explorá-las.

A seguir, tem início o ciclo de exploração da cana-de-açúcar, que, por quase três séculos, seria desenvolvido com a utilização de mão-de-obra escrava.

Logo após a Independência, em 1822, houve um breve período em que homens livres, aproveitando brechas na lei, tomaram posse de pequenas áreas de terras devolutas. Porém, o número de posseiros foi tão reduzido que nada mudou no panorama agrário.

Em 1850, com a edição da Lei das Terras, o Império proibiu a ocupação de áreas públicas e determinou que a aquisição de terras seria restrita a grandes glebas, obrigatoriamente pagas em dinheiro. Essa lei inviabilizou a pequena propriedade.

Com a Abolição, em 1888, formou-se um imenso contingente de trabalhadores livres que poderiam ter sido incorporados à atividade agrícola, se não fossem impedidos, pela Lei das Terras, de adquirir e cultivar seu próprio pedaço de chão.

Depois do fim do tráfico de escravos, surgiram algumas iniciativas do Governo imperial para trazer colonos europeus para o Brasil. Na época, três grandes nações em formação – Estados Unidos, Argentina e Austrália - disputavam essa mesma mão de obra.

Aliás, quero fazer aqui um comentário paralelo. Foi justamente com a “exportação” de milhões de seus cidadãos mais pobres para os novos países que as nações européias, como Alemanha, Itália, Portugal e Espanha, conseguiram superar os graves problemas decorrentes da industrialização – o desemprego e a fome – que se expandia pelo continente europeu.

No Brasil, os colonos vindos da Europa foram concentrados no Sul porque o governo imperial temia a invasão daquelas terras por tropas de países vizinhos, mais especificamente pela Argentina. Os imigrantes alemães, que chegaram primeiro, foram instalados em vilas às margens dos principais rios do Rio Grande do Sul. Os italianos, que desembarcaram depois, ganharam pequenos lotes na região serrana, então totalmente tomada pelas matas.

Aliás, foi justamente por causa de uma divisão equânime das terras que as estruturas fundiárias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina ainda hoje se diferenciam do resto do país. Como temos maior número de pequenas propriedades, a renda dos nossos agricultores acaba sendo maior do que a média no resto do país.

Voltando à questão da terra, lembro que nem mesmo a chegada da República, em 1889, alterou o perfil da distribuição de terras. O poder político continuou nas mãos dos oligarcas regionais, todos eles latifundiários. Terra era sinônimo de poder político.

Só no final dos anos 50 e início dos anos 60, com a industrialização e a urbanização do país, é que a questão fundiária começou a ser debatida pela sociedade brasileira.

Por tudo o que alinhei anteriormente, o Brasil hoje é campeão em estatísticas que nos envergonham: é o primeiro do mundo em concentração de renda e o primeiro em concentração de terras. O número é quase inacreditável: estima-se que, hoje, menos de três por cento dos proprietários possuam mais da metade das terras agricultáveis. Na outra ponta, temos quatro milhões de famílias de trabalhadores rurais que não possuem terra e vivem na mais extrema pobreza.

REGIME MILITAR

Instalado o regime militar, em 1964, os novos governantes, surpreendentemente, incluíram a reforma agrária entre suas prioridades. Em novembro daquele ano o presidente Castello Branco sancionou o Estatuto da Terra. Pouco depois, o governo criou o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), em substituição à Supra. Esses dois órgãos se fundiriam, em julho de 1970, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A idéia inicial do governo militar era enviar para a Amazônia - ao longo da Rodovia Transamazônica, que estava sendo aberta - agricultores sem terra do Nordeste e do Sul, sendo que dois terços das vagas seriam para os nordestinos e um terço para os sulistas. No entanto, na prática, a grande maioria das famílias contempladas com lotes saiu do extremo Sul do país.

No afã de povoar aquelas regiões remotas, foram criados inúmeros programas de assentamento durante o governo militar. Mais tarde ficou claro que, apesar de o custo desses programas ter sido elevado, o número de famílias assentadas foi reduzido e o impacto socioeconômico sobre a região foi pequeno. Os problemas detectados de início fizeram com que boa parte dos contemplados com lotes acabasse voltando ao sul depois de algum tempo. Muitos agricultores foram vitimados por doenças. Outros não tiveram como transportar e comercializar o que produziam. Faltava uma infraestrutura mínima de cuidados com a saúde e com a educação das crianças. Talvez se possa dizer que a reforma agrária do governo militar resumiu-se a onerosas tentativas fracassadas de colonização da Amazônia.

Os resultados mais positivos foram obtidos pelos projetos de colonização levados adiante por iniciativas particulares, em especial por cooperativas. Também foram melhor sucedidas muitas das iniciativas empreendedores particulares. Acontecia o seguinte:

um cidadão gaúcho comprava terras mais baratas num Estado do Centro-Oeste e começava a plantar. Vendo que os resultados eram bons, ele tratava de chamar logo seus parentes e vizinhos do sul. Assim, logo se formava um núcleo de gente conhecida. E ficava mais fácil trabalhar e progredir nessa nova terra.

Agora, ao reler com atenção meus pronunciamentos do começo dos anos 70, vejo que, no Rio Grande do Sul, ainda estávamos longe do grande trauma que sofreríamos em 1978 quando milhares de agricultores pobres foram expulsos das reservas indígenas.

Muitos desses cidadãos, levados para a Amazônia, não tiveram o respaldo prometido pelo regime militar. O interesse que o Presidente Ernesto Geisel – originário de família de agricultores com ascendência alemã – mostrou pela colonização não teve sequência no Governo Figueiredo. E, por isso, milhares de agricultores gaúchos foram jogados à própria sorte no meio da floresta.

Olhando retrospectivamente, vejo que meus pronunciamentos foram feitos apenas seis anos após a instalação do regime militar, tempo em que era preciso ser cauteloso porque tudo era passível de enquadramento na tenebrosa Lei de Segurança Nacional.

Creio que fiz um bom trabalho nessa questão. Analisei minuciosamente a questão fundiária brasileira, ataquei o governo militar, que se dizia interessado em resolver os problemas no campo, mas que nada fez de efetivo. E sugeri que nossos agricultores fossem levados para a região do pampa, para a Metade Sul.

Acredito agora que, se eu tivesse sido ouvido naquela época, muita gente não teria saído do Rio Grande. Julgo também que, da mesma forma, a Região Sul do nosso Estado, atualmente estagnada economicamente, seria hoje muito mais próspera.

O VALOR MAIOR DOS IMIGRANTES

Todas as culturas admiram aqueles que têm a coragem de mudar suas vidas para melhor. O migrante, de modo geral, é visto com respeito porque ousou sair de um ambiente que dominava

para enfrentar o desconhecido. Porém, quando esses mesmo migrante, apesar das grandes adversidades, consegue vencer, o seu êxito o engrandece perante os olhos dos outros.

Quem de nós não gosta de contar o exemplo de um parente que, tendo saído de uma condição humilde, alcançou riqueza ou poder?

Dezenas de milhares de modestos agricultores gaúchos viraram o jogo. Deixando um passado de pobreza e dificuldades, conseguiram na sua nova terra, mediante trabalho dos mais árduos, recursos para construir boas casas e para educar seus filhos.

Estudo recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, organismo do Ministério do Planejamento, mostrou que quem migra ganha, em média, 8,5% mais do que as pessoas naturais do estado onde ele se fixou. Já na comparação com o seu conterrâneo que permaneceu no estado de origem, o migrante ganha 15,0% mais.

De acordo com os pesquisadores do Ipea, quem migra é, na média, mais apto, motivado, empreendedor ou ambicioso. “Há um risco muito grande na migração, porque o destino é um ambiente mais hostil do que sua casa. O fato de que nesse ambiente o migrante já estaria saindo um pouco em desvantagem, e mesmo assim na média ganha mais, é um forte indicativo de que ele, de alguma forma, é mais habilidoso, tem mais força de vontade”, diz Pedro Cavalcanti Ferreira, da FGV. “Essa seria uma característica que o leva a migrar”, completa ele.

“O interessante é que, além de ganhar mais do que o não migrante do seu Estado de origem, o migrante também ganha mais que o não migrante do seu Estado de destino”, afirma Naércio Menezes Filho, da Universidade de São Paulo.

O estudo dos economistas brasileiros, reforçando a tese de que o migrante é mais motivado e empreendedor do que o não migrante, guarda semelhança com estudos realizados por pesquisadores americanos. Estes concluíram que as pessoas que moram pessoas vindas de outros países que residem nos Estados Unidos são mais aptas e ambiciosas do que as nascidas naquele país.

Quero, portanto, dedicar aos valentes migrantes, que saíram do Rio Grande do Sul em busca de um futuro melhor para seus filhos, esses pronunciamentos em que tento esboçar um quadro dessa grande epopéia que é a diáspora do povo gaúcho.

ANEXOS

Ao final deste livro, na seção de anexos, estão transcritos três pronunciamentos feitos por mim na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, no começo dos anos 60, tratando da migração dos gaúchos, bem como reportagens jornalísticas sobre o assunto.

Pesquisando nos arquivos da Assembléia Legislativa gaúcha encontrei pronunciamentos, do início daquela década, nos quais me posiciono sobre a migração de agricultores sul-rio-grandenses e a reforma agrária, assuntos que eram e ainda são indissociáveis. No primeiro trabalho, ao comentar a fundação do Incra, analiso a questão da reforma agrária. Nos outros dois afirmo a necessidade de instalarmos nossos agricultores também na metade Sul do Estado.

A primeira das reportagens transcritas aqui, publicado pela revista *Veja*, em 1996, dá uma idéia geral do êxodo dos gaúchos pelo Norte e pelo Centro-Oeste. A segunda reportagem, também da *Veja*, de 1998, mostra um aspecto quase desconhecido da migração gaúcha para o Norte do Estado de Minas Gerais, nos sertões de Guimarães Rosa. A terceira reportagem, publicada em 2005, pela *Folha de S. Paulo*, mostra como os migrantes gaúchos mudaram o perfil econômico do Estado do Piauí. O quarto texto, divulgado pelo *jornal da Unicamp*, em 2006, dá um quadro bastante aproximado do que foi a epopéia da ocupação do Oeste do Paraná pelos migrantes vindos do extremo Sul.



Senador Pedro Simon

PANORAMA GERAL DO ÊXODO

Pretendo traçar aqui um ligeiro esboço de um acontecimento verdadeiramente épico: a diáspora do povo gaúcho, saga que já dura mais de um século. A movimentação de proporções bíblicas do povo sul-rio-grandense pelas novas fronteiras agrícolas de todo o nosso Brasil é tema que deveria receber a atenção dos nossos historiadores.

Mostrarei neste capítulo, com pinceladas ligeiras, um panorama geral do êxodo dos nossos conterrâneos. Mais adiante, aprofundarei alguns casos, como a ocupação dos cerrados, o avanço pela Amazônia e, nos primórdios, a passagem por Santa Catarina e Paraná

Posso dizer sem medo – sem nenhum medo de errar - que, em todos os lugares deste imenso País em que novas terras foram incorporadas à produção agrícola, lá estavam os gaúchos.

Além do hábito cotidiano do chimarrão e do churrasco, levaram na bagagem a ética do trabalho duro que herdaram de seus ancestrais. Para todos os lugares para onde migraram, nossos colonos carregaram consigo suas danças, sua cultura, sua música, sua poesia.

Milhares de Centros de Tradição Gaúcha, os tradicionais CTG, espalham-se hoje do Oiapoque ao Chuí. Em todas as novas terras que ocuparam os gaúchos fizeram prevalecer o hábito do trabalho cooperativo, de forte coesão comunitária. Trabalho sempre se ampara no núcleo familiar e, na sequência, as famílias já instaladas vão ajudando as outras famílias que vêm depois.

Estima-se que mais de um milhão e 200 mil gaúchos, afora seus descendentes, vivem hoje fora do Rio Grande do Sul. Esse número supera em muito o do êxodo da gente dos grandes estados do Nordeste, tradicionalmente considerados os principais pólos de migração interna. Pode-se dizer que um de cada nove gaúchos mora fora da terra que o viu nascer.

Se eu uso aqui esta palavra forte – diáspora! –, é porque a movimentação dos gaúchos guarda alguma coisa de dispersão dos judeus, que, mesmo espalhados pela Terra, ao longo dos séculos, mantiveram seus rituais e sua crença.

Aliás, é importante ressaltar que os gaúchos não se espalharam apenas pelo território brasileiro. Lá estão eles no Paraguai, na Argentina, no Uruguai, na Bolívia, levando sua cultura de trabalho, sua tecnologia de produção e sua cultura.

A palavra diáspora serve para indicar a dispersão de um povo em consequência de preconceito ou perseguição política, religiosa ou étnica. No caso do Rio Grande do Sul, o problema que afastou a nossa gente foi sempre de natureza econômica.

De início, o fator determinante foi o fracionamento das pequenas propriedades. Sem terras suficientes para produzir, muitos partiam em busca de uma situação melhor para si e para seus familiares. Em sua maioria ligados à agricultura, os gaúchos partiram em busca de terras mais baratas onde pudessem ter propriedades mais extensas. Nos anos 70 e 80, agricultores gaúchos que vendiam poucas dezenas de hectares e compravam grandes extensões no Centro e no Norte do país.

Ao tratar dessa saga moderna, é importante frisar um aspecto relevante da economia brasileira que nunca foi examinado com a profundidade que merecia. A verdade é que os grandes superávits brasileiros das últimas décadas, obtidos em grande parte com a exportação de nossos produtos agrícolas, pecuários ou de agroindústria, foram gerados principalmente por esses migrantes gaúchos

hoje espalhados pelo Brasil inteiro, bem como pelos que continuam trabalhando no Rio Grande do Sul.

Ocorre que todos os principais Estados exportadores de produtos agropecuários no Brasil receberam, em um ou outro momento, grandes levas de imigrantes gaúchos ou de descendentes de gaúchos nascidos em outros Estados. Por exemplo, foram os gaúchos que levaram o progresso e o desenvolvimento ao Oeste do Paraná e de Santa Catarina, e os filhos desses gaúchos nascidos já no Paraná ou em Santa Catarina foram para Mato Grosso ou para a Amazônia.

O setor agrícola brasileiro fechou o ano de 2007 com um superávit recorde de cerca de US\$50 bilhões. Exportamos US\$58,4 bilhões de produtos agrícolas contra importações de US\$8,7 bilhões. Como o saldo da nossa balança comercial foi de R\$40 bilhões, pode-se dizer que, sem o agronegócio, não teríamos saldo positivo. Pelo contrário, teríamos um saldo negativo de R\$10 bilhões.

O impressionante recorde do setor agrícola em 2007 basta para provar o que venho dizendo: gaúchos ou seus descendentes estão na origem das sucessivas safras recordes de grão, de aumento das exportações de carne, de sucessivos aumentos de vendas ao exterior da nossa agroindústria ao longo dos últimos dez anos. Isso é o que precisa ser registrado.

O que digo sobre a importância dos migrantes gaúchos pode ser testemunhado em Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Bahia, Piauí, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Amapá. Hoje grandes centros da agroindústria e da produção agropecuária, esses são justamente os Estados que mais receberam agricultores sul-rio-grandenses ou seus descendentes nascidos em outras unidades da Federação.

Rondônia, por exemplo, é um Estado que recebeu um grande número de gaúchos, mas seu maior fluxo de migração partiu do Paraná. No entanto, esses paranaenses, em grande parte, são des-

cedentes dos nossos conterrâneos que foram para o Paraná. Os gaúchos chegaram ao oeste e ao sudoeste do Paraná a partir de 1940; seus filhos e netos foram para Rondônia principalmente nos anos 70.

O Rio Grande do Sul recebeu, no século XIX, dois grandes fluxos migratórios vindos de uma Europa então empobrecida e com muita gente passando fome. Como a região do pampa, de terras planas, já estava ocupada desde o século XVIII, os imigrantes europeus, notadamente italianos e alemães, foram trazidos para domar as florestas e as serras que ficavam no Norte do Rio Grande do Sul.

Os germânicos começaram a chegar a partir de 1824, e os italianos desembarcaram meio século depois, em 1875. A pequena propriedade, em que se mescla a produção de alimentos e de animais para consumo próprio – vendendo-se apenas os excedentes –, será a marca comum da colonização levada adiante por essas duas etnias.

Por terem chegado antes, os alemães receberam terras às margens dos rios. Isso explica a rápida ascensão econômica de muitos imigrantes dessa nacionalidade, em especial os que passaram a vender o que era produzido na colônia aos comerciantes de Porto Alegre.

Já aos italianos foram destinadas as serras íngremes, então tomadas pelas florestas. Ali foram obrigados a enfrentar uma natureza que desconheciam, de matas cerradas, com clima muito diferente daquele com o qual estavam acostumados. Em muitos lugares, tiveram de se proteger do assalto dos índios que reagiam ao avanço dos brancos.

Sem o apoio das autoridades que os haviam atraído ao Brasil e vivendo num País cuja língua não dominavam, esses imigrantes acabaram desenvolvendo um forte senso de vida comunitária. Em torno de uma igreja, luterana ou católica, alemães e italianos construíram suas escolas e hospitais. Dotados de forte sentido de

união, criaram associações de mútuo socorro: santas casas, escolas e clubes.

Tem origem nos primórdios da nossa colonização no Rio Grande do Sul a adesão entusiasmada que os gaúchos sempre demonstraram pelo cooperativismo, ainda hoje um traço diferenciador das nossas comunidades espalhadas pelo Brasil.

No início do século XX, as terras do norte e do nordeste do Rio Grande do Sul já estavam integralmente ocupadas. Naquela época, 12% da população do Estado era formada por estrangeiros. Os integrantes da primeira geração nascida na nova terra começavam a alcançar a idade adulta. Os imigrantes chegados em meados do século anterior entravam na velhice. Com a morte dos mais idosos, foi preciso dividir as colônia. Mas como fazer a sucessão se tinham muitos filhos?

As famílias de então eram numerosas porque os pais precisavam de muitos braços para ajudá-los no duro trabalho do campo. Sem falar, é claro, nas doenças que dizimavam um grande número de recém-nascidos e crianças. Era comum que, de uma dezena de filhos, apenas cinco ou seis chegassem à idade adulta.

Em média, uma propriedade de colonização tinha 25 hectares. Ora, a sua divisão entre vários filhos inviabilizaria a sustentação econômica de qualquer um deles.

Tradicionalmente entre os europeus, a propriedade era herdada pelo primogênito. Assim, os demais filhos tinham que buscar novos horizontes. É isso que vai desencadear a passagem de agricultores gaúchos para os intocados campos do Oeste de Santa Catarina.

Na virada do século, a economia daquela região catarinense estava calcada na erva-mate e na extração de madeira. Entre 1912 e 1916, ocorre na região limítrofe entre Paraná e Santa Catarina um conflito sangrento, conhecido como Guerra do Contestado, que tem características semelhantes à Guerra de Canudos, mas fez um número bem maior de vítimas: 20 mil.

Terminada a Guerra do Contestado, tem início a migração gaúcha. A maior cidade do Oeste catarinense, Chapecó, hoje com 160 mil habitantes, foi fundada por um sul-rio-grandenses em 1917. Todos os maiores Municípios daquela região – Concórdia, Xanxerê, São Miguel do Oeste – nasceram de modo semelhante. Também foi fortíssima a influência de migrantes gaúchos na formação de cidades do Meio Oeste, outra região rica de Santa Catarina.

Quando os gaúchos chegaram, grande parte das florestas catarinenses tinha sido derrubada por madeireiras de capital estrangeiro, que exploravam as terras às margens da Ferrovia São Paulo–Rio Grande do Sul.

Naquele Estado, repete-se a colonização de pequenas propriedades. Isso vai garantir ao Estado de Santa Catarina o título que ostenta hoje de unidade da federação que tem a melhor divisão de renda do País. E os Estados brasileiros que têm a melhor divisão da renda são justamente aqueles em que prevalece o minifúndio.

Sobre a colonização pelos gaúchos do Oeste do Paraná, o repórter Luiz Sugimoto, do *Jornal da Unicamp*, escreveu em março de 2006:

“Está fazendo 60 anos que 21 gaúchos partiram para uma extenuante viagem até o extremo Oeste do Paraná, só alcançando o destino graças a trilhas abertas pela tropa do Marechal Rondon em perseguição à Coluna Prestes. Eram desbravadores em região inóspita, que iniciaram a demarcação das terras ricas em madeira e de solo roxo, com o propósito de vendê-las a agricultores gaúchos. A notícia correu rápido em Porto Alegre e na Serra Gaúcha, entre famílias sem chance de inserção nas áreas rurais ou urbanas no Estado...”

E prossegue o repórter do *Jornal da Unicamp*:

“Em 1940, havia 7.645 habitantes em todo o extremo Oeste do Paraná. A população saltou para 16.421 em 1950 e para 135.697 em 1960. Pesquisa realizada por um grupo de geógrafos, em 1958, apontou que esse fluxo foi basicamente de gaúchos – vindos do Norte e Nordeste do Rio Grande do Sul e também de Santa Catarina – que naquele ano representavam 69% do total de imigrantes.”

O Oeste do Paraná foi conquistado na Guerra do Paraguai, mas, em função de dívidas assumidas na época, foi em parte explorado por uma empresa madeireira inglesa que, em meados da década de 40, devolve a terra ao Governo brasileiro.

E conclui o jornalista da Unicamp:

“Foi quando os desbravadores gaúchos, que já vinham exercendo atividade de colonização no Oeste de Santa Catarina, souberam que as glebas seriam disponibilizadas a bom preço e se cotizaram para criar, em Porto Alegre, a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná, empresa privada de colonização. A intensa campanha de vendas, principalmente junto a descendentes alemães e italianos na Serra Gaúcha, estimulou grandes [imensos] fluxos de migrantes para o Oeste paranaense”.

A produção de milho, soja, algodão e trigo avançou rapidamente, arrastando consigo a criação de suínos e de aves. As cidades de Cascavel e Toledo, principalmente, cresceram num ritmo intenso. No entanto, já no final da década de 70, muitos dos descendentes dos que haviam chegado ao Oeste do Paraná tiveram que migrar para as novas fronteiras agrícolas em busca de melhores oportunidades. Mato Grosso do Sul e Rondônia serão os principais destinos dessa nova geração.

MATO GROSSO DO SUL

Embora se considere que foi na década de 50 que começou a imigração dos gaúchos e seus descendentes para o hoje Mato Grosso do Sul, a história registra que os primeiros sul-rio-grandenses a desembarcarem naquela região teriam chegado pouco depois da Revolução Federalista, no final do século XIX.

Esses gaúchos pioneiros dirigiram-se para lá, com suas carroças e cargueiros, por terem sido informados sobre as semelhanças entre os campos do sul e os da nova terra, também apropriados à criação de gado.

Essa imigração inicial concentrou-se na região dos atuais Municípios de Ponta Porã, Bela Vista e Amambaí. Ali, onde originalmente só se explorava erva-mate, os gaúchos passaram a desenvolver a pecuária extensiva.

Na década de 70, uma nova leva de migrantes gaúchos estabeleceu-se em Mato Grosso do Sul, seguindo padrões de colonização diferentes da primeira. Em vez da pecuária, o que atraía o sul-rio-grandense era a possibilidade de cultivo mecanizado da soja na região centro-sul do Estado. Como as terras ainda eram baratas, os colonos vendiam suas terras no Rio Grande do Sul e podiam comprar lá extensões maiores.

A segunda maior cidade do Estado, Dourados, já nos anos 60, sofreu um acelerado aumento populacional graças à migração, que tinha os gaúchos como maioria. Mas havia também muitos catarinenses e paranaenses, por sua vez, descendentes de gaúchos. Os sul-rio-grandenses introduziram uma cultura agrícola que obteve sucesso imediato porque deram tratamento adequado ao solo. Fizeram explodir a área plantada.

No caso do Mato Grosso do Sul, penso que deve-se dar especial atenção a cidade de São Gabriel do Oeste, Aquele Município que hoje conta com 25 mil habitantes foi fundado no final dos anos 70 por gaúchos. O churrasco e o chimarrão são hábitos lo-

cais. Sua base econômica está na produção agrícola, sendo a soja o principal produto, seguido por milho e sorgo. Só para se ter uma idéia do progresso desse Município, basta dizer que ele é o maior produtor de soja e o segundo maior produtor de milho de Mato Grosso do Sul. Mas é também o maior produtor de sorgo do Brasil! Além disso, é o maior produtor de suínos e de avestruzes do Estado.

MATO GROSSO

Neste trecho, vou tratar de forma breve a migração gaúcha para o Mato Grosso, Estado ao qual dedicarei um outro trabalho bem mais aprofundado. Destacarei apenas a presença gaúcha em uns poucos Municípios que, julgo, são emblemáticos dos motivos que levaram nossos agricultores àquele Estado, nos anos 70.

O Município de Canarana, hoje com 30 mil habitantes, surgiu no início dos anos 70, quando se instalaram por lá os primeiros agricultores recrutados no Município gaúcho de Tenente Portela, pela Cooperativa Colonizadora 31 de Março, fundada e dirigida pelo pastor Norberto Schwantes e pelo economista José Roberto Schwantes.

A cooperativa colonizadora não visava lucro, já que o objetivo de seus criadores era assentar famílias gaúchas luteranas em território mato-grossense. A iniciativa tinha o apoio do Governo Federal e do então Governo do Rio Grande do Sul que desejavam tanto atrair empresários rurais para a região quanto diminuir as tensões nos conflitos de terras que começavam a explodir no Rio Grande do Sul.

A cidade de Sorriso também nasceu em decorrência de incentivos do Governo Militar para colonização e ocupação da chamada Amazônia Legal no final da década de 70 do século passado. Apesar de a colonização ter muitos paranaenses e catarinenses, atraídos pela Colonizadora Feliz, também são numerosos os gaúchos, principalmente os da região de Passo Fundo.

Elevada à condição de Município em 1986, Sorriso tem hoje 55 mil habitantes. A explosão demográfica decorreu em função da pavimentação da BR-163, que barateou o escoamento da produção. Atualmente, é considerado o maior produtor de soja do País. Também se destaca pela produção de algodão e milho. É o Município que, individualmente, mais produz grãos no Brasil: 3% da produção nacional e 17% da produção estadual.

Caso semelhante é o da cidade de Primavera do Leste que, emancipada, em 1987, tem quase 30 mil habitantes é uma das maiores arrecadações de ICMS do Estado. Típica cidade de imigração gaúcha, lá se produz até mesmo vinho, embora o clima seja muito quente quando em comparação com o da serra gaúcha.

Cito o exemplo ainda de Lucas do Rio Verde. Hoje, com 30 mil habitantes, é Município modelo, que ocupa um lugar de destaque no *ranking* dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) em nosso País. O interessante é que, até final dos anos 90, a cidade – cuja população é predominante sulista – não era servida nem por rede de energia elétrica.

Quero registrar que o Mato Grosso é o Estado que mais tem CTGS, depois dos três Estados da Região Sul. Funcionam lá 39 centros de tradições gaúchas.

FASES DA MIGRAÇÃO

Os estudiosos de demografia consideram que são três as fases de migração brasileira com o objetivo de ocupação de fronteiras agrícolas.

A primeira, que vai dos anos 30 até a década de 60, corresponde à ocupação, pelos gaúchos, do Oeste de Santa Catarina, Norte e Oeste do Paraná e Sudeste de Mato Grosso. Também nessa mesma época ocorre o avanço da produção agrícola no Oeste de São Paulo.

A segunda grande onda migratória se espalha por Goiás, Mato Grosso do Sul e Maranhão, sendo que a construção de Brasília - ao

mesmo tempo em que se abriam estradas para o centro do País - foi o fator essencial dessa movimentação.

A terceira e última fase é a da ocupação da Amazônia, desencadeada a partir dos anos 70, por iniciativa do Governo militar, cuja idéia central era a ocupação por agricultores brasileiros daquele imenso espaço vazio.

Rondônia

A colonização de Rondônia se enquadra nessa terceira etapa. Os maiores contingentes dos que para lá se dirigiram, nos anos 70 saíram do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Os paranaenses e catarinenses, em muitos casos, eram descendentes de gaúchos que foram para aqueles Estados em décadas anteriores. Os gaúchos se encontram espalhados pelas cidades de Ji-Paraná, Vilhena, Cacoal, Ariquemes e Porto Velho.

Além dos produtores agrícolas, em Rondônia existe uma grande numero de sul-rio-grandenses que trabalham com mineração de ouro e de outros metais e também com a exploração de madeira.

Amazonas

No Estado do Amazonas, também são numerosos os gaúchos. Escrevendo na revista *Veja*, em 1996, o jornalista João Flávio Caminoto conta a saga de uma cidade, Apuí, no sul daquele Estado, que foi criada por imigrantes do Rio Grande do Sul:

“Em 1975, Arlindo e Zulmira Marmentini, ele catarinense filho de gaúchos, ela, gaúcha de Caxias do Sul, faziam uma viagem pela Transamazônica num *trailer* e se impressionaram com a topografia e o tamanho colossal das árvores da região. Ainda vamos morar neste lugar, disse Arlindo. Não deu outra: o casal largou uma vida confortável em Curitiba, onde tinha uma empresa de transportes, e mudou-se para a floresta...”

Em 1996, a cidade já chegava a 20 mil habitantes e era considerada o principal celeiro do Estado do Amazonas.

E acrescenta o jornalista: “Todas as crianças estão na escola. A mortalidade infantil é insignificante. Uma centena de imigrantes do Sul desembarca todo mês em busca de terra, distribuída de graça pelo Governo”.

O repórter da *Veja* menciona ainda outra cidade do Amazonas:

“O preço do hectare nas cercanias de Humaitá, a principal cidade do sul do Estado do Amazonas, triplicou nos últimos meses. A valorização coincidiu com a chegada de uma nova leva de gaúchos. É sempre assim: um gaúcho chama outro e, em pouco tempo, forma-se uma cidade.”

NORDESTE E NORTE

A partir dos anos 80, os gaúchos começam também a se estabelecer na Bahia, no Maranhão, em Roraima, no Piauí e no Tocantins.

No caso da Bahia, é de se destacar o extraordinário surto de desenvolvimento registrado nas duas últimas décadas, na área que tem Barreiras como cidade principal. Aquela região é responsável por 60% da produção de grãos do Estado, e sua renda *per capita* é uma das maiores do interior do Nordeste.

As demais cidades da região – Desidério, Formoso do Rio Preto, Baianópolis, Correntina e Riachão das Neves – são grandes produtoras de soja. Mas o maior destaque fica mesmo para a cidade de Luís Eduardo Magalhães, a mais gaúcha delas, cujo crescimento explosivo em pouco tempo chega a causar espanto.

Em 2004, a população da cidade de Luís Eduardo Magalhães não passava de 20 mil habitantes. Atualmente, são cerca de 50 mil habitantes, grande parte deles migrantes do sul. A presença esmagadora de gaúchos tem forte influência tanto na maneira de se comportar e falar como na maneira de se alimentar.

Apesar de criada há menos dez anos, a cidade de Luís Eduardo Magalhães possui a décima economia do Estado da Bahia. Seu parque industrial conta com inúmeras grandes empresas, muitas delas multinacionais. Sua agricultura é pujante, diversificada e de grande produtividade, possuindo grandes áreas irrigadas. Sua pecuária é de alta qualidade, tanto na área genética como na tecnológica.

MARANHÃO

Os gaúchos estão concentrados no Sul do Maranhão, principalmente na cidade de Balsas, cuja população anda em torno de 70 mil habitantes. Com crescimento de 20% ao ano, aquele município tem forte influência dos imigrantes do Rio Grande do Sul.

Fiquei muito impressionado com a frase de um dos gaúchos precursores nessa região, Eliton Toniazó. Ao ser entrevistado pela revista *Veja*, ele disse que, em 1983, quando chegou a Balsas “um hectare de terra valia uma carteira de cigarro”.

A produção ali se dá em lavouras mecanizadas, que usam a tecnologia desenvolvida para a exploração do cerrados, transformados em imensos e ricos campos de soja, milho, cana-de-açúcar e algodão. A pecuária também tem uma participação importante na economia do município, bem como a piscicultura.

A partir de 1992, a região de Balsas começou a produzir soja para o mercado externo, transportando-a através do Corredor Norte de Exportação. Em dez anos, a produção de grãos cresceu mais de 1.700%.

PIAUI

Na *Folha de S.Paulo*, em maio de 2005, depois de mencionar a grave seca que se abateu naquele ano sobre o Rio Grande do Sul, o jornalista Mauro Zafalon escreveu:

“Os gaúchos do sul estão com produtividade de 560 quilos de soja por hectare. Os gaúchos do Piauí

conseguem 3.200 quilos... Os sinais da pujança desses gaúchos no Nordeste na produção de grãos começam a ficar evidentes nas estradas que levam às novas fronteiras de produção: dezenas de caminhões transportam para as novas fronteiras as colheitadeiras que estão sendo pouco utilizadas no sul.”

O jornalista fala então de Uruçuí uma pequena cidade que tem forte presença de agricultores gaúchos e que vem registrando crescimento anual de 20% na sua produção agrícola:

“Há poucos anos, a soja não era cultivada no município. Atualmente, são 90 mil hectares. O Piauí, que há cinco anos plantava apenas 62 mil hectares com grãos, deve atingir 240 mil hectares neste ano... O Estado tem quatro milhões de hectares à disposição. A produtividade é boa na região porque os agricultores aprenderam as primeiras lições no Sul, aprimoraram-se no Centro-Oeste e já chegaram formados e experientes ao Piauí.”

Depois de entrevistar vários agricultores gaúchos, o jornalista da *Folha* conta a história José Antônio Görgen, conhecido como Zezão, pioneiro no plantio de soja, que foi chamado de “louco” quando decidiu ir para o Piauí. Hoje, ele já cultiva 10,3 mil hectares no Piauí e 2,1 mil no Maranhão.

Já Anacleto Barrichelo, da cidade de Nova Santa Rosa (cidade piauiense que repete o nome de uma cidade gaúcha), que chega a colher até 75 sacas de soja por hectare em algumas áreas de sua fazenda, diz que só tem uma coisa a lamentar: “Pena que não vim para cá dez anos antes”.

PARAGUAI

Quero mencionar também, ainda que de forma breve, o caso do Paraguai. Centenas de milhares de brasileiros moram e trabalham naquele país. Certos estudos apontam que eles seria cerca

de 500 mil. Acontece que muitos desses brasiguaios são gaúchos e, como se dá em todo lugar, em sua maioria são empreendedores agrícolas. Eles chegaram àquele país em meados dos anos 80, quando o custo das terras paraguaias era muito baixo. Hoje, muitos deles estão perfeitamente adaptados ao novo país, mas mantém vínculos fortes com o Rio Grande do Sul. Os CTG estão presentes por lá também. A maior parte da produção agrícola do Paraguai vem das terras dos brasiguaios.

EPOPÉIA

A diáspora do povo gaúcho é um tema que merece exame aprofundado. A epopéia do povo gaúcho tem que ser contada em detalhes, analisada com profundidade. O que pretendo, com esses pronunciamentos, é mostrar para todos os brasileiros, do campo e da cidade, a importância da saga desses novos bandeirantes. Na verdade, os gaúchos são os bandeirantes do século XX. Se os paulistas estenderam as nossas fronteiras procurando por ouro e prata, nós asseguramos a posse para o Brasil de vastas extensões devolutas.

Sim, foram os gaúchos que alargaram as fronteiras agrícolas deste País. E ainda hoje, com seu trabalho e seu suor, eles continuam a ser desbravadores de novas terras neste início de século.

O Brasil muito deve aos migrantes gaúchos. Foram eles que asseguraram os seguidos superávits da nossa balança. O trabalho hercúleo desenvolvido por esta gente que deixou para trás tudo o que tinha para sair em busca de um sonho de progresso deve ser reconhecido por todos os brasileiros. Os agricultores gaúchos espalhados por este imenso país merecem respeito.

CULTURA GAÚCHA

É indispensável, neste primeiro capítulo, falar da força da cultura gaúcha. É muito difícil encontrar um outro grupo social de brasileiros que se assemelhe aos gaúchos no exílio. Quando se mudam do estado, eles levam tudo: o linguajar, as vestimentas,

a alimentação, as bebidas, as danças e as músicas. Isso não se dá com as pessoas de outros estados. Essas chegam e logo se adaptam ao ritmo local.

Estejam onde estiverem, os nossos irmãos do sul dizem que continuam a se sentir gaúchos. Mesmo os que moram ali há anos, décadas, de declaram de alma gaúcha. Eles amam o seu novo estado, amam a terra que os recebeu, nunca querem voltar ao Sul. Mas continuam amando profundamente o Rio Grande do Sul. Seus filhos se sentem gaúchos, embora tenham nascido na Amazônia ou no Nordeste.

Os gaúchos amam sua nova terra porque, no final da contas, são agricultores. Vivem dos frutos da terra. A terra muito lhes dá. Mas também eles dão muito à ela. Não há trabalho mais árduo do que o do homem do campo. A jornada vai do nascer ao pôr do sol. E o produtor depende dos elementos, do sol da chuva.

Os gaúchos amam suas novas terras porque têm sangue de desbravadores. Eles sabem que têm uma missão grandiosa: garantir a posse da terra para os brasileiros. Eles sabem que têm uma missão grandiosa: produzir alimentos para o mundo todo.

Estejam onde estiverem, os migrantes gaúchos guardam com o maior desvelo os costumes do Sul. Estejam onde estiverem, os nossos conterrâneos acompanham pelas tevês a cabo ou pelo rádio os jogos do campeonato gaúcho de futebol. E quando acontece um Gre-nal lá estão eles, reunidos num CTG ou numa churrasceria, acompanhando lance a lance as disputas entre os dois maiores times do Rio Grande do Sul.

Com o mesmo interesse os gaúchos exilados acompanham os programas de rádio que tocam músicas nativistas. E o mais curioso é que existem programas de cultura gaúcha com grande audiência em inúmeras cidades de outros estados, como Santa Catarina, Mato Grosso e Paraná.

E mesmo nos mais distantes rincões, onde estejam reunidas algumas famílias gaúchas, sempre tem por perto um armazém que

venda erva-mate, vinho de garrafão, salame e queijo. Como escreveu o jornalista João Fábio Caminoto, na *Veja*: “É como se levassem o Rio Grande do Sul nas costas”.

QUASE UMA ETNIA

O curioso é que filhos de gaúchos, crianças e jovens nascidos em outros estados, até mesmo aqueles que nunca viajaram ao Rio Grande do Sul, dizem que se sentem inteiramente gaúchos. E é por isso que eles cultivam as tradições gaúchas com uma dedicação que supera a de muitos que vivem no Sul. Sim, porque o gaúcho que mora no Rio Grande se sente em casa. Já o que emigrou sente saudade, uma profunda saudade que não vai jamais superar. Como disse o jornalista Carlos Wagner, os gaúchos “formam quase uma etnia dentro do país”.

A Rede Brasil Sul, RBS, apresentou em 2004 uma excepcional produção televisiva. Trata-se de uma série especial de reportagens intitulada *A Conquista do Oeste*. Viajando mais de 30 mil quilômetros pelo Brasil e pelo Paraguai, a equipe de produção entrevistou centenas de gaúchos que vivem em outros Estados.

Os depoimentos de todos os entrevistados sempre coincidem nisso: os gaúchos amam o Rio Grande, mas amam também a terra que os recebeu de braços abertos. Pelo que percebi, nenhum quer retornar.

TRADIÇÃO

Uma outra constatação diz respeito aos CTGs. Em qualquer região na qual se instalam, os sul-rio-grandenses criam logo um centro de tradições gaúchas. Passam a dançar e a cantar as músicas do Sul e logo recebem a adesão de pessoas da comunidade local. É interessante ver, no trabalho da RBS, amazonenses e nordestinos dançando as nossas músicas e mesmo tocando instrumentos tão típicos nossos quanto a sanfona.

Certa vez fui a Mato Grosso do Sul, convidado pelo Senador Ramez Tebet. Viajamos para o interior daquele estado. Na cidade em que chegamos, por coincidência, estava sendo realizado o Congresso Estadual dos CTG de Mato Grosso do Sul. Fiquei impressionado coma pujança daquele movimento. Percebi logo que eles tinham orgulho de levar adiante a cultura e a história do Rio Grande do Sul.

Lembro também de um outro episódio o corrido aqui na capital da República. Certa vez fui à casa do doutor Eduardo Ferrão, um dos mais destacados advogados gaúchos em Brasília, para a comemoração do 20 de setembro. No pátio, havia sido construído um galpão crioulo. Peões fardados empunhavam lanças. Havia prendas. Quando começou a tocar do hino do Rio Grande, nos emocionamos. Vi muita gente chorando.

Repito: em qualquer lugar do Brasil, os gaúchos se dedicam à agricultura, amam sua nova terra e seu novo estado. Mas continuam guardando total dedicação aos usos e costumes, aos hábitos arraigados, do sul. Fiquei impressionado ao ver no Cerrado e no Nordeste gaúchos tomando chimarrão e comendo churrasco, de bombachas, no meio da seca e do calor.

METADE SUL

Outro aspecto que eu gostaria de comentar se refere à falta de competência dos sucessivos governadores do Rio Grande do Sul – e eu me incluo entre eles – que não conseguiram estacar esse sangramento populacional. Eu sempre defendi que deveríamos levar os nossos colonos sem terra também para a Metade Sul do Estado. Como todos sabem, aquela região do pampa, que durante mais de um século, foi a mais rica do nosso Estado vive, hoje em graves dificuldades. O problema é que a nossa zona de fronteira, com suas terras planas, sempre foi, desde os primórdios, destinada à pecuária. Acontece, porém, que a pecuária é das atividades que menos gera empregos porque bastam poucos homens para cuidar

de grandes rebanhos. Além disso, atualmente, a pecuária nem gera as altas rendas do passado, que gerava em décadas anteriores.

Se nos anos 60 ou 70, nós, políticos do Rio Grande, tivéssemos conseguido levar para a metade Sul os nossos agricultores que estavam sendo expulsos das áreas antigas de colonização, hoje a situação do estado seria bem outra. Creio que a região do pampa, que é mais extensa da metade Sul, estaria numa outra situação, bem melhor, se tivesse recebido a nossa gente expulsa da sua terra. Mas acontece que o latifúndio se manteve.

Hoje, a metade Norte do estado reúne a esmagadora maioria da população, dos empregos e da geração de riqueza. Na velha metade Sul, onde nasceu o Rio Grande, que por muito tempo foi a mais rica e importante do nosso Estado, vive agora a minoria da nossa população. Em situação difícil. Temos municípios na metade Sul e também na região Noroeste que têm indicadores sociais parecidos com os das cidades mais pobres do Nordeste.

Dou mais alguns dados sobre a situação daquela área do Rio Grande do Sul. Em 1890, a metade Sul concentrava mais da metade da população gaúcha; pouco mais de meio século depois, contava somente com cerca de 25% do total. Segundo relatório da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em 1939, a região era responsável por 38% do Produto Interno Bruto (PIB) gaúcho. Atualmente, esta participação caiu para apenas 16%, índice preocupante, considerando-se que a região representa 56% do território gaúcho.

Aliás, quando se debateu no Senado a questão da reforma agrária, apresentei emenda sugerindo a inclusão da metade Sul do Rio Grande do Sul e a mesorregião do Noroeste do Rio Grande do Sul como áreas preferenciais para ingressar em programas de financiamento ao setor produtivo através das instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento.

NOROESTE DO ESTADO

Quanto à mesorregião Noroeste, outrora próspera, deve-se destacar que ela tinha sua economia baseada no minifúndio. No entanto, nos últimos quarenta anos, sofreu o impacto negativo da monocultura da soja e da intensa mecanização das lavouras.

Hoje, aquela mesorregião mantém uma atividade agropecuária de sobrevivência, baseada na produção de suínos e aves, mas não consegue garantir renda e empregos suficientes para manter seus jovens no campo. Ora, a falta de perspectivas provocou um forte movimento de migração em direção aos centros maiores, principalmente a região das fábricas exportadoras de calçado do Vale dos Sinos.

Os imigrantes gaúchos que fizeram muito pelo progresso de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso também poderiam ter trabalhado pelo nosso próprio Estado, na Metade Sul. O pampa, quem sabe?, poderia ser hoje, de novo, sinônimo de riqueza e pujança.

Eu era deputado estadual quando, durante o regime militar, se formaram cooperativas para levar essa gente de ônibus ou de avião para a Amazônia. Eu dizia: “Por que nossa gente não é levada também para aqueles milhares de latifúndios? Por que não são levados para trabalhar em terras de fazendas que poderiam produzir muito mais riqueza?”

Naquela época, reconheço, não se tinha a alta tecnologia que se tem hoje para a agricultura. Acho que, hoje, é possível para uma família viabilizar-se economicamente numa propriedade de apenas 25 hectares. Mas eu ainda tenho esperança. Talvez ainda chegue o dia em que as áreas mais pobres do nosso estado, como a metade Sul e a região noroeste, possam receber ver essa gente do próprio Rio Grande levar também para lá o crescimento que levaram para os mais remotos rincões do Brasil.

SANTA CATARINA: O COMEÇO DA SAGA

A movimentação de proporções bíblicas da gente sul-riograndense para fora das fronteiras do Estado, em direção às novas fronteiras agrícolas do nosso Brasil, começou por Santa Catarina.

Essa movimentação que tem todas as características de uma verdadeira epopéia é algo que nos orgulha. Esses brasileiros que, com determinação e patriotismo, se transformaram nos bandeirantes do século XX, contribuindo - entre outras tantas conquistas - para que nosso País mantenha a integridade de seu território.

A migração dos nossos agricultores têm levado riqueza e prosperidade às unidades da federação que os acolhem. Mas, embora cativados pelas plagas que lhes oferecem novas oportunidades, gostam de preservar seus costumes e honrar suas tradições da terra em que nasceram.

Analiso hoje o marco pioneiro dessa diáspora: a migração dos nossos conterrâneos em direção ao oeste e meio-oeste do Estado de Santa Catarina, ainda no início do século passado.

É claro que o deslocamento de um enorme contingente de seres humanos, de uma terra para outra, nunca ocorre por acaso. Isso só acontece quando se apresentam motivações de grande relevância - econômicas, políticas, religiosas, étnicas ou culturais -, isoladas ou em conjunto.

No caso daqueles gaúchos que se aventuraram rumo ao Norte, há que se falar especialmente das motivações econômicas. Afinal, foram essas circunstâncias que originaram a migração rumo a Santa Catarina, tema que abordo aqui. Ainda no século XIX, o

Rio Grande recebera dois importantes fluxos migratórios. Fugindo da fome, ameaça que se tornava quase permanente numa Europa bastante empobrecida, grupos numerosos de alemães e de italianos chegaram ao Brasil.

Aqui, foram encaminhados às regiões norte e nordeste do Rio Grande, para domar as florestas e serras ali existentes. Com a morte dos pioneiros, a repartição das colônias entre os herdeiros as inviabilizaria. Como a propriedade era passada ao primogênito, aos demais filhos só restou uma opção: buscar novos horizontes. E os horizontes mais próximos estavam em Santa Catarina.

Naquela época, virada do século XX, uma pequena parte das florestas do Oeste catarinense tinha sido derrubada por madeiras. As terras de grande fertilidade, propícias à agricultura eram em sua maior extensão devolutas, a não ser pela presença eventual de uns poucos agricultores esparsos.

Além disso, um importante fator que gerava forte instabilidade política acabara de ser removido. Terminara a Guerra do Contestado, conflito com características semelhantes à Guerra de Canudos, que se deu entre 1912 e 1916 na região limítrofe entre o Paraná e Santa Catarina, e no qual morreram cerca de 20 mil brasileiros.

A bem da verdade, devo registrar que já na primeira década do século XX algumas famílias de migrantes gaúchos tinham se aventurado pelo Oeste catarinense. Mas a guerra, evidentemente, funcionou como um fator de medo e incerteza, a inibir os sonhos de muita gente de deslocar-se para aqueles cantos.

Findos os combates, as condições se mostraram bem mais favoráveis, e é por isso que uma leva considerável de gaúchos se dirige ao Oeste de Santa Catarina, dando início a uma das mais belas sagas de nossa História.

Antes de me debruçar sobre essa migração, quero mencionar um fato peculiar: tivemos aqui nesta Casa, nesta legislatura, dois

participantes da diáspora do povo gaúcho, ambos representantes do Estado de Santa Catarina.

Estou me referindo aos meus companheiros Senador Casildo Maldaner, que nasceu em Selbach, e ao Senador Neuto de Conto, natural de Encantado. A vida de ambos se mescla com a vida de milhares de pessoas que, nascidas no Rio Grande do Sul, saíram em busca de um futuro melhor quando a elevação do custo da terra e as divisões das propriedades os forçaram a emigrar.

Esse é um aspecto fascinante da diáspora do povo gaúcho. Mal se instalam na nova terra, os nossos patrícios logo se voltam às atividades políticas. São inúmeros os casos de sul-rio-grandenses que se elegem vereadores, prefeitos e deputados estaduais nas mais diversas unidades da federação, bem como os que assumem mandatos em Brasília, seja no Senado Federal seja na Câmara dos Deputados.

VOCAÇÃO POLÍTICA

Ao estudar a migração dos gaúchos, esse é um dos fatos que mais me chamou a atenção foi justamente a forte vocação política da nossa gente. Até mesmo nos Estados mais distantes tenho encontrado vereadores, prefeitos, deputados estaduais ou federais que nasceram no Rio Grande do Sul. A atuação em prol da comunidade, que é um traço marcante do nosso caráter, acaba nos levando à vida pública em busca de solução para os problemas dos nossos irmãos.

CASILDO MALDANER

São incontáveis os casos de gaúchos que se destacaram na vida pública de Santa Catarina. Aqui vou destacar apenas dois deles. Começo pelo meu velho amigo e companheiro de luta política Casildo Maldaner que, nascido no interior de Carazinho, onde hoje está a cidade de Selbach, aos dois anos migrou com sua família para Chapecó.

Era o ano de 1944. Naquela época, diariamente chegavam centenas de famílias do Sul para ocupar o Oeste catarinense. As florestas tinham que ser derrubadas para que os campos pudessem ser plantados de imediato. A família Maldaner que no Rio Grande do Sul explorava uma pequena propriedade rural trabalhou inicialmente, em Santa Catarina, com a extração e venda de madeira. Como não havia escola na região, o jovem Casildo, então com pouco mais de dez anos, foi enviado para o seminário em Santo Ângelo.

Mais tarde, a família Maldaner se instalou no Município de Modelo. Por essa época, possuíam um caminhão com o qual buscavam no Rio Grande do Sul a mudança dos que se transferiam para Santa Catarina. Mais adiante, começaram também a fazer viagens para o Sudoeste do Paraná, que era o destino seguinte dos migrantes catarinenses e gaúchos. Ainda muito jovem, o nosso Casildo participou de inúmeras dessas viagens.

Aliás, foi na cidade de Modelo que, aos 20 anos, ele começou a brilhante carreira política que o fez deputado estadual em duas oportunidades; deputado federal, vice-governador e governador, bem como, em duas ocasiões, Senador dos catarinenses.

NEUTO DE CONTO

Também o meu amigo e companheiro Neuto de Conto tem sua vida ligada à migração do povo sul-rio-grandense. Em 1958, aos 22 anos, formado em contabilidade, deixou sua cidade natal para se instalar em São Miguel do Oeste. Naquela época, o Oeste catarinense tinha apenas dez municípios. Hoje são mais de cem. O hoje senador Neuto de Conto foi testemunha da chegada de levadas e levadas de famílias vindas do Rio Grande do Sul. A história de todas elas era semelhante: migravam porque a terra era insuficiente para dividir entre os filhos, quase sempre em torno de uma dezena. O custo do hectare de terra manteve-se mais barato em Santa Catarina até o início dos anos 60, quando o fluxo migratório já seguia pujante em outras direções.

“Da BR-116 até a fronteira com a Argentina a maioria das cidades foi fundada por gaúchos”, conta o Senador Neuto de Conto, que desenvolveu uma bem-sucedida carreira política em Santa Catarina. Antes de 1964, já participava intensamente da vida política daquele Estado, como integrante do PTB. Depois, durante o regime militar, ajudou a criar o MDB e o PMDB. Foi três vezes vereador, três vezes deputado federal e ocupou com dignidade e competência quatro secretarias de governo daquele Estado (Fazenda, Agricultura, Casa Civil e Secretaria do Oeste) antes de chegar ao Senado Federal.

COLONIZAÇÃO

Um panorama sintético, mas irretocável, do que foi o povoamento e a ocupação do Oeste Catarinense, em especial da sua região mais a Leste, pode ser encontrada num importante trabalho acadêmico de autoria de Paulo Ricardo Bavaresco, professor no campus da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) em São Miguel do Oeste e que fez seu doutorado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Segundo esse professor, o processo tem início, nos primórdios do século XX, quando o Governo do Estado de Santa Catarina - impossibilitado de promover com meios próprios o desenvolvimento daquela então remota região - delegou essa tarefa a empresas de colonização:

“O sistema era o seguinte: empresas colonizadoras recebiam do governo porções de terra e, em troca, deveriam proporcionar a ocupação definitiva da área e construir estradas para o transporte e deslocamento dos colonos. Esperava-se que, com essas medidas, promovessem o desenvolvimento e a inserção da área ao restante do Estado. As empresas colonizadoras, ao receber a área para colonizar, exploravam a madeira mais nobre e, só depois vendiam as terras aos colonos; por isso é que a indústria

madeira logo começou a se destacar no Oeste. A região se desenvolvia à medida que novas famílias de colonos se instalavam nas áreas abertas à colonização. Nesse ponto, a migração de colonos do Estado vizinho do Rio Grande do Sul contribuiu para o significativo aumento populacional da região, bem como para a exploração das matas. Com a extração da madeira e a derrubada da mata para as lavouras de subsistência, as madeiras aproveitavam a matéria-prima disponível. Sua abundância, e, por sua vez, o baixo preço da madeira daí decorrente, era compensado pela quantidade e diversidade do produto comercializado, fomentando continuamente a atividade de derrubada e comercialização.”

A partir da década de 1940, cresce rapidamente o número de povoações recém formadas basicamente por descendentes de italianos, alemães e, em menor número, poloneses vindos do Rio Grande do Sul para as novas terras. Esse imigrante de origem européia passou logo a ser visto como o fator que seria decisivo para o desenvolvimento econômico, como explica Paulo Ricardo Bavaresco no trabalho intitulado “Colonização do Extremo Oeste Catarinense (Contribuições para a História Campesina da América Latina):

PIONEIROS

“As transformações que se processam no Extremo Oeste Catarinense a partir do período da colonização estão intimamente ligadas às relações sociais que se desenvolveram nas novas colônias. Essas relações se verificam no modo de vida, lazer, trabalho, uso da terra, ou seja, no cotidiano dos colonos. Fruto dessas relações é possível observar a construção da paisagem cultural, já que a ocupação ocorreu por ocasião do esgotamento das terras do Rio Grande do Sul. Para continuarem as atividades agrí-

colas, esses agricultores deixavam a terra natal e migravam ao encontro de novas terras, em que poderiam ser proprietários. Assim, deixavam os lotes desbravados pelos pais e tornavam-se pioneiros, colonizando outras áreas. Explica-se, assim, a mão de obra com baixa remuneração, disponível para as madeireiras e empresas colonizadoras. O trabalho braçal na abertura de estradas, em troca do pagamento do lote colonial, bem como, trabalho com baixa remuneração nas madeireiras, para compensar o capital investido na terra, foi a alternativa encontrada por alguns imigrantes. A difícil situação da infraestrutura, o tamanho do lote colonial que não ultrapassava 24 hectares, propiciou às comunidades desenvolverem uma produção para subsistência. O sentido econômico do lote colonial é a autosuficiência, que serve para explicar, já inicialmente, a policultura. Planta-se, preferencialmente, as espécies vegetais destinadas à alimentação humana, e os respectivos excedentes permitem ao colono efetuar a troca, geralmente num armazém.”

A extração e venda de madeira que se constitui no segundo ciclo econômico da região (o primeiro fora o da coleta e venda de erva mate) desempenhou papel determinante na vida dos colonizadores pioneiros porque as árvores abatidas forneceram matéria-prima para a construção de casas, celeiros, cercas, galpões, estábulos e galinheiros.

TEMPOS DIFÍCEIS

De início, os agricultor que chegavam do Sul passaram por grandes dificuldades, assim descritas pelo professor Paulo Ricardo Bavaresco:

“O baixo preço pago pelo produto agrícola, por parte dos comerciantes locais, justificado pela distância

dos grandes centros consumidores, dificultava o acúmulo de capital pelos colonizadores. Esse acúmulo é de fundamental importância no início da colonização, pois proporcionava ao agricultor condições de adquirir sementes, instrumentos e animais para transporte, que são indispensáveis para o aumento e melhoria da produção agrícola”.

As peculiaridades locais que acabaram determinando a economia regional, com sua vocação dirigida especialmente para a agroindústria, é assim esmiuçada pelo professor da Unioesc:

“A diversidade da produção agrícola nas colônias gerava pequeno excedente, que servia para a venda e troca. A dificuldade de transporte para os grãos propiciava ao colono a criação de galinhas e porcos. É que os porcos poderiam ser tropeados em comboios até as cidades. Logo, produzir excedentes para o mercado é herança cultural dos imigrantes proveniente das “colônias velhas” do Rio Grande do Sul. A necessidade da poupança é fator importante na aquisição de ferramentas para o trabalho, produtos que não era possível obter na colônia, e poupança também se fazia necessária para o pagamento da terra. Assim, papel importante nessas relações desempenhou o comerciante ou vendista. O comerciante passou a ser o centro dos negócios nas vilas ou pequenos núcleos coloniais. É nesses pontos que o colono repassava seu excedente e, em troca se abastecia de sal, querosene, tecidos, ferramentas e medicamento. Raras vezes, o colono recebia dinheiro em troca dos seus produtos, preferindo deixar em conta junto ao comerciante. Assim, o colono, em determinados períodos, encontrava-se com bom crédito no comércio, outras vezes, em débito. Mesmo assim, estabelecia-se certa confiança entre um e outro. Quan-

do os frigoríficos surgiram na região Oeste do Estado de Santa Catarina, já encontraram ali uma considerável oferta de matéria-prima. É que a criação de suínos foi um procedimento típico nessas áreas coloniais. À medida que aumentava a demanda do produto pelos centros consumidores, o pequeno agricultor ampliava sua produção com vistas ao comércio. Avultava, assim, seu significado comercial devido a demanda para os frigoríficos instalados no Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná.”

MUNICÍPIOS

Para falar dessa extraordinária aventura que foi a ocupação de vasta parcela do território catarinense pelos meus conterrâneos vou concentrar-me aqui no exame da história dos principais municípios daquele Estado que tiveram, na sua origem e no seu desenvolvimento, a participação predominante de migrantes gaúchos.

CHAPECÓ

Começo pela fundação, em 25 de agosto de 1917, de Chapecó, hoje a maior cidade do Oeste catarinense, com mais de 164 mil habitantes. O nome vem do tupi – *Xapeco*, com xis –, e muito apropriadamente quer dizer “lugar de onde se avista a plantação”. Esse é um detalhe interessante. Na verdade, chega a ser uma denominação premonitória porque, em pouco tempo, os colonos do Rio Grande do Sul transformariam a paisagem daquelas terras ainda incultas com suas plantações, com seus currais, com seus moinhos, seus engenhos. Começava a surgir ali um dos mais importantes pólos da agroindústria brasileira.

É necessário ressaltar que, em 1940, ocorrerá um novo fluxo de colonos gaúchos ainda mais intenso que aquele iniciado em 1917. Essa corrente migratória será a responsável pela características da cultura e da arquitetura, de fortes traços europeus, que será marcante em Chapecó.

Como já mencionei anteriormente, a forte agroindústria que naquelas terras se desenvolveu foi impulsionada inicialmente pela grande produção de aves e suínos nos minifúndios.

É claro que hoje, até por sua condição de mais importante cidade do Oeste catarinense, Chapecó também se destaca como pólo comercial e de prestação de serviços, além de abrir espaço para outros setores industriais. Mas a principal vocação da cidade, sem dúvida alguma, continua a ser aquela que foi determinada desde seus primórdios pelos colonos chegados do Rio Grande do Sul.

CONCÓRDIA

Passo agora a falar sobre Concórdia, que reúne hoje mais de 67 mil habitantes, o que faz dela a maior cidade do Alto Uruguai Catarinense, Meio-Oeste do Estado, área que também recebeu os sucessivos fluxos de colonizadores gaúchos. Até 1920, a fértil região em que se situa Concórdia era habitada somente por uns poucos moradores, que praticavam uma agricultura rudimentar. O nome do município deve-se ao fato de ali ter sido o assinado o acordo de paz que deu fim à Guerra do Contestado.

Entre os anos 1920 e 1930, os Governos estadual e federal decidiram estimular a venda de pequenas propriedades rurais para os colonos gaúchos. Os resultados foram os melhores possíveis. Rapidamente proliferaram nos minifúndios as plantações de milho e de soja. De outro lado, a criação de animais favoreceria, depois, o surgimento ali de algumas das maiores empresas frigoríficas do País.

Mais tarde, o progresso da cidade tornou inevitável o desenvolvimento de outros setores, tanto na área do comércio como na da indústria, com destaque para a informática. Em Concórdia vive-se ainda o espírito dos gaúchos pioneiros, abertos à congregação e à celebração da amizade. Todos os anos, por exemplo, temos a Festa do Vizinho, que começou, com poucas ruas, em 1997. Hoje, mais de quinhentas ruas fazem a festa, reunindo 30 mil

pessoas. Nesse dia, os vizinhos se juntam para um almoço comunitário, quase sempre o nosso velho churrasco. A festa acontece na própria rua, especialmente decorada para a ocasião, e vai do meio da manhã até o anoitecer.

VIDEIRA

Passo agora a uma outra cidade importante na cronologia da diáspora do povo gaúcho. Refiro-me à Videira que até 1918 era conhecida como Vila do Rio das Pedras. A partir daquele ano, muitas famílias de imigrantes de origem italiana, oriundas do Rio Grande do Sul, fixaram-se naquelas terras e entregam-se à produção agrícola em moldes familiares.

Mais tarde, em 1944, já com uma produção de uvas bastante significativa, o município de Videira consegue a emancipação. A partir daí, vê consolidar-se um vigoroso processo de crescimento, baseado também na produção de outras frutas, como pêsego e ameixa, e na criação de aves e suínos. A agroindústria adquire um papel econômico preponderante, gerando milhares de empregos.

CAÇADOR

Nesse perambular em busca das pegadas dos migrantes gaúchos para Santa Catarina, passo agora a falar de Caçador, destacado Município do Meio-Oeste catarinense, atualmente com mais de 67 mil habitantes. Em 1910, os trilhos da ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul chegaram à estação Rio Caçador, no Alto Vale do Rio do Peixe. Com os trilhos, vieram imigrantes de origem italiana, provenientes quase todos do Rio Grande. Rompeu, porém, a Guerra do Contestado, e o processo de colonização arrefeceu. Somente foi retomado com o fim do conflito, quando a então Vila de Rio Caçador recebe migrantes poloneses, ucranianos, espanhóis, portugueses e sírio-libaneses.

XANXERÊ

Nesse trajeto pelas cidades de Santa Catarina que contaram com a presença de gaúchos na sua formação é importante também falarmos de Xanxerê. Até porque os anseios de emancipação daquele município se tornaram mais fortes quando para suas terras começaram a migrar famílias vindas dos mais diversos lugares - mas em sua grande maioria do Rio Grande do Sul - atraídas principalmente pelas riquezas naturais lá existentes, pelos vastos pinhais e pelas matas cobertas de madeiras nobres.

SÃO MIGUEL DO OESTE

Também é indispensável dizer algumas palavras a respeito de São Miguel do Oeste, hoje a maior cidade do extremo-oeste catarinense. Registros históricos dizem que nas décadas de 40 e 50 do século passado, quase todos os dias, chegavam à então Vila Oeste, na época distrito de Chapecó, inúmeras caravanas com colonos provenientes do Rio Grande do Sul. Aquela região não oferecia aos migrantes as condições básicas para uma vida confortável, mas eles, com seu trabalho incessante, bem como suas articulações políticas, conseguiram a emancipação da Vila Oeste, transformada depois no Município de São Miguel do Oeste.

Examinei aqui as principais cidades do Oeste e do Meio Oeste Catarinense que foram formadas, em grande parte, por agricultores que migravam do Rio Grande do Sul, mas o número de cidades nas outras regiões não é muito menor.

TROPEIROS

Faxinal dos Guedes e Arvoredo, por exemplo, nada mais eram, inicialmente, que pontos de passagem dos tropeiros que saíam do Rio Grande do Sul em direção a outros Estados, principalmente Paraná e São Paulo. Aos poucos, foram cativando os viajantes que nelas se instalaram. Ao fazer menção aos tropeiros, obrigatoria-

mente devo mencionar outro pedaço do solo catarinense em que também é marcante a influência do povo gaúcho: a região serrana.

É o caso de Lages, a maior cidade do Planalto Catarinense que conta atualmente com cerca de 170 mil habitantes. Fundada em 1766, foi inicialmente uma importante estalagem na rota comercial entre o Rio Grande do Sul e os Estados mais ao Norte, pela qual era levado o gado dos campos gaúchos a fim de ser abatido para alimentar os trabalhadores das minas de extração de ouro em Minas Gerais.

Muitas outras cidades daquela região – como Bom Jardim da Serra, por exemplo – tiveram gênese semelhante. Para isso contribuíram as peculiaridades da geografia local. As viagens pela região serrana eram extremamente cansativas e perigosas. Sempre havia o risco de as mulas caírem nas ribanceiras, morrendo e levando consigo as preciosas cargas que transportavam. De modo que os tropeiros preferiam acampar em Lages, recobrando forças e preparando-se para a descida do dia seguinte.

Com o passar dos anos, o acampamento deu origem a um pequeno vilarejo, que logo se estruturava para oferecer aos viajantes um comércio rudimentar e a prestação de alguns serviços básicos. Dessa maneira consolidaram-se muitos Municípios da região serrana de Santa Catarina, que mantêm, até hoje, traços que os aproximam dos gaúchos que moram no nosso planalto. O sotaque e o vestuário, por exemplo.

CONVIVÊNCIA

Já na migração para Santa Catarina ficou patente aquele traço que seria característico dos migrantes gaúchos: a incrível capacidade de, nas zonas de colonização, conviver pacífica e harmoniosamente com pessoas oriundas de outras regiões e com os moradores locais. Já falei de cidades em que eles vieram a ter a companhia de poloneses, espanhóis, portugueses, sírio-libaneses... Pois bem! A

convivência foi sempre respeitosa e fraterna. Uma demonstração a mais, na verdade, da natureza gregária do povo gaúcho.

Depois dessa relação amistosa com as pessoas de outros rincões, quero destacar aqui, mais uma vez, o nosso proverbial sentimento de amor à terra natal. Ao longo de todo esse tempo, que se estende por mais de um século, continuaram os migrantes gaúchos espalhados pela Nação a cultivar seus costumes e tradições.

A mais clara demonstração de que o amor pelo Rio Grande do Sul continua inabalável é, sem sombra de dúvida, a existência de milhares de CTGs, os Centros de Tradição Gaúcha. São os CTGs, com seu caráter gregário, com sua altivez, com seu espírito generoso e solidário, que favorecem a coesão dos migrantes sul-riograndenses em todos os rincões deste mundo.

Em torno de qualquer agrupamento de gaúchos desbravadores, logo surge um CTG. E o novo galpão erguido às pressas, às vezes bastante precário, logo se transforma no centro das decisões mais importantes para o futuro daquela comunidade. Ali são feitas reuniões para tratar da venda das safras, do financiamento dos bancos oficiais, das melhorias em infra-estrutura que se fazem necessárias.

Mas ali, principalmente – ali, mais que tudo –, o que se faz é preservar a cultura gaúcha. Ali se preservam as vestimentas, o tipo de alimentação, o linguajar, os esportes, a filosofia, a poesia, as músicas e as danças de nossa terra.

Em Santa Catarina, de acordo com levantamento do Movimento Tradicionalista Gaúcho daquele Estado, existem atualmente 534 CTG. A esses estão vinculados 1.866 Piquetes de Laçadores. Os Piquetes de Laçadores ajudam a zelar pelas tradições do Rio Grande; organizam reuniões de caráter cultural, recreativo e campeiro entre seus integrantes e convidados, com o objetivo de conservar e divulgar os aspectos peculiares da vida no campo e do traje gaúcho; e participam em torneios de tiro de laço, rodeios, desfiles, cavalgadas e outros eventos campeiros.

Ao todo, os CTG de Santa Catarina têm mais de 26 mil e 300 sócios. Milhares de pessoas que nos ajudam a lembrar, todo dia, quão importante foi a contribuição da gente sul-rio-grandense para transformar aquele Estado num dos mais desenvolvidos de nosso País, tanto do ponto de vista econômico como, principalmente, do ponto de vista social. Milhares de pessoas que nos ajudam a lembrar, todo dia, que em Santa Catarina, especialmente no oeste e na região serrana, existe muito do povo gaúcho, da alma gaúcha, do sentimento gaúcho.

A MARCHA ATÉ O PARANÁ

Durante quase todo o século passado, milhares de famílias gaúchas deixaram diversas regiões do Rio Grande do Sul para desbravar a imensa hinterlândia do País. Inicialmente, penetraram nas terras virgens de Santa Catarina e, depois, Paraná. Povoando os imensos espaços vazios, desenvolveram a agricultura e construíram a infraestrutura, expandiram a nossa fronteira agrícola e ajudaram a fixar os primeiros pilares do complexo agroindustrial brasileiro, que é hoje um dos mais desenvolvidos e mais competitivos do mundo.

Inegavelmente, não podemos deixar de reconhecer que os colonos gaúchos são responsáveis, em grande parte, pelos valiosos lucros que hoje são gerados pela moderna agricultura brasileira. Os resultados obtidos atestam claramente a grandeza de nossa capacidade agrícola, que foi alcançada graças a muito trabalho, muita luta, muito sacrifício e muita coragem.

Os colonos que partiam do Sul – desde o início do século passado – costumavam escrever cartas nas quais relatavam sobre a vida nas novas terras. Contavam suas experiências, falavam sobre as boas perspectivas e encorajavam seus parentes e amigos a seguirem a mesma trilha. Todos se interessavam em saber das histórias narradas pelos que se afastavam do rincão, e assim essas correspondências eram passadas de mão em mão e lidas com grande interesse. Influenciados por essas notícias, outras levas de gaúchos tomaram a estrada.

É importante não esquecer que os nossos migrantes saíram em busca de terras em regiões remotas que ainda não faziam par-

te dos interesses imediatos dos grandes proprietários e do grande capital fundiário, que não tinham, à época, grande motivação para investir na viabilidade econômica dessas áreas. Para os pequenos proprietários, ao contrário, valia a pena o sacrifício de desbravar os espaços mais remotos.

A CAMINHO DO OESTE

No final da década de 1930, a necessidade de ocupação imediata das grandes extensões despovoadas do Brasil já era uma realidade para o então Presidente Getúlio Vargas, o maior estadista que este País já teve. Incorporar esses espaços passou a ser vital para impulsionar o desenvolvimento e até mesmo para facilitar a nacionalização de propriedades que, durante o século XIX e início do século XX, haviam permanecido em mãos de empresas estrangeiras. Era importante para a Nação incorporar novas terras ao processo produtivo, aumentando as exportações de produtos agrícolas, como forma de reduzir as possibilidades de conflitos sociais agrários em áreas potencialmente sensíveis. Em suma, era um assunto importante para a segurança nacional.

Com essas intenções, o Governo conseguiria, finalmente, abrir um novo espaço em favor da expansão do capital e, no caso específico do oeste do Paraná, oferecer aos gaúchos a possibilidade de colonização da região. A fim de tornar possível a realização desse grande projeto, o Estado não poupou esforços para criar políticas que incentivassem a ocupação das áreas selecionadas.

Dessa forma, no início de 1940, milhares de gaúchos acreditaram nas facilidades oferecidas pelo Governo e partiram para conquistar o oeste do Paraná. *Grosso modo*, foi assim que Getúlio Vargas estabeleceu as bases da chamada “Marcha para o Oeste”, cujo objetivo era colonizar, integrar e alargar as fronteiras agrícolas do País.

Aliás, o interesse nacional pela questão da integração dos grandes espaços vazios ficou ainda mais aguçado com o início da

Guerra Fria, logo após a derrota do nazi-fascismo na Europa. Convém destacar ainda que, até hoje, essa política de ocupação está mais viva do que nunca. Hoje, o grande temor nacional ainda é o vazio amazônico, a ameaça de ocupação estrangeira que paira sobre o território e a destruição acelerada da floresta, que poderia motivar uma intervenção internacional.

PREÇO DA TERRA

Sem dúvida, o maior atrativo para povoar essas regiões foi o baixo preço da terra e a sua fertilidade, sobretudo no oeste do Estado de Santa Catarina; no oeste e no sudoeste do Estado do Paraná e no sul do Mato Grosso do Sul, onde predominavam as chamadas terras roxas. Os gaúchos foram os principais alvos dessa política porque eram donos de propriedades muito pequenas, ou nem mesmo tinham propriedades rurais; ou porque começavam a formar um forte excedente de mão de obra. A maioria descendia de imigrantes europeus, basicamente italianos e alemães, que haviam iniciado a colonização do Rio Grande do Sul durante o século XIX.

Nas décadas de 1950 e 1960, a migração organizada dos gaúchos para o oeste do Paraná foi intensa. Geralmente, partiam em grupos com suas famílias, vizinhos e amigos. Ao chegarem, procuravam a empresa colonizadora e adquiriam lotes em uma mesma área, trabalhavam em conjunto para derrubar a mata subtropical, construía suas casas, preparavam a terra e cultivavam os produtos necessários para a subsistência. Podemos dizer que o início da década de 1970 marcou o fim da colonização gaúcha no oeste do Paraná.

ITAIPU

Com a execução do 1º e do 2º Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a agricultura brasileira deu os primeiros passos em direção à modernização capitalista que ha-

veria de mudar radicalmente as relações sociais e econômicas no campo. Ao mesmo tempo, com a assinatura do tratado entre as Repúblicas do Brasil e do Paraguai, em abril de 1973, para viabilizar o aproveitamento hidrelétrico dos recursos do rio Paraná, com a criação da empresa Binacional Itaipu, foi selado um novo destino para toda a região.

A obra teve início em 1975. Em setembro de 1982, ocorreu a inundação de 1.460 quilômetros quadrados de áreas marginais ao rio Paraná. Destes, 855 quilômetros quadrados situavam-se em território brasileiro. Evidentemente, muitos colonos antigos foram beneficiados com a chegada da energia elétrica. Entretanto, as pequenas unidades agrícolas familiares ribeirinhas ao rio Paraná foram tragadas pelas águas. Segundo dados fornecidos pela Binacional Itaipu, 38 mil agricultores residentes naquela extensão rural foram expropriados e indenizados.

Os mesmos motivos que levaram milhares de gaúchos a migrar para o oeste do Paraná estimularam-nos, igualmente, a colonizar a parte sudoeste do Estado, que é hoje formada por 42 municípios. A região faz fronteira com o Estado de Santa Catarina e com a Argentina.

REVOLTA

O sudoeste paranaense tem uma história atribulada e, durante muitos anos, foi palco de inúmeras brigas. Um litígio territorial com a Argentina se arrastou de 1881 a 1895. Entre 1901 e 1916, Paraná e Santa Catarina quase foram às vias de fatos por causa da disputa de uma área em suas fronteiras. De 1912 a 1915, nessa região pretendida pelos dois Estados, aconteceu a Guerra do Contestado, uma revolta armada de caboclos contra os Governos Federal e Estadual e contra uma empresa estrangeira que atuava no local, a Brazil Railway.

Tal empresa havia recebido do Governo, como pagamento pela construção da ferrovia São Paulo–Rio Grande, uma área de

mais de 276 mil alqueires que era ocupada pelos caboclos, e decidiu expulsá-los. A reação foi imediata, e o conflito armado começou. Nessa época, surgiu igualmente um movimento separatista que defendia a criação do Estado de Missões, que deveria reunir parte do sudoeste paranaense e mais de dois terços do território de Santa Catarina.

Em 1943, foi criado o Território Federal do Iguazu, que durou dois anos e serviu apenas para reforçar a tese separatista. Nos anos 1950, com a explosão migratória de gaúchos e catarinenses para a região, reapareceu a idéia da criação do Estado do Iguazu, que, felizmente, não foi para frente.

Em 11 de outubro de 1957, milhares de posseiros armados tomaram Francisco Beltrão e enfrentaram latifundiários e companhias que lucravam com o comércio de terras e seus jagunços. O levante ficou conhecido como a “Revolta de 1957”. As cidades de Francisco Beltrão e Pato Branco foram os pontos mais quentes do conflito.

COMUNIDADE MAIS NUMEROSA

A colonização intensiva do sudoeste do Paraná por gaúchos e catarinenses aconteceu ao mesmo tempo em que se verificou a ocupação do oeste. Desde o início da colonização, a partir de 1940, a comunidade gaúcha sempre foi a mais numerosa. Na década de 1950, a migração de gaúchos atingiu o seu ponto máximo, estimulada pelo apoio que recebia da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), criada em 1942 para viabilizar a estratégia da “Marcha para o Oeste”, imaginada por Getúlio Vargas. Vale dizer que o sudoeste era considerado pelos migrantes como o eldorado paranaense. As terras eram cobertas por vastas reservas de araucárias, mais de seis milhões de árvores gigantescas, um fantástico patrimônio natural.

Para melhor compreendermos a importância da migração de gaúchos para o Estado do Paraná, quero mencionar aqui um pou-

co da história das principais cidades das regiões paranaenses de colonização recente.

CASCAVEL

Começo por Cascavel, distante 492 quilômetros da capital, que é hoje a sexta maior cidade do Estado, mesmo tendo sido criada há poucas décadas. Desfrutando de uma topografia privilegiada, que facilitou a abertura de ruas largas e bairros bem distribuídos, o município conta com cerca de 300 mil habitantes.

A atração de migrantes para a região de Cascavel começou na década de 1930, quando, com o ciclo da erva-mate já extinto, iniciou-se a extração de madeira. As levas iniciais de migrantes eram compostas, em sua maioria, de agricultores descendentes de italianos, alemães e poloneses.

Exatamente como antes havia ocorrido em Santa Catarina, na medida em que as áreas de mata nativa eram esgotadas iniciava-se a produção agropecuária, centrada na pequena e na média propriedade, que constitui ainda hoje a base econômica daquele município.

Cascavel, cujas terras pertenciam à Prefeitura de Foz do Iguaçu, foi considerada vila a partir de 1936. Apenas dois anos depois era elevada à sede de distrito administrativo. A emancipação veio em 1952. Considerada a capital do oeste paranaense, é o centro de um dos principais polos econômicos do Estado porque, além de sua forte produção agropecuária, desenvolveu um parque industrial diversificado e dinâmico.

TOLEDO

Passo agora para a cidade de Toledo, que foi emancipada juntamente com a sua vizinha Cascavel, em dezembro de 1952. Toledo figura também com destaque entre os municípios mais populosos do Paraná, já que ocupa a décima quarta posição. Con-

centra atualmente muitas empresas de grande porte que processam a elevada produção de grão de suas terras férteis e planas.

Área de colonização mais recente, Toledo recebeu seus primeiros moradores a partir de 1946. Cinco anos depois surgia o município. É interessante constatar que, na década de 1960, havia apenas cinco cidades naquela região: Foz do Iguaçu, Cascavel, Toledo, Guaíra e Guaraniaçu.

A colonização da área foi desenvolvida em pequenas propriedades que tinham, em média, 10 alqueires paulistas ou 24 hectares. Dos anos 60 para os anos 70 a economia passou por um processo acelerado de mudança. A concentração da propriedade da terra favoreceu a monocultura e determinou o êxodo de grande parte dos pequenos produtores que seguiram para as novas fronteiras agrícolas no Centro e no Norte do País. De outro lado, o aumento da produção de suínos levou à criação de grandes frigoríficos que passaram a vender sua produção para o exterior.

FRANCISCO BELTRÃO

Outra cidade que merece menção quando se fala da presença gaúcha no Paraná é Francisco Beltrão, no sudoeste paranaense, que possui população estimada em 80 mil habitantes, sendo a vigésima quinta mais populosa do Estado. O município foi oficialmente fundado em 14 de dezembro de 1952, tendo sido desmembrado de Clevelândia. Sua economia é importante para a região por concentrar diversos tipos de serviços bancários, educacionais e médicos, além de um amplo número de estabelecimentos comerciais. Sua indústria se destaca pela agroindústria e pela produção têxtil e moveleira.

PATO BRANCO

No sudoeste do Paraná, deve-se destacar também a cidade de Pato Branco, que conta com população superior a 65 mil habitantes e desfruta de elevado índice de desenvolvimento humano.

O município se destaca como centro de serviços com ênfase nos setores da saúde e da educação, mas, em anos recentes, passou a contar com um centro tecnológico industrial. A agricultura também representa uma importante fatia na economia deste município, que é o vigésimo sexto mais populoso do Paraná.

CAPANEMA

Por fim, quero me referir a Capanema, no sudoeste paranaense, porque tenho relação pessoal com aquela cidade. Naquele município que tem hoje cerca de 18 mil habitantes, residiu por muito tempo minha esposa, Ivete, bem como seus pais e irmãos. A cidade recebeu este nome em homenagem ao engenheiro Guilherme Schüch, Barão de Capanema, que teve importante atuação na disputa entre Brasil e Argentina pelas terras do sudoeste do Paraná e do oeste de Santa Catarina, região à época conhecida como Palmas. Capanema é uma grande exportadora de produtos orgânicos para o mundo.

Começo falando da transferência da família da minha esposa, Ivete, do Rio Grande do Sul para o Estado do Paraná. Meu sogro, Geraldo Fulber, era natural de Santa Cruz do Sul, enquanto minha sogra, dona Dalcila, nasceu em Três Passos. Depois de casados, eles instalaram-se em Três Passos, onde possuíam um mercadinho. Seus dois filhos mais velhos, Desidério e Odete, haviam nascido ainda no Sul.

Em 1956, a família Fulber partiu em busca de maiores oportunidades no oeste do Paraná. Viajaram durante um mês em um caminhão no qual levavam as mercadorias do mercado que haviam fechado em Três Passos.

Inicialmente passaram por Cascavel, onde um irmão de meu sogro resolveu instalar-se. Dali, seu Geraldo e dona Dalcila seguiram então para Capanema, que na época tinha apenas três casas. Como outros pioneiros, eles passaram por muitas e grandes di-

ficuldades. Durante o primeiro mês, enquanto construía uma casa, dormiram com os filhos dentro de um jipe.

Nos primeiros tempos, meus sogros dedicaram-se ao comércio. Possuíam um armazém típico daqueles dias, que vendia de tudo. Mais adiante, meu sogro passou a trabalhar também como comprador de fumo para uma grande indústria de tabaco. A seguir, começou a plantar soja, atividade na qual teve bastante êxito. Também atuou na suinocultura. Foi já no Paraná que nasceram os dois filhos mais novos do casal, Vilson e minha esposa, Ivete, que guarda com muito carinho na memória a sua infância vivida numa pequena cidade do interior do Paraná.

ALCENI GUERRA

Passo agora a transcrever o depoimento de um dos mais destacados políticos paranaenses, o Deputado Alceni Guerra, ex-Ministro da Saúde, atualmente exercendo o cargo de Secretário de Planejamento do Estado do Paraná, que participou efetivamente da migração do povo gaúcho em busca de novas terras:

“Minha família deixou o Rio Grande do Sul em fevereiro de 1955, quando eu estava com nove anos. Meu pai, Prosdócimo Guerra, era agricultor e comerciante. Tanto ele quanto minha mãe, Adele, de sobrenome Fumagalli, eram filhos de italianos. Lembro muito bem da nossa viagem de caminhão. Ora eu ia na carroceria, ora eu viajava na cabine. O momento de maior impacto foi quando cruzamos o rio Uruguai em balsa. Para fazer um trajeto de 350 quilômetros, que hoje se atravessa em apenas quatro horas, nós viajamos durante dois dias inteiros, mesmo saindo de madrugada. Quando chegamos ao oeste do Paraná, aquela região do Estado ainda estava totalmente coberta por florestas. Era como um paliteiro de araucárias, com uma árvore a cada três ou quatro

metros. A primeira atividade econômica forte naquela época foi a derrubada da floresta para venda da madeira. Exportávamos para o mundo todo. A extração de madeira foi o que permitiu a capitalização dos migrantes gaúchos. A seguir, começou a prática da agricultura, ainda não mecanizada. Mais adiante, passaram os migrantes a adotar a produção com tratores. Hoje, no oeste e sudoeste do Paraná, a produção utiliza intensamente a tecnologia, alcançando elevada produção de grãos, entre os quais se destacam o milho e a soja. Cerca de uma década depois de nossa chegada ao Paraná, já em meados dos anos 60, os gaúchos ou seus descendentes que estavam instalados no Paraná continuaram seu êxodo em direção ao Norte em busca de terras mais baratas, onde pudessem comprar propriedades mais extensas. Minha família é um claro exemplo disso. Na década de 60, meus dois irmãos mais velhos seguiram para o Mato Grosso do Sul. Depois, nos anos 70, eu e mais um irmão fomos para Rondônia. Nos 80, outro irmão nosso foi para Rondônia. No oeste do Paraná, hoje são cerca de 100 as cidades que têm população adulta de origem majoritariamente gaúcha, se considerarmos os habitantes mais idosos e seus filhos já nascidos no Paraná. As principais cidades da região são Cascavel, Pato Branco, Toledo, Francisco Beltrão, Palotina e Marechal Cândido Rondon. Quando fui prefeito de Pato Branco, mandei fazer uma pesquisa para descobrir quais clubes de futebol eram os preferidos dos moradores da cidade. Descobri que o Grêmio vinha em primeiro lugar, com 23%. Em segundo lugar ficou o Internacional, com 19% dos torcedores. Em terceiro vinha o Corinthians, com 17%. Os maiores clubes do próprio Estado –Paraná e Atlético – não chegavam nem a um por cento. Acredito

que o traço mais forte dos gaúchos que migraram é o pioneirismo, não apenas para incorporar novas áreas de produção ao País, mas também na adoção de técnicas agrícolas inovadoras. Os descendentes de gaúchos no Paraná têm espírito marcadamente pioneiro até mesmo no que se refere à tecnologia. Hoje, a cidade de Pato Branco possui o maior parque tecnológico do interior do País, com mais de 100 empresas de *software*.”

NELSON MEURER

Entre os que viram de perto a colonização do sudoeste do Paraná pelos gaúchos está o Deputado Federal Nelson Meurer, que chegou à região em 1947, aos cinco anos, vindo de São Joaquim, Santa Catarina, com seus pais, que eram agricultores.

“Quando chegamos, as duas maiores cidades da região não passavam de pequenas vilas. A vila de Marrecas veio a se transformar, depois, na cidade de Francisco Beltrão, que hoje conta com 80 mil habitantes, sendo que cerca de 70% deles são sul-rio-grandenses ou seus descendentes. A partir daquela época, os gaúchos começaram a chegar em grande número. Eram a maioria dos migrantes. No início, esses migrantes, muitos deles levados ao Paraná por empresas colonizadoras, se dedicavam à extração de madeira. Abriam serrarias e começavam a trabalhar. Pode-se dizer que os gaúchos continuaram chegando até os anos 70, quando cessou a imigração porque as terras já estavam todas ocupadas. Um processo semelhante de ocupação ocorreu ao mesmo tempo no sudoeste do Paraná.”

ASSIS DO COUTO

Acrescento aqui o depoimento do Deputado Federal Assis do Couto, do PT do Paraná, personagem da diáspora gaúcha. Seu pai, nascido em Santa Maria, e sua mãe, de Erechim, migraram nos anos 50 para aquele Estado em busca de uma vida melhor.

Instalaram-se na cidade de Santo Antonio do Sudoeste, onde, em 1961, nasceu o deputado.

Residindo hoje na cidade de Planalto, que fica a 700 quilômetros de Porto Alegre (enquanto a capital daquele Estado, Curitiba, fica a 600 quilômetros de distância), Assis do Couto diz que – para dar uma boa idéia da presença de maciça de gaúchos e de seus descendentes naquela região – as linhas de ônibus para a capital gaúcha Alegre movimentam mais passageiros dos que as que têm linhas para Curitiba.

Assis do Couto destaca que boa parte dos descendentes dos gaúchos que chegaram ao sudoeste do Paraná nos anos 50 deixaram aquela região já a partir dos anos 70 – mas com maior intensidade em meados dos 80 – em direção ao Norte do País.

Sem dúvida, pode-se dizer que a colonização do oeste e do sudoeste do Paraná é sem dúvida uma das mais belas páginas da diáspora do povo gaúcho, esse movimento que – como não canso de repetir – transformou em realidade o sonho antigo de que o Brasil poderia ser, como é de fato, o celeiro da humanidade.

A CONQUISTA DO CERRADO

A incorporação dos cerrados à agropecuária brasileira é um fato de importância capital para a economia brasileira, uma vez que esse ecossistema, considerado improdutivo há algumas décadas, contribui hoje com parcela considerável da nossa produção de carne e grãos. A participação dos migrantes gaúchos foi decisiva para o sucesso dessa empreitada.

Examinarei aqui a questão das novas fronteiras agrícolas, expandidas principalmente pelos migrantes gaúchos a partir de meados do ano 70. Apresentarei dezenas de depoimentos de migrantes sul-rio-grandenses espalhados por vários estados do Centro-Oeste, do Nordeste e do Norte. Acredito que a reprodução desses relatos, de certa forma, mostrará um quadro bastante aproximado do que foi essa fantástica aventura. E, quando falo em aventura, estou usando a palavra exata, porque a diáspora do povo gaúcho foi plena de episódios dramáticos, de enormes dificuldades e de incontáveis demonstrações de coragem, garra e ousadia.

Foram os migrantes sulistas que levaram adiante a colossal tarefa de incorporar o cerrado – área tradicionalmente desprezada, considerada imprópria para a agricultura – num dos maiores à produção agropecuária.

Segundo maior bioma produtivo do País, o cerrado brasileiro se estende por 197 milhões de hectares nos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Bahia, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Goiás. A principal característica do cerrado são os arbustos de galhos retorcidos e o clima definido, com uma estação chuvosa e

outra seca. Seus solos, em geral profundos, antigos e com poucos nutrientes, exigem uma adaptação para a produção.

A incorporação desse ecossistema, por sua vez, determinou que o Brasil viesse assumir a posição preponderante em termos globais que desfruta hoje na produção de alimentos. É interessante levar em consideração que o Brasil atinge o *status* de potência produtora mundial de alimentos justamente agora, neste começo do terceiro milênio, época em que o mundo enfrenta a primeira escassez de alimentos em nível planetário.

Passo agora a examinar a migração maciça de agricultores gaúchos para seis Estados: Goiás, Tocantins, Minas Gerais, Bahia, Maranhão e Piauí e Distrito Federal.

BANDEIRANTES DO SÉCULO XX

Antes, porém, quero aprofundar uma frase que mencionei antes: os gaúchos são os bandeirantes do século XX. Da mesma forma que os desbravadores paulistas, a partir do século XVI, indo em busca de pedras preciosas e também para o apresamento de indígenas, expandiram o território brasileiro até seus limites atuais, os migrantes gaúchos – junto com seus descendentes nascidos em Santa Catarina, Paraná ou Mato Grosso – mais do que dobraram a área agricultável deste País.

Na sua busca por metais preciosos, em especial a prata, e pedrarias, os aventureiros paulistas enfrentaram o clima inóspito dos sertões desconhecidos, sofreram ataque de animais selvagens e tiveram de lutar com os índios que bravamente reagiram à invasão de suas terras.

Na mesma intensidade, os agricultores do Rio Grande do Sul tiveram de afrontar ecossistemas bastante diversos daqueles a que estavam habituados quando deixaram o clima temperado da terra natal. Nos primeiros tempos da migração, a maioria desses homens e mulheres teve de se instalar em habitações precárias, tendas de lona ou de plástico ou ainda toscos casebres de madeira. Sem

sementes adequadas à nova terra e ao clima desconhecido, tiveram colheitas ruins; muitos deles foram à falência.

Como as pesquisas oficiais sobre os cerrados apenas engatinhavam, os agricultores gaúchos precisaram estudar por conta própria o solo e o regime das águas e foram obrigados a investir seus escassos recursos para tornar o solo produtivo.

Além disso, nas novas áreas de fronteiras agrícolas, esses pioneiros ergueram suas casas em regiões remotas, sem estradas, sem assistência médica e sem escolas para seus filhos.

Como ensinam os nossos livros de História, a conquista dos nossos sertões se deve às bandeiras, que eram expedições particulares e, em menor escala, às entradas, empreendimentos governamentais. Tendo isso em mente, digo sem medo de errar que os agricultores gaúchos foram os nossos bandeirantes do século XX.

A verdade é que as iniciativas oficiais de colonização do Brasil, especialmente durante o regime militar, foram poucas e quase sempre malsucedidas. O que garantiu o sucesso da nossa gente foi seu espírito empreendedor, seja de indivíduos ou de cooperativas, sua coragem e sua capacidade de superar os mais duros obstáculos.

Tanto os paulistas, no passado remoto, quanto os gaúchos, já no século XX, prestaram serviços dos mais relevantes à Nação. Sem os bandeirantes e os agricultores que migraram do Sul, o Brasil não seria o que é. No entanto, preciso fazer aqui uma ressalva. Os bandeirantes foram em busca da riqueza, mas, ao final de sua jornada, voltavam para o lugar de onde haviam partido. Fundaram, é verdade, muitos povoados e vilas e abriram incontáveis rotas pelo interior do Brasil. Mas, depois, sempre retornavam a São Paulo. Os gaúchos, não. Os meus conterrâneos foram aos lugares mais distantes e lá fincaram suas raízes. Fundaram cidades, abriram estradas e principalmente expandiram a produção de alimentos. Muitos deles morreram nas novas terras sem poder retornar mais uma vez ao Sul.

SERTÕES

Nesse ponto, não posso deixar de mencionar que o Centro e o Oeste do Brasil só passaram a interessar ao País em meados do século passado, quando aquele que foi o nosso maior estadista republicano, o sul-rio-grandense Getúlio Vargas, iniciou a grande Marcha para o Oeste. Antes disso, os brasileiros viviam presos ao litoral, como caranguejos. A esmagadora maioria da nossa população vivia numa estreita faixa do litoral, a menos de cem quilômetros do mar.

Passado pouco mais de meio século do nosso avanço para o Oeste, aquilo que se chamava de “sertão”, com um certo tom de desprezo e de angústia, transformou-se em uma das regiões mais produtivas do mundo. É disso que vou falar. Narrarei aqui, ainda que de forma breve e fragmentada, a trajetória de alguns dos homens e mulheres que deixaram o nosso torrão natal para, arriscando tudo, construir a grande potência agropecuária que o Brasil é hoje.

Não tenho pretensão de ser historiador, mas a minha já extensa carreira política me faz um observador atento da evolução das grandes questões nacionais, dentre as quais me interessa particularmente a diáspora do povo gaúcho.

Nesse ponto, quero formular uma pergunta aos estudiosos da História brasileira: não teria sido a expansão da nossa fronteira agrícola a maior epopeia brasileira do último quarto do século passado? Essa é a pergunta que eu lanço.

Vou dar aqui o testemunho de quem acompanhou com um misto de tristeza e orgulho a dispersão do povo sul-rio-grandense pelo Brasil. Quando uso a palavra triste, refiro-me à melancolia de sentir e ver tanta gente de garra e capaz deixar a nossa terra. Mas é preciso contrabalançar esse sentimento com o imenso orgulho que sinto pelo que nossos conterrâneos fizeram pelo Brasil afora.

DISTRITO FEDERAL

Iniciarei falando de um programa de assentamento realizado em Brasília, e, a seguir, mostrarei o que ocorreu nos demais estados. Para muitos estudiosos, o Programa de Assentamento Dirigido no Distrito Federal, mais conhecido pela sigla Padef, de certo modo, acabou servindo de modelo para outras iniciativas oficiais da incorporação dos cerrados.

Com a criação do Padef, o Governo do Distrito Federal pretendia formar um cinturão verde ao redor da recém-criada Capital da República. O então Secretário da Agricultura do Distrito Federal, o baiano Pedro Dantas, foi buscar no Rio Grande do Sul os agricultores que iriam concretizar aquilo que não passava de um projeto ousado. Do Rio Grande do Sul e do Paraná, Estado cujos agricultores em grande número descendem dos gaúchos, vieram para Brasília em 1977 os pioneiros. As treze primeiras famílias receberam lotes de chácaras, com 10, 12 ou 15 hectares, e de grandes áreas, de 280 hectares. Os gaúchos, na sua maioria, eram de Tapera e de Passo Fundo; os paranaenses, de Marechal Rondon.

Todos esses agricultores assinaram um termo de compromisso e obrigação pelo qual deveriam tornar produtivas as suas propriedades em apenas dois anos. Todos eles trouxeram do Sul suas máquinas e implementos para tocar as plantações. Mas a verdade é que eles desconheciam totalmente o clima e a terra. Agricultores antigos da região do Distrito Federal acharam que os gaúchos estariam de volta ao Sul em muito pouco tempo, antes do final do prazo, desiludidos por não conseguirem dominar a produção do cerrado.

Mas ocorreu justamente o contrário do que imaginavam os pessimistas. De uma produção de 30 sacos por hectare, por ano, nos primórdios, os gaúchos aqui do Planalto Central estão obtendo, em nossos dias, de 70 a 80 sacos. Trata-se de um extraordinário crescimento de 130%.

Com o sucesso do PadeF, os gaúchos começaram a chegar em grandes levadas às cidades goianas que cercam Brasília, como Cristalina, Luziânia e Formosa. Logo em seguida, passaram também a comprar terras nas cidades mineiras próximas, como Unai e Paracatu.

Quero transcrever aqui breve depoimento de um agricultor gaúcho que integrou a primeira leva dos migrantes para o Distrito Federal. Nascido em Tapera, Nei Schneider mudou-se ainda criança com os pais para Carazinho. Em 1976, estava em Balsas, no Maranhão, em busca de novas terras, quando foi informado da criação do PadeF. Inscreveu-se para ganhar um lote.

Hoje, morando a apenas 60 quilômetros da Estação Rodoviária do Plano Piloto, Nei Schneider considera-se totalmente adaptado à região. Segundo ele, os gaúchos que vieram para o Centro-Oeste há mais de trinta anos não pensam em retornar: “A gente não ia mais se acostumar a viver com uma propriedade colada na outra. Aqui as propriedades são muito maiores, a gente tem muito espaço”.

GOIÁS

Passo a falar da migração dos gaúchos para o Estado de Goiás. Abordarei inicialmente a migração para a cidade de Formosa, a apenas 75 quilômetros de Brasília.

A chegada dos nossos migrantes a Formosa deu-se a partir de 1985. Estima-se que, atualmente, os gaúchos e seus descendentes na cidade sejam cerca de 500. Quase todos vieram por conta própria, isoladamente, mas a seguir reuniram-se em uma cooperativa. Na sua grande maioria, os sulistas têm propriedades entre 300 e 1.000 hectares, embora alguns possuam áreas bem maiores.

Nos anos 80, o hectare de Goiás custava menos de dez por cento do que valia o hectare do Sul. Vendendo uma colônia, que tem, em média, 21 a 28 hectares, o agricultor podia comprar de 200 a 300 hectares em Goiás.

Como ocorreu em outros municípios para os quais se transferiram os gaúchos, logo em seguida à implantação das fazendas eles também passaram a trabalhar no comércio e nos serviços ligados à agropecuária. Hoje, a produção agrícola de Formosa está centrada na soja e no milho. Nas propriedades de terreno mais irregular, explora-se a pecuária; há também a criação de suínos.

Isso me foi informado por Sérgio Jantsch, patrão do CTG Querência Formosa, que é um típico migrante gaúcho do Centro-Oeste. Nascido em Santa Rosa, foi levado pelos pais, ainda garoto, para a cidade catarinense de São Miguel do Oeste, onde estudou. Adulto, mudou-se para São Paulo, e, em 2000, abriu comércio em Formosa.

Entre as cidades goianas que cercam Brasília, as que reúnem mais migrantes gaúchos, segundo Sérgio Jantsch, são Cristalina, Alto Alegre, Formosa, Luziânia e Flores de Goiás.

SUDOESTE

Passo, agora, a falar da ida dos gaúchos para o sudoeste de Goiás, a partir da metade da década de 70. Esse movimento foi uma consequência natural do avanço das levadas de migrantes sulistas que subiam pelo Mato Grosso do Sul, onde também foram em busca de terras ainda baratas.

As terras do sudoeste goiano, extremamente férteis, custavam, à época, cerca de 20 sacos de soja por hectare. Hoje, uma propriedade bem posicionada pode ter o hectare avaliado em até 500 sacos de soja.

Não houve colonização planejada na região. As famílias vinham por livre iniciativa, embora, como é comum, muitos deles tratassem de arregimentar, a seguir, seus parentes, formando-se logo uma comunidade e criando uma cooperativa.

As cinco cidades do sudoeste goiano que mais acolheram sulrio-grandenses são Jataí, Rio Verde, Mineiros, Chapadão Gaúcho e Montividiu. Estima-se que Rio Verde e Jataí tenham entre 400 e

500 famílias de gaúchos. Em Mineiros, seriam 200 famílias. Já em Chapadão Gaúcho pode haver um número muito maior. O nome dessa última cidade deriva de um Município de Mato Grosso do Sul, com o qual faz divisa, chamado Chapadão do Céu. Em Rio Verde, estima-se que os gaúchos e os catarinenses vindos do oeste daquele Estado, portanto descendentes de gaúchos em grande maioria, também somem cerca de 400 famílias.

Ainda hoje continuam a chegar migrantes sulistas à região, mas num ritmo bem menos intenso, por causa do custo da terra, que nos últimos anos aumentou muitíssimo. Os que desembarcam agora vêm para trabalhar com criação de aves, já que uma grande empresa avícola se instalou recentemente naquela região.

Embora grande parte dos gaúchos do sudoeste goiano esteja ligada à agricultura ou à pecuária, as famílias em geral residem nas cidades. O principal produto regional é a soja, seguida pelo milho.

O Presidente do CTG de Rio Verde é Luiz Zeni, gaúcho de Frederico Westphalen, que chegou a Goiás em 1982. Ele conheceu a região, quando veio a trabalho, de caminhão, para entregar um frete. Gostou do clima, com muita chuva e pouco frio, e decidiu ficar. Segundo Zeni, os gaúchos de Rio Verde, na maioria, são originários das cidades de Colorado, Ibirubá e Tapera.

O tradicionalismo é forte na região. Há Centro de Tradição em todas as cidades onde residem gaúchos. Anualmente, os integrantes dos CTG de todo o Planalto Central se reúnem numa dessas cidades. Num final de semana disputam de provas de laço, bocha e bolão a fim de escolher indicar seus representantes nas provas do certame de âmbito nacional. Em 2008, a reunião foi em Luís Eduardo Magalhães, cidade baiana de forte presença gaúcha, sobre a qual falarei mais adiante.

Também o patrão do Centro de Tradição Gaúcha da cidade de Mineiros, Paulo José Tavella, pode ser considerado um dos típicos migrantes do Sul. Filho de um casal de Sarandi, nasceu em Joaç-

ba, Santa Catarina, onde sua família trabalhava com agricultura. No começo dos anos 60, quando começou a ocupação do oeste do Paraná pelos gaúchos, seus pais mudaram-se para Cascavel. E foi de lá que ele saiu, no ano de 1983, em direção a Mineiros.

Vejam que coisa fantástica: primeiro, vieram os imigrantes da Itália e da Alemanha e se instalaram no Rio Grande do Sul; a segunda geração saiu do Rio Grande do Sul e foi para Santa Catarina e Paraná; e a terceira geração saiu de Santa Catarina e Paraná para o Oeste do Brasil.

Hoje dedicado à metalúrgica, Paulo José Tavella destaca a completa adaptação dos gaúchos a Mineiros, município que, além de ocupar a maior parte do Parque Nacional da Ema, foi uma espécie de encruzilhada na diáspora gaúcha, já que fica a 80 quilômetros de Mato Grosso e a 150 quilômetros de Mato Grosso do Sul.

MINAS GERAIS

Passo agora a falar um pouco sobre a presença de agricultores gaúchos no grande Estado de Minas Gerais. Vou começar por um fato curioso. Existe lá uma cidade chamada Chapada Gaúcha. Nela fica a entrada para o Parque Grande Sertão Veredas, que tem como um dos objetivos preservar aquelas terras e rios que serviram de cenário para o formidável romance de João Guimarães Rosa.

Hoje, com dez mil habitantes, Chapada Gaúcha teve origem num programa de assentamento criado em 1976 pela Fundação Rural Mineira (Ruralminas), que cuidava de colonização e titulação de terras. A escolha dos agricultores sulistas para ocupar essa extensão de terras devolutas no norte de Minas se deu por intermediação de um cidadão gaúcho que trabalhava no Incra. Foi ele quem sugeriu à empresa mineira que recorresse a agricultores pobres do Rio Grande do Sul.

Foi assim que, pelo Programa de Assentamento Dirigido da Serra das Araras (PASA), foram instaladas no local, inicialmente,

cerca de dez famílias. Ao final do programa, já havia 60 famílias, originárias principalmente das cidades de Espumoso, Ibirubá, Não-me-Toque e Passo Fundo.

A produção inicial foi restrita à soja. Hoje, além de grãos, Chapada Gaúcha é uma importante produtora de sementes de capim, vendidas para todo o País. O clima é agradável, porque a cidade fica 900 metros acima do nível do mar.

Ao falar de sua passagem por Chapada Gaúcha, Sérgio Abranches escreveu no sítio *Repórter Brasil*:

“No trajeto medi uma plantação de soja com 15 quilômetros de frente. Não dava para ver o fundo. Os retões de cinco quilômetros ou mais são comuns. Tudo plano, tudo grande e tudo coberto de soja. Tratores e colheitadeiras novinhos alinhavam-se à espera da hora da colheita. São campos irrigados onde antes era cerrado.”

Segundo Narciso Elói Barão, um dos agricultores sulistas da Chapada Gaúcha e patrão do CTG Chama Crioula, as cidades mineiras que mais contam com agricultores gaúchos são: Unaí, Bonfinópolis de Minas, Formoso, Buritis e Paracatu. Com ele concorda Pedro Jari Tabora, agricultor natural de Santo Ângelo, que veio de Itaquí para Buritis em 1984.

Integrante do Centro de Tradições Gaúchas Nova Querência, de Buritis, e ex-prefeito da cidade, Tabora conhece bem os gaúchos que se instalaram naquelas cidades mineiras, nas proximidades de Brasília. Ele acredita que entre 40 e 80 famílias vivem em cada um desses Municípios: Unaí, Bonfinópolis de Minas, Formoso, Buritis, Arinos e Paracatu.

Arrendatário de 300 hectares de terras no Sul, Tabora resolveu comprar uma propriedade de 600 hectares em Buritis, Minas Gerais. Em 1982, pagou pela terra o mesmo que gastava, em um ano, com um arrendamento lá no Sul. Ou seja, com o que gastava para arrendar no Sul comprou a sua terra, para plantar soja e arroz.

Dois anos depois, quando se instalou em Minas Gerais, começou a incentivar os irmãos a se mudarem para o Estado. Em poucos anos, nove irmãos de Taborda e seus pais adquiriram propriedades na região, que tem a soja como principal produto, além do arroz e do milho.

TOCANTINS

Deixando Minas Gerais, vamos passar ao Estado de Tocantins. Criado em 1988, como desmembramento de Goiás, o novo Estado contou, a partir de então, com um grande número de migrantes gaúchos, não apenas na área rural, como é mais comum, mas também na nova capital que surgia, a cidade de Palmas.

Planejada e construída em pouco tempo, como Brasília, Palmas foi fundada em 1990. Por essa época, recebeu uma grande leva de profissionais liberais do Sul, como informa o advogado Carlos Vieczorek, atual patrão do CTG da capital tocantinense, que reúne mais de mil associados.

A entrada dos gaúchos em Tocantins começou pela cidade de Gurupi, em meados dos anos 70, quando as primeiras levas chegaram, para explorar a agricultura. Eram cerca de 50 as famílias pioneiras. Especulava-se à época que Gurupi seria escolhida para capital do novo Estado a ser criado. O maior grupo desses migrantes pioneiros era originário de Palmeira das Missões, no Rio Grande do Sul. O sonho deles, porém, afundou, quando o Brasil praticamente quebrou nos anos do Governo Sarney. Muitos desses pioneiros foram obrigados a mudar de ramo, transferindo-se para outras cidades.

O segundo grande fluxo de migração sulina ocorreu durante a construção de Palmas, mas, naquela ocasião, a maioria dos que chegavam era formada por profissionais liberais. Os médicos, dentistas, advogados gaúchos são numerosos na capital tocantinense. Também é elevado o número de professores, em todos os graus, e de funcionários públicos.

Como as terras ao redor de Gurupi e de Palmas não eram as mais adequadas à agricultura, os gaúchos que se dedicavam às lides do campo começaram a abrir novas frentes de produção no Estado.

Entre as cidades com forte presença de agricultores vindos do Sul, destacam-se Pedro Afonso (perto da divisa com o Maranhão), Campos Lindos (centro do Estado), Lagoa da Confusão (sul), Dianópolis e Taguatinga do Tocantins (divisa com a Bahia), Porto Nacional e Dueré.

Carlos Vieckzorek, um típico migrante gaúcho em Palmas, é natural de Seberi, mas formou-se em advocacia em Cruz Alta, quando ainda morava em Três Passos. Em 1989, mudou-se para o novo Estado e, nos anos seguintes, trouxe irmãos e cunhados. Hoje, na maioria, os Vieckzorek exercem funções públicas em Tocantins.

A presença dos gaúchos também é muito forte no campo. Segundo Silvio Sandri, considerado um dos pioneiros no plantio da soja do Tocantins, que reside na cidade de Pedro Afonso, a sua região – que engloba ainda os Municípios de Santa Maria (onde há forte presença de gaúchos), Bom Jesus e Guaraí – é responsável por um terço da produção de soja, milho e sorgo do Estado.

A mudança de Silvio Sandri, natural de Colorado, para o interior tocantinense é bastante peculiar. Em 1980, ele comprou uma pequena propriedade naquele Estado. Passou a viajar entre os dois Estados. Durante nove anos, ele procurou produzir sementes de soja que se adaptassem ao clima da zona, que é quente e úmido, com chuvas intensas.

ALIMENTOS

Em 1989, quando uma entidade japonesa financiou a aquisição de 40 propriedades de mil hectares na região de Pedro Afonso, Sandri foi contemplado. Diz ele: “O interessante é que já naquela época os japoneses estavam preocupados com a falta de alimentos

no futuro”. E descreve sua luta para plantar na nova terra: “Pesquisei sozinho, sem financiamento de bancos, sem ajuda de técnicos, porque não havia agrônomos na região nem vendedores de adubo. Tive que comprar calcário no Maranhão, a 580 quilômetros daqui. O Banco do Estado de Tocantins mandou seus técnicos filmarem todo o meu processo de produção. Só depois que comecei a ter boas safras foi que o banco passou a financiar plantações de soja em Tocantins”.

Os gaúchos que tentaram produzir na região com sementes trazidas do Sul, adequadas ao clima frio, não tiveram sucesso. Em 1992, Sandri já conseguia uma produtividade de 52 sacas por hectare, bem maior do que a produtividade à época no Rio Grande do Sul.

As perspectivas agora são excelentes. A partir de 2010, a produção da região de Pedro Afonso será levada por trem ao porto de São Luís. Também em breve começará a ligação por hidrovias com a capital maranhense.

No sul de Tocantins fica Lagoa da Confusão, cidade de oito mil habitantes, que também conta com uma presença muito grande de gaúchos. Comerciante na cidade desde 1992, Moacir Ferri diz que a migração sulista para a região foi feita de forma autônoma. Estima-se que o primeiro gaúcho a chegar à área – um senhor chamado Ari Mota, de Santiago – teria desembarcado ainda na década de 60, quando a região pertencia a Goiás.

Segundo o folclore local, o estranhíssimo nome da cidade teria origem em uma luta terrível entre um jacaré e uma anta na margem da lagoa que banha a cidade.

A trajetória de Moacir Ferri é bastante encontrada entre os migrantes gaúchos. Nascido em Tapera, no Rio Grande do Sul, mudou-se para São Nicolau a fim de trabalhar na agricultura. De lá foi a Mato Grosso, de onde se transferiu, mais tarde, para a Bahia e, a seguir, para o interior de Tocantins, onde está há 18 anos. Depois de ter tido grande prejuízo com a agricultura,

dedica-se hoje ao comércio de produtos para agricultura e ao aluguel de máquinas agrícolas. “No Rio Grande do Sul, penei com geadas e com seca. Aqui, não quero saber de agricultura”. Quando chegou à Lagoa da Confusão, a cidade não contava com quase nenhuma infraestrutura. “Isto aqui era um poeirão só”, diz ele. Segundo o comerciante, que foi vereador por seis anos na cidade, os gaúchos de Lagoa da Confusão vieram, principalmente, da cidade de Ijuí, Santiago e São Francisco.

Lagoa da Confusão fica a 56 quilômetros da ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do Brasil e a cerca de 200 quilômetros de Palmas, capital do Tocantins.

BAHIA

Passo agora a falar do papel determinante que os meus conterrâneos tiveram na inclusão do Estado da Bahia entre os maiores produtores de grãos do País.

Quando se fala em gaúchos da Bahia, temos de, obrigatoriamente, pensar em duas cidades. Uma delas é Barreiras, município antigo, emancipado em 1891, que recebeu os primeiros migrantes sul-rio-grandenses. A segunda cidade tem hoje o nome de Luís Eduardo Magalhães, em homenagem ao falecido líder político daquele Estado. Conhecida como LEM, criada há cerca de dez anos, apresenta hoje uma das mais elevadas taxas de crescimento do Brasil, tanto no que se refere à produção agrícola quanto no quesito população.

Estima-se que a chegada dos gaúchos ao extremo oeste da Bahia se deu a partir do final dos anos 70. Instalaram-se inicialmente em Barreiras e mais tarde transferiram-se para LEM, cujas terras eram mais férteis. Pouco depois, o avanço dos sul-rio-grandenses atingiu todo o oeste da Bahia, transbordando para o sul do Piauí e do Maranhão.

Os agricultores gaúchos que se instalaram em Luís Eduardo Magalhães, em boa parte, vieram através de cooperativas agrícolas

do Sul que compravam as terras. As cooperativas que mais enviaram gente para o oeste da Bahia foram as de Panambi, Ijuí e Erechim.

O motivo da viagem para a Bahia era o mesmo de sempre. Como no Rio Grande do Sul possuíam pequenas propriedades, esses agricultores não tinham perspectivas de crescimento. Partiram, então, em busca de terras mais baratas, onde poderiam conseguir propriedades maiores e mais rentáveis.

Além dos agricultores, logo começaram a chegar à região também migrantes que vinham se estabelecer nas cidades com empresas de prestação de serviços à agricultura, vendas de insumo ou mesmo criando indústrias de apoio ao agro-negócio.

Segundo a gaúcha Daniela Ponsoni, que participa do CTG de Luís Eduardo Magalhães, inicialmente a produção local era apenas de soja. Porém, depois, passou ao algodão, ao milho e ao café. Hoje, também é forte a produção de hortifrutigranjeiros.

Para se ter uma idéia do crescimento espantoso da cidade, basta citar que Luís Eduardo Magalhães, embora fundada no ano 2000, registrou mais de 45 mil habitantes, num levantamento feito em março de 2007. Os gaúchos são a colônia mais numerosa, mas há brasileiros de outros estados, com forte presença de nisseis vindos do norte do Paraná, e estrangeiros, na maioria, norte-americanos.

BOA ADUBAÇÃO

De acordo com Daniela Ponsoni, quando ainda estavam no Sul, os agricultores gaúchos tinham uma visão distorcida do que seria o cerrado. Achavam que o solo era pobre. Porém, quando chegaram à Bahia, com o uso de tecnologia e boa adubação, obtiveram alta produtividade. Muitos dos primeiros a chegar à região enfrentaram grandes dificuldades, mas a adaptação não foi difícil. Logo a seguir, muitos outros pecuaristas e agricultores do Sul do País passaram a chegar, atraídos não só pela topografia plana, mas também pela abundância de água.

A cidade de Luís Eduardo Magalhães é hoje a décima economia do Estado da Bahia. A região a que pertence é responsável por 60% da produção de grãos do Estado. A renda *per capita* da cidade é uma das maiores do interior do Nordeste. Seu parque industrial é composto por grandes empresas, inclusive quase 20 multinacionais. Fica em LEM a sede da maior esmagadora de soja de toda a América Latina. Sua pecuária é de alta qualidade tanto na área genérica como na tecnologia.

Já na cidade de Barreiras, a geografia divide a produção. Na região de vale, prevaleceu a pecuária. Na parte mais alta e plana, concentrou-se a produção de grãos, algodão e café. Segundo o jornalista Eduardo Lena, do jornal *Nova Fronteira*, os primeiros gaúchos sofreram um choque tanto cultural quanto em relação ao meio ambiente. A cidade de Barreiras, que não tinha uma boa infraestrutura, não soube enfrentar o crescimento acelerado, e os problemas se aprofundaram.

Para se ter uma idéia dos problemas gerados pelo crescimento acelerado, Eduardo Lena, gaúcho que há 22 anos mora em Barreiras, recorda que a cidade, que tinha 70 mil habitantes em 1985, chegou a 180 mil moradores em 2008. A população mais do que dobrou em apenas 20 anos.

Como em outras frentes de migração, os gaúchos pioneiros se instalaram precariamente em barracões de lona ou de plástico até conseguirem construir boas residências. Outra grande dificuldade nos primeiros tempos era o escoamento da safra. Praticamente não havia estradas. Os sulistas tiveram que abrir picadas com os seus tratores.

Hoje a exportação do Oeste da Bahia sai para o exterior pelos portos de Ilhéus e Aratu (em Salvador). Espera-se que, em 2010, comece a construção de uma ferrovia de 1.200 quilômetros até o litoral.

Em Barreiras, muitos gaúchos compraram suas terras através de cooperativa. Um fato curioso levantado por Eduardo Lena é

o seguinte: enquanto os homens permaneciam nas propriedades, tocando as plantações, as esposas se instalavam na cidade e davam início a empresas comerciais ou de serviços e se profissionalizavam em outras áreas, a fim de fortalecer o orçamento familiar.

Editor do jornal *Nova Fronteira*, Eduardo Lena chegou à região em 1989. Sua família, que tinha propriedade em Javari, veio para a Bahia em busca de terras mais baratas para produzir. No entanto, um dos seus irmãos acabou fundando o jornal quinzenal que ele hoje edita. Eduardo Lena estima que 10% dos moradores de Barreiras sejam gaúchos ou seus descendentes.

Ainda no oeste da Bahia, há grande concentração de gaúchos em Roda Velha, distrito da cidade de São Desidério, que fica a 90 quilômetros de Luís Eduardo Magalhães.

MARANHÃO

Segundo o agrônomo Dirceu Klepker, natural de Teutônia, que trabalha na unidade da Embrapa em Balsas, a chegada dos gaúchos ao sul do Maranhão começou há cerca de 30 anos. A meta comum dos agricultores que desembarcavam era a produção de soja. A maioria desses migrantes vinha do Planalto Médio, principalmente das cidades de Não-Me-Toque, Carazinho, Panambi, Sarandi, Chapada, Ijuí e Passo Fundo.

Passadas três décadas, ainda existe um fluxo de gaúchos para a região, mas bem menor do que o inicial. Os pioneiros do Maranhão vinham isoladamente e traziam depois seus familiares. Aberto o caminho, hoje, além das fazendas particulares, há um grande número de empresas que exploram imensas propriedades, com milhares de hectares.

A Embrapa, que já estava pesquisando na região desde o final da década de 70, apresentou, em 1986, a primeira variedade de semente de soja específica para a região, chamada “Tropical”. As variedades produtivas, desenvolvidas pela estatal ao longo dos últimos vinte anos, passam agora de 25.

De acordo com Dirceu Klepker, a soja continuou sendo a principal cultura da região, mas existem outras associadas a ela, como milho, feijão, algodão, e arroz. Atualmente, o sul do Maranhão responde por 80% da produção de soja no Estado.

Em declaração publicada na página eletrônica da Embrapa, o pesquisador Milton Kaster, que era chefe de pesquisa na época de criação do Campo Experimental de Balsas, em 1986, disse que o trabalho que se vê hoje naquela região corresponde plenamente às melhores expectativas que foram geradas no princípio do projeto. Diz Milton Kaster:

“O fato de todo o trabalho realizado lá ter se expandido para outros Estados como o Pará, Piauí, Roraima, Tocantins e Bahia mostra que foram desenvolvidas cultivares de soja produtivas e outras tecnologias que viabilizaram seu cultivo”.

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Maranhão, Piauí e Tocantins cultivaram, na última safra, um milhão de hectares de soja e produziram um total de 2,4 milhões de toneladas de grãos.

Antídio Sandri, gaúcho de Iraí, foi um dos migrantes do Sul a desembarcar no Maranhão, em 1976, ano em que chegaram as oito primeiras famílias pioneiras. Como em outras frentes, os que se instalavam traziam depois os seus parentes. Todos os irmãos Sandri, em número de quatro, compraram propriedades em cercanias do Município de Balsas.

As áreas mais distantes da sede, mesmo sendo ótimas para a agricultura, como na Serra dos Penitentes, naquela época eram vendidas ao custo de uma carteira de cigarros por hectare.

FALTA DE ENERGIA

No começo, as condições de vida para os pioneiros eram péssimas. Era comum a falta de energia elétrica. Havia um só posto

de gasolina na cidade, e, certa vez, na falta de combustível, os moradores de Balsas tiveram que viajar 250 quilômetros para abastecerem seus veículos. Não havia telefone.

Antídio Sandri conta que, no começo, os maranhenses procuravam os gaúchos para vender suas posses. Mas, logo depois, quando viram as boas colheitas, se animaram a plantar também. As fazendas adquiridas na época pioneira tinham, em média, de 300 a 1.000 hectares.

Antídio Sandri, que começou a plantar em 30 hectares, em 1980, não conhecia bem nem o clima e nem o solo. As variedades que eram trazidas do Sul não davam resultado. Mas a deficiência logo seria suprida pelas pesquisas da Embrapa, em busca de sementes próprias para a região.

A cidade de Balsas que, em 1977, tinha 35 mil habitantes, contava com 90 mil habitantes em 2008. O Município tem crescido nos últimos anos ao ritmo de 20% ao ano. Em outras palavras, Balsas cresce num ritmo que é o dobro do registrado na China.

Moram em Balsas muitos produtores gaúchos que têm propriedades em cidades próximas, como Riachão, Sambaíba e Mangabeiras. Principal cidade do extremo Sul do Maranhão, distante 800 quilômetros da capital daquele Estado, Balsas tem uma boa rede de assistência à saúde, boas escolas e grandes lojas.

A soja produzida na região tem três destinos: é vendida às esmagadoras da região; é exportada pelo porto de São Luís; ou é vendida aos criadores de aves do Nordeste (especialmente Ceará e Pernambuco), sendo essa última venda a mais rentável para o produtor. “Esta é a melhor região do Brasil para plantar soja. E olha que eu conheço todo o Brasil”, diz Antídio Sandri.

PIAUI

Para encerrar o pronunciamento de hoje, quero falar agora do Estado do Piauí.

A migração dos gaúchos para aquele Estado é a mais recente, e uma das mais bem sucedidas. Bom Jesus e Uruçuí, os dois Municípios piauienses que contam com grande presença de produtores agrícolas originários do Rio Grande do Sul, são responsáveis por 80% da soja produzida naquela unidade da federação.

Nova Santa Rosa, distrito da cidade de Uruçuí, tornou-se hoje um grande produtor de soja depois da instalação ali, a partir de 1999, de cerca de 50 famílias gaúchas, na sua maioria, originárias da região de Santa Rosa. Essas famílias chegaram à região com o apoio da Cotrirosa. A cooperativa prestou a elas assistência jurídica para verificar a validade das escrituras da terra e, depois, assistência técnica no plantio.

Atualmente, são mais de 100 famílias sulistas morando naquele distrito. As propriedades que, no começo, variavam de 150 hectares a 1.000 hectares, hoje chegam a milhares de hectares. Como em outras áreas da fronteira agrícola, os agricultores que chegavam ao Piauí adquiriam a terra com o dinheiro de venda das suas pequenas propriedades no Sul.

Para se ter uma idéia da valorização dessas terras, basta lembrar que um hectare em Nova Santa Rosa, há dez anos, valia dez sacas de soja. Hoje o preço chega a 40 sacos de soja, em se tratando de terra virgem, mato fechado. Mas os gaúchos pioneiros tiveram de investir muitos recursos para abrir suas propriedades para a plantação, bem como para a correção dos solos. Só para comparar, para mostrar como ainda há possibilidade de investir no Piauí, lembro que no Rio Grande do Sul, atualmente, um hectare pode valer 500 sacos.

Como ocorre desde o início do século passado, os primeiros a chegar a Nova Santa Rosa tiveram de morar em barracas de lona. As ruas da sede foram abertas com tratores dos cidadãos. O distrito dista 120 quilômetros de Bom Jesus e 165 quilômetros de Uruçuí.

Já na cidade de Bom Jesus, onde as propriedades em geral são maiores, os migrantes são majoritariamente gaúchos que passaram por outros Estados, como Goiás e Mato Grosso, e, depois, foram para o Piauí.

O gaúcho Evandro Tonel, que trabalha numa empresa processadora de soja, chegou a Nova Santa Rosa há quatro anos, vindo do Maranhão. Nascido em Horizontina, de uma família de pequenos proprietários rurais, mudou-se com os pais para a cidade goiana de Mineiros. De lá, foi ao Maranhão e, hoje, reside em Nova Santa Rosa com a esposa e os filhos. Gosta da região. Diz que o clima é bom: “Nas noites de frio, temos até que usar uma cobertinha”.

CONTAS EXTERNAS

É graças ao esforço dessa gente trabalhadora e digna que o Brasil vem conseguindo manter no azul as suas contas externas. O superávit nacional dos últimos anos tem sido garantido pelo campo, pelas nossas exportações de grãos e de carne.

Em 2007, o País teve um superávit de US\$40 bilhões nas suas contas externas, sendo que o superávit agrícola foi de US\$49,7 bilhões. Ou seja, sozinho o agronegócio garantiu o saldo positivo.

O que eu disse aqui em alguns parágrafos pode ser resumido em poucas palavras: os produtores rurais estão levando este País nas costas. Entre os produtores rurais deste País, os gaúchos ocupam lugar de destaque, porque foram eles que estenderam a produção agrícola por todo o nosso território brasileiro.

VALORES

Na sua migração, os gaúchos fizeram verdadeiros milagres. O migrante do Rio Grande do Sul tinha uma formação espetacular. Vivía da terra, com as mãos calejadas, mas tinha boa formação moral. Possuía um arraigado sentido de família, tinha o sentido da fé. Valorizava a educação e o trabalho, principalmente o comuni-

tário. É importante considerar que as cooperativas do Brasil nasceram no Rio Grande do Sul, nessa zona de colonização. A primeira cooperativa que se formou aqui foi a de Nova Petrópolis.

O Rio Grande do Sul que cresceu e se desenvolveu inicialmente foi o da fronteira, com suas extensões de terras riquíssimas, planas, ideais para produção de gado. As famílias da elite eram milionárias. Seus filhos estudavam nas maiores universidades do mundo.

Já na região de colonização italiana não havia essa elite. Primeiro vieram os alemães que tiveram melhor sorte, pois pegaram os vales dos rios. Quando os italianos chegaram, foram obrigados a subir a montanha e a derrubar as matas cerradas. Batalharam com suor, com garra. Tinham o sentimento de seriedade e de dignidade.

A primeira coisa que eles faziam ao chegar à terra brasileira era construir uma igreja. A organização familiar era algo sagrado para eles. Todos de uma mesma família se apoiavam.

A escola era a coisa mais importante que eles tinham. A colonização alemã, além da escola, mantinha um coro, uma orquestra.

Naquela época os valores eram o respeito pelos pais, a união da família, o apego à religião e dedicação plena ao trabalho. Desde cedo as crianças estavam ajudando nos trabalhos da casa, mas também estudavam. Esse espírito foi levado pelos gaúchos para todo o Brasil.

A PUJANÇA DE MATO GROSSO

O Estado de Mato Grosso foi palco de uma das mais importantes etapas da diáspora do povo gaúcho, o monumental processo de migração que fez com que centenas de milhares de famílias de nossos agricultores fossem buscar terras em outras unidades da Federação.

Vejam os números espantosos: estima-se que, neste início do terceiro milênio, um milhão e duzentos mil gaúchos – um em cada dez dos nossos cidadãos – vivam fora do território sul-riograndense.

É sempre bom realçar a importância desses nossos conterrâneos que, com seu trabalho árduo e amplo conhecimento de agricultura, transformaram em celeiros todos os estados para os quais se transferiram. Aliás, não só para outros estados brasileiros. O mesmo fizeram as dezenas de milhares de gaúchos e seus descendentes de Santa Catarina ou do Paraná que emigraram para o norte da Argentina, oeste da Bolívia e Paraguai.

Quando me preparava para elaborar um estudo sobre a presença dos gaúchos na chamada Amazônia Legal, deparei-me com fato que me surpreendeu: a participação maciça dos nossos conterrâneos no extraordinário processo de desenvolvimento vivido pelo Estado de Mato Grosso nas últimas três décadas, processo que o transformou numa das mais pujantes unidades da nossa federação.

Embora conheça bem a história da diáspora gaúcha e tenha noção do papel de destaque ocupado no Mato Grosso pelos gaú-

chos, fiquei surpreso com a grandeza dos números a que tive acesso. Para começo de conversa, basta dizer que moram hoje naquele Estado cerca de cem mil sul-rio-grandenses.

Assim concentro-me na avaliação daquele Estado porque a migração de gaúchos para lá foi a mais intensa, depois de Santa Catarina e Paraná. Aliás, no ano 2000, segundo o IBGE, 340 mil gaúchos moravam em Santa Catarina e 317 mil, no Paraná.

FAMÍLIA MAGGI

Os sulistas – gaúchos, catarinenses e paranaenses, por sua vez, descendentes de sul-rio-grandenses – formam uma comunidade numerosa e bem-sucedida no Estado de Mato Grosso. A força política dessa gente está provada pela eleição de vários senadores, deputados federais e estaduais nascidos num dos três estados do Sul. Um dos maiores exemplos do que estou afirmando aqui é justamente o Governador do Estado, Blairo Maggi.

A família Maggi é do Rio Grande do Sul, com ramificações em Caxias e Torres. O pai do Governador, André Antônio Maggi, e sua esposa, dona Lúcia Borges Maggi, agricultores gaúchos pobres migraram inicialmente para o oeste do Paraná. Lá, na cidade de São Miguel do Iguçu, nasceu, em 1956, o atual governador. No começo da década de 70, os Maggi partiram mais uma vez, deixaram o Paraná e se dirigiram a uma região inóspita e pouco ocupada de Mato Grosso. Em 1973, fundaram uma empresa de produção de sementes de soja. O negócio prosperou, dando origem ao atual Grupo Amaggi, maior produtor e exportador de soja do País, com atuação em diversas atividades, como transportes, pecuária e produção de energia elétrica.

Blairo Maggi – que herdou a vocação empresarial e política do pai e é hoje o maior plantador de soja do mundo – foi eleito Governador, em 2002. Formado em Agronomia pela Universidade Federal do Paraná, na década de 1970 chegou a Mato Grosso acompanhando os pais que haviam decidido investir no potencial

agrícola do cerrado brasileiro, até então uma região inóspita e pouco ocupada.

No comando do Governo de Mato Grosso, Blairo Maggi colocou em prática uma nova filosofia de gestão pública, inspirada na sua experiência na iniciativa privada, na qual se destacam a transparência na aplicação dos recursos públicos, a busca constante da eficiência e a realização de obras e ações de grande alcance social.

Reeleito em 1º de outubro de 2006 com 65,39% dos votos, o Governador estabeleceu como prioridades para o novo mandato educação, saúde, meio ambiente, investimentos em infra-estrutura para promover o desenvolvimento e projetos de inclusão social, como qualificação profissional, incentivos a pequenos empreendedores e programas de geração de emprego e renda.

Já que estamos falando de líderes políticos de Mato Grosso, quero destacar que, no Senado, temos agora, em 2007, dois representantes daquele Estado que são naturais do Rio Grande do Sul. Estou me referindo à Senadora Sherys Shlessarenko, que nasceu em Cruz Alta, e o Senador Gilberto Goellner, natural de Não-me-Toque.

GILBERTO GOELLNER

O Senador Gilberto Goellner teve participação efetiva no processo que levou centenas de milhares de gaúchos a deixarem o Sul, porque tem sua vida ligada ao início da cultura do soja no Rio Grande do Sul. Em 1967, quando estudava Agronomia na URGS, ele assistiu aos primeiros testes do uso de calcário em plantações de soja, executados por professores americanos, que vinham para cá mediante convênios.

Diante do uso do calcário, havia dois grupos antagônicos de estudantes. Os estudantes de esquerda, porque não gostavam de americanos, eram contra o uso do calcário. O hoje Senador Gilberto, como conhecia os resultados da pesquisa, era a favor. Ele

já havia trabalhado com soja, na Cotrijal (Cooperativa de Não-me-Toque). Por essa época, acabou sendo eleito vice-presidente do Diretório Central de Estudantes da universidade. Um ano e meio depois, assumiu a presidência.

Formado em 1970, ele trabalhou depois, por sete anos, dando assistência a pequenos agricultores da região de Não-me-Toque, cidade que foi um dos maiores polos de exportação da nossa gente. O senador disseminava conhecimentos sobre plantio de soja em lavouras mecanizadas. Com esse trabalho, ele acredita que retribuiu ao Governo Federal por lhe ter dado, de graça, o curso superior de agronomia. Depois de trabalhar inicialmente por um ano, como técnico da cooperativa, abriu um escritório particular de assistência técnica, no qual atuou por seis anos.

Já em 1972 começou a fazer incursões pelo Mato Grosso do Sul, nas regiões de Dourados e Ponta Porã. Trabalhava com um caminhão preparado para distribuir calcário pelas lavouras. Chegou a ter cinco desses veículos. Também orientava os agricultores no uso do fosfato natural junto com o calcário.

Em 1975, participou efetivamente do processo de migração dos gaúchos para Mato Grosso do Sul orientando empresários gaúchos da área de calçados que estavam interessados em adquirir grandes propriedades na região de Chapadão do Sul.

Em 1977, o Senador Gilberto resolveu plantar por conta própria. Como muitos outros gaúchos, decidiu investir em Minas Gerais. Comprou cinquenta hectares em Patrocínio. Nessa época, muita gente de Não-me-Toque foi para a região de Patos de Minas. Por lá, o Senador plantou soja e café, por cinco anos. Quando perdeu a plantação de café, por causa da geada, decidiu ir para Mato Grosso.

Em 1981, ele se mudou para a região de Rondonópolis, onde passou a plantar em 1.200 hectares, terra adquirida com a ajuda de parentes. Cultivava 900 hectares com soja, o restante com trigo.

Mais adiante passou a produzir sementes também. Foi o primeiro presidente da Associação dos Produtores de Sementes, sucedido no cargo por Blairo Maggi, o atual governador.

Sempre envolvido com questões agrícolas, em especial com a transferência de tecnologia de produção, o nosso Senador nunca exerceu cargo eletivo até ser convidado para ser suplente do Senador Jonas Pinheiro. Agora ocupa o lugar daquele grande senador de Mato Grosso, um dos líderes na luta em defesa da nossa agricultura.

SERYS SLHESSARENKO

Também a Senadora Serys Slhessarenko conhece bem a diáspora do povo gaúcho, porque fez parte dela. A Senadora deixou o Rio Grande do Sul, partindo de sua cidade natal, Cruz Alta, em 1966. Sua motivação foi o casamento com um oficial do Exército que havia sido transferido para o Mato Grosso.

Naquela época, lembra a Senadora Serys, o preço da terra era muito elevado no Rio Grande do Sul, de modo que era difícil comprar até mesmo uma pequena propriedade. Assim, os produtores gaúchos perceberam que o Mato Grosso poderia ser a saída, já que lá poderiam adquirir propriedades bem maiores por um valor significativamente menor. Em propriedades maiores poderiam mecanizar suas lavouras e, conseqüentemente, alcançar rendimentos melhores.

No entanto, diz a nossa Senadora, naquele tempo o Estado de Mato Grosso não tinha um boa infraestrutura e muitos dos pioneiros gaúchos passaram por grandes dificuldades. As estradas eram precárias. E muitos morreram em função de doenças, especialmente a malária, já que não havia um bom sistema estadual de saúde.

Em Mato Grosso, a Senadora Serys construiu sua vida profissional e familiar. Lá criou os quatro filhos, todos mato-grossenses, e hoje possui quatro netos, nascidos lá. Construiu também sua

vida profissional lá se formando em Direito e Pedagogia, pela Universidade Federal de Mato Grosso.

Por mérito, tornou-se professora na Universidade Federal de Mato Grosso, onde começou sua militância política, como estudiosa da questão agrária: lutando contra o trabalho escravo e em favor da reforma agrária, e também exigindo a reforma urbana. Nas suas diversas eleições sempre teve como centro de apoio, na cidade, os sindicatos. No campo, tinha a simpatia dos militantes do MST.

A Senadora entrou para a vida política quando assumiu a Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá, em 1986, onde desenvolveu profícua gestão. Em 1988, passou à Secretaria Estadual de Educação. Foi eleita pela primeira vez em 1990 deputada estadual para a Assembléia Legislativa de Mato Grosso, onde exerceu dois mandatos consecutivos. Em 2002 foi eleita senadora da República, pelo PT, de Mato Grosso.

Na opinião da Senadora Serys, os imigrantes gaúchos foram os responsáveis pela atual conformação econômica do Estado de Mato Grosso, principalmente na área agrícola, onde contribuíram de forma decisiva.

GRÃOS E CARNE

O progresso em ritmo acelerado de Mato Grosso começou há pouco mais de três décadas, quando se intensificou a migração para lá de brasileiros de diversos estados, mas especialmente de sulistas. Hoje aquele Estado é uma potência no que se refere à produção de grãos e de carne. Lá está hoje o maior rebanho do Brasil: mais de 27 milhões de cabeças de gado. Segundo dados da Conab, a produção de grãos em Mato Grosso, na safra 1976/1977, foi de três milhões de toneladas. Na safra 2005/2006, o total ultrapassou 22 milhões de toneladas num crescimento espantoso de 740%. Não há nenhuma dúvida: os gaúchos contribuíram muito para esses números.

SEMANA FARROUPILHA

Recentemente, para homenagear a grande colônia gaúcha naquele Estado, o presidente da Assembléia, Deputado Sérgio Ricardo – que nasceu em Herval do Oeste, Santa Catarina, numa família vinda do Rio Grande do Sul – apresentou projeto que institui a Semana Farroupilha naquele Estado em homenagem aos gaúchos que “colonizaram dezenas de municípios mato-grossenses”.

Na defesa de seu projeto, ressalta o Deputado que a trajetória dos sul-rio-grandenses em Mato Grosso foi marcada por muitas dificuldades “como o desconhecimento quase absoluto da nova realidade a ser enfrentada, o isolamento geográfico, as doenças, a inexistência de qualquer infra-estrutura de apoio e a saudade que, sem dúvida, engrandecem e abrilhantam a força desses guerreiros”.

É verdade. São impressionantes os depoimentos dos nossos conterrâneos que migraram para as regiões mais afastadas e enfrentaram todo tipo de dificuldades. Mas o certo é que o sacrifício dessa gente rendeu frutos para a Nação brasileira.

TERRAS VIRGENS

Depois da ocupação do meio oeste e do oeste de Santa Catarina, a partir dos anos 20, e do oeste e do sudoeste do Paraná, depois de 1940, os gaúchos continuaram subindo pelo mapa do Brasil. A partir de meados dos anos 70, começou a mudança para as terras virgens de Mato Grosso.

Em poucos anos, milhares de pessoas venderam suas terras no Sul e compraram propriedades maiores em remotas regiões daquele Estado. Atravancaram velhos caminhões com suas posses e partiram pelas estradas poeirentas. Levavam no peito esperanças de um futuro melhor, mas já sentiam saudades da querência que deixavam para trás.

Essa história renderia um filme épico.

É impossível traçar um painel cronológico exato da migração dos gaúchos para Mato Grosso, porque várias regiões daquele Estado foram desbravadas simultaneamente. Mesmo assim, vou esboçar aqui uma pálida ideia do que foi essa bela epopeia. Para isso, decidi fazer um trajeto que nos levará pelas cidades matogrossenses que são consideradas como as que têm maior presença de sul-rio-grandenses na sua população.

Aliás, a respeito desse tema, disse Anélio Mazzoco, morador de Cuiabá, que trabalha na Assembléia Legislativa de Mato Grosso: “O difícil aqui é saber qual é a cidade que não tem gaúchos!”

Anélio Mazzoco, como tantos outros habitantes de Mato Grosso, faz parte da segunda geração dos gaúchos no exílio. Ou seja, ele já nasceu em Concórdia, no meio oeste de Santa Catarina, numa família que era oriunda de Encantado, no Rio Grande do Sul. Chegou há trinta anos àquele Estado como comprador de gado de um grande frigorífico catarinense. Hoje, totalmente adaptado ao clima, diz que dificilmente voltaria ao Sul.

Pois bem, no nosso passeio começaremos pelo sul do Estado. As três cidades daquela região com as maiores colônias de gaúchos são: Primavera do Leste, Campo Verde e Rondonópolis.

RONDONÓPOLIS

Vamos iniciar nossa viagem por Rondonópolis, cidade-polo da zona meridional do Estado, que tem uma população estimada em mais de 180 mil pessoas. Aquele município começou a desenvolver-se a partir do final dos anos 40, com a instalação de colônias agrícolas incentivadas pelo governo do Estado. Recebeu então grande fluxo de migrantes, sendo a maioria dos estados do Sul: gaúchos ou seus descendentes, nascidos em Santa Catarina e Paraná.

O processo de expansão se acelera nos anos 80 e Rondonópolis passa por um dos mais impressionantes surtos de desenvolvi-

mento do Centro-Oeste. Fica conhecida como “Capital Nacional do Agronegócio”. Sua economia passa a ser ancorada nas lavouras de soja e algodão e na pecuária de leite. Sua indústria é ligada ao campo: esmagadoras de soja, indústrias têxteis, químicas e de fertilizantes, curtumes.

PRIMAVERA DO LESTE

Viajando 200 quilômetros chegaremos a Primavera do Leste. Fundada há pouco mais de vinte anos, em 1986, a cidade conta hoje com cerca de 65 mil habitantes. É a quinta economia de Mato Grosso, devido a sua produção agrícola, que tem como destaque soja, algodão, milho, sorgo, arroz, feijão e uva. Lá se produz até mesmo vinho, embora o clima seja muito quente quando em comparação ao da serra gaúcha. Distanto apenas 240km de Cuiabá, é um município muito bem estruturado e de bela aparência, que lembra bastante as cidades da zona de colonização italiana ou alemã no Rio Grande do Sul.

CAMPO VERDE

Dali nos transferimos para Campo Verde, hoje com cerca de 23.000 habitantes. Na década de 1970, com a chegada de migrantes vindos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, o município passou a crescer num ritmo acelerado. Inicialmente, o produto mais cultivado era o arroz, que depois cedeu lugar à soja. Emancipado como município em 1988, Campo Verde já figura em sétimo lugar no *ranking* econômico do Estado. É o maior produtor do País de um algodão em pluma cuja qualidade atrai compradores de todo o mundo. Atualmente conta com 17 indústrias algodoeiras de médio e grande porte. A criação de frangos de corte é feita por um sistema de integração dos produtores. Anualmente são abatidas 36 milhões de aves, com um abate diário de 136 mil frangos. Esses números garantem a Campo Verde o título de Capital Estadual do Frango.

Deixando o sul, marcharemos para o oeste do Estado. No oeste de Mato Grosso as cidades que têm mais migrantes vindos da região Sul são Tangará da Serra, Campo Novo do Parecis e Sapezal. Esses três municípios estão situados no chamado Chapadão do Parecis.

TANGARÁ DA SERRA

Naquela região, tentando refazer o trajeto dos gaúchos pioneiros, começaremos nossa viagem por Tangará da Serra, município criado em 1976 e que hoje tem cerca de 80 mil habitantes, sendo que cerca da metade deles tem origem nos estados do Sul.

Tudo começou em 1959, quando foi aberto um loteamento. Nos anos 60, aos poucos passaram a chegar os primeiros moradores, que eram obrigados a abrir picadas na mata para chegar ao núcleo inicial. A partir dos anos 70, o crescimento foi acelerado. Tangará é um exemplo do estrondoso crescimento do Estado de Mato Grosso. Em pouco mais de 30 anos a cidade chegou a 80 mil habitantes.

Henrique Alves Ballejo, morador de Tangará da Serra desde 1978, é o presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho do Estado de Mato Grosso. Como centenas de outros filhos da diáspora gaúcha, Henrique nasceu em Francisco Beltrão, no Paraná, filho de agricultores que haviam saído de Santa Rosa. Bisneto de uruguaios, que, por sua vez, tinham ascendentes espanhóis, Henrique não se interessava pelo movimento tradicionalista quando residia no Sul.

No entanto, quando migrou para Mato Grosso, sentiu necessidade de compartilhar suas lembranças do Sul, de dividir com alguém a saudade que sentia da terra. Ingressou no CTG de sua cidade que, em julho de 2008, reuniu 1.500 tradicionalistas de todo o Estado.

CAMPO NOVO DO PARECIS

Deixando Tangará da Serra, cuja riqueza vem da soja, cultivada há mais tempo, e da cana-de-açúcar, seguiremos para Campo Novo do Parecis, município criado em 1988, mas que já tem cerca de 25.000 habitantes. A cidade formou-se em torno de um núcleo onde foram assentadas diversas famílias. A ocupação efetiva da região deu-se a partir da década de 70, com abertura de fazendas e a instalação de migrantes vindos dos estados sulistas.

SAPEZAL

A seguir, passaremos por Sapezal, cujo núcleo urbano desenvolveu-se a partir de uma proposta de colonização de André Antonio Maggi, pai do Governador Blairo Maggi. No início, as distâncias entre as fazendas da região variavam de 40 a até 100Km. As estradas que ligavam as fazendas eram, na verdade, picadas abertas no cerrado pelos próprios colonos.

Os pioneiros eram sulistas, na sua maior parte vindos do norte do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina e oeste do Paraná. A atual zona urbana começou a ser povoada com a abertura da estrada em meados de 1987. Seu primeiro prefeito foi André Antonio Maggi.

Agora nos locomoveremos ao norte do Estado. Nessa região, as cidades com mais forte presença de gaúchos são Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum.

SORRISO

Como outras cidades fundadas na mesma época em Mato Grosso, Sorriso também nasceu em decorrência de incentivos do Governo para colonização e ocupação da chamada Amazônia Legal no final dos anos 70. A colonização da área teve forte presença de gaúchos, paranaenses e catarinenses, atraídos para lá pela Colonizadora Feliz. Estima-se que 80% dos moradores sejam sulistas,

sendo os gaúchos os mais numerosos, correspondendo a 35 por cento dos habitantes.

Pois bem, elevada à condição de município em 1986, Sorriso tem hoje oficialmente 45 mil habitantes. Mas, estudos da prefeitura, apontam a existência de 65 mil moradores. Sua explosão demográfica deu-se a partir da pavimentação da BR-163, que barateou o escoamento da produção. Atualmente, o município é considerado o maior produtor de soja do País. Também se destaca pela produção de algodão e milho. É o município que, individualmente, mais produz grãos no Brasil: 3% da produção nacional e 17% da produção estadual.

LUCAS DO RIO VERDE

A seguir, viajaremos para Lucas do Rio Verde. Hoje, com 35 mil habitantes, é um município modelo, que ocupa um lugar de destaque no *ranking* dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do País. No entanto, foi somente a partir 1981, quando o Incra começou a implantação do projeto de assentamento de 203 famílias de agricultores sem terra oriundas de Encruzilhada Natalino, interior do Município de Ronda Alta (RS), que se formou a comunidade que deu origem a Lucas do Rio Verde.

Quando, em julho de 1988, conquistou sua emancipação político-administrativa, a cidade já contava com 5.500 habitantes. Poucas famílias dos assentados de Ronda Alta ainda continuam de posse de suas terras. Pressionadas pelas dificuldades do período inicial, muitas delas perderam terreno para a agricultura extensiva que começava a ocupar o cerrado.

NOVA MUTUM

Passaremos, depois, pelo município de Nova Mutum que, com 24.000 habitantes, é um dos maiores produtores de soja de Mato Grosso e do Brasil, contando com muitas indústrias ligadas ao agro-negócio. A cidade nasceu de um projeto privado de co-

lonização, levado adiante por uma empresa de Porto Alegre. Os cem mil hectares do projeto foram vendidos para agricultores do Sul em lotes que variavam de 150 a 400 hectares. A colonizadora construiu no início dez casas na vila aberta provisoriamente por trator de esteira. Em seguida, vieram escola, centro comunitário, posto de saúde e alojamento para abrigar os compradores de terra. Quem adquirisse um lote rural, recebia de bonificação dois terrenos no núcleo urbano, que media 551 hectares. Nem todos os compradores ocupavam os lotes de imediato. Iam chegando de acordo com a venda de suas posses no Sul do País.

CANARANA

Por fim, iremos até a divisa de Goiás para visitar duas cidades: Canarana e Água Boa. Hoje com 30 mil habitantes, Canarana surgiu quando por lá se instalaram os primeiros agricultores recrutados em Tenente Portela, pela Cooperativa Colonizadora 31 de Março.

Água Boa, com cerca de 18.000 habitantes, tem sua economia baseada na agropecuária, sendo que na agricultura destacam-se soja e arroz. É referência em comercialização de bovinos, sediando um dos maiores leilões de gado do mundo.

Chegando ao final dessa larga viagem, eu não poderia deixar de mencionar ainda três cidades cujos nomes deixam patente a presença da nossa gente em Mato Grosso: Porto Alegre do Norte, Porto dos Gaúchos e Gaúcha do Norte.

NORBERTO SCHWANTES

Em função de meus pronunciamentos sobre a diáspora do povo gaúcho, venho recebendo correspondências de conterrâneos que hoje moram nos estados mais distantes do nosso torrão natal. São cartas comoventes de gente que deixou o Rio Grande do Sul nas condições mais dramáticas.

Quero destacar aqui, hoje, uma carta que me foi enviada pela senhora Gertrudes Schwantes, atualmente residente em Brasília. No documento, ela me agradece a menção do nome de seu falecido esposo, Norberto Schwantes, como líder de um movimento de colonização que, nos anos 70 e 80, levou milhares de agricultores pobres do Rio Grande do Sul para o Estado de Mato Grosso.

Junto com a carta, a senhora Gertrudes enviou-me um livro, intitulado *Uma Cruz em Terranova*, escrito por seu esposo pouco antes de falecer aos 53 anos, em 1998.

A leitura desse livro é importante para que se conheça melhor o formidável êxodo de gaúchos para aquele Estado, certamente um dos capítulos mais importantes da diáspora do povo gaúcho.

Norberto Schwantes fundou dezenas de projetos de colonização e três grandes cidades de Mato Grosso: Canarana, Água Boa e Terranova do Norte.

Nascido numa família de agricultores pobres de Lagoa dos Três Cantos, localidade no interior do Município de Carazinho, Norberto Schwantes sonhava em ser mecânico. Certo dia, porém, seu pai lhe perguntou se não gostaria de estudar no seminário luterano em São Leopoldo. Havia a possibilidade de obter uma bolsa. O garoto gostava mesmo era de caçar, mas, mesmo sem sentir inclinação pela vida religiosa, aceitou a sugestão do pai.

Para grande parte dos filhos de agricultores do Sul, de origem alemã ou italiana, os seminários eram um dos poucos caminhos para escapar da miséria. Posso lembrar aqui o caso de inúmeros grandes prelados sul-rio-grandenses de origem alemã que alcançaram os mais altos cargos da igreja católica, como dom Vicente Scherer e os primos dom Aloísio Lorscheider e dom Ivo Lorscheider, filhos de gente humilde do nosso interior.

Para manter-se enquanto trabalhava, Norberto trabalhava como barbeiro dos colegas de seminário. Mais tarde, passou a tirar fotografias. Desde jovem já mostrava os traços do empreendedor que seria mais tarde.

Antes mesmo de ser ordenado, foi enviado ao interior de Santa Catarina, para auxiliar o pastor da cidade de Mondaí, que atendia os colonos gaúchos que haviam fundado cidades como São Miguel do Oeste e Cedro. Foi lá que conheceu sua esposa, dona Gertrudes, filha de migrantes gaúchos.

Ordenado, Norberto Schwantes foi enviado para uma das mais pobres paróquias luteranas do Rio Grande do Sul: Tenente Portela, a última região a ser colonizada em nosso Estado, já nos anos 40. Começa então o primeiro de seus empreendimentos: uma escola para atender aos filhos de colonos de origem alemã, que não tinham acesso ao ensino público na cidade.

EXPULSÃO DOS COLONOS

Mais adiante, Norberto conseguirá no exterior os recursos para a construção de uma Escola Normal para a preparação de professores – caingangues e guaranis – para as reservas indígenas da região. Foram esses professores índios que lideraram, mais tarde, seu povo na luta para recuperar as terras de seus ancestrais.

Nesse trecho do livro, Norberto assume que o fato de ter criado a escola para os índios, na qual eles adquiriam uma consciência política, acabaria por ser o estopim da grande crise de 1978, quando milhares de agricultores foram expulsos de todas as reservas indígenas do Estado.

Em sua primeira viagem à Alemanha, em 1969, o pastor luterano descobre o alto grau de sofisticação a que havia chegado a agricultura daquele país. Na volta, instala uma estação de rádio para transmitir, aos agricultores de Tenente Portela, informações sobre avanços técnicos no cultivo de produtos agrícolas e no gerenciamento de propriedades rurais.

Mais adiante, em outra estada na Europa, num acampamento de voluntários, conhece jovens de toda a América Latina e, por meio deles, fica sabendo dos problemas políticos que desconhecia: perseguições, torturas e assassinatos. Entra então em crise política

e religiosa. Na sua volta, começa a ajudar pessoas perseguidas politicamente no Brasil, levando-as à Argentina.

COOPERATIVA

Certo dia, na emissora de rádio de Tenente Portela, quando eram debatidos os graves problemas dos agricultores pobres da região, um jovem agrônomo levantou uma idéia: por que não emigrar?

A migração como se sabe hoje, foi a maneira que os países europeus encontraram de diminuir seus problemas sociais. Cidadãos da Alemanha, Itália, Espanha e Portugal recorreram a esse amargo remédio por décadas durante os séculos XIX e XX. A verdade é que, com o envio de seus pobres para a América e Austrália, essas nações conseguiram evitar a convulsão social e política.

Lançada a ideia da migração entre as pessoas de Tenente Portela, Mato Grosso surgiu como o destino ideal. Imaginava-se que, naquele Estado, os colonos poderiam, mais uma vez, voltar a ter lotes maiores de terra. Naquele época, pelo fracionamento sucessivo, as propriedades da região tinham em média sete hectares. Não proporcionavam ganho suficiente para a manutenção de uma família.

Norberto Schwantes avaliou inicialmente que mais de duas mil famílias poderiam emigrar. Com dois amigos, um que estudaria os solos e outro que verificaria o custo das terras, voou para Mato Grosso no início de 1970. Lá, decidiram-se os três pela região próxima a Barra do Garças. Na volta a Tenente Portela, criaram uma cooperativa de colonização, Coopercol. Deram a ela o nome de Cooperativa 31 de Março para afastar a desconfiança do regime militar. Na época de sua fundação, a cooperativa contava com 400 associados.

Escreve Norberto em seu livro: “A fundação da cooperativa foi um enorme sucesso e assustou muita gente. Principalmente os políticos, ao perceberem que seus votos emigrariam. Assustou

também os comerciantes, temerosos de perderem seus clientes. E, não menos, assustou os religiosos, que logo constataram que boa parte de suas almas estava disposta a ir para os confins dos Inferno Verde, como era chamada a Amazônia”.

AMAZÔNIA

Logo em seguida, o então Presidente do Incra, Moura Cavalcanti, em visita ao Rio Grande do Sul, empolga-se com a Cooperativa de Colonização e se propõe a levar agricultores para Altamira, na Amazônia paraense.

Norberto Schwantes ficou tão fascinado pelo projeto da Transamazônica que não percebeu que a abertura de mais de 3.500 quilômetros de estradas no meio da selva, em grande parte através de terras de baixíssima fertilidade, era um absurdo. E comenta “Quem visita a Transamazônica hoje – intransitável pelo menos seis meses por ano, no período das chuvas mais intensas e sem condições de ser asfaltada pelos grandes aclives – constata que o projeto teve por pais demagogos e irresponsáveis”.

Depois de alguns percalços, foram enviadas para Altamira e Itaituba cerca de 480 famílias de “colonos totalmente pobres”. Para os agricultores que “tivessem algum recurso”, a cooperativa tinha seu próprio projeto em Mato Grosso. O maior perigo eram os compradores serem enganados pela “máfia dos corretores picaretas de terras”.

A cooperativa comprou então os primeiros 40 mil hectares de terras a 300 quilômetros de Barra do Garças, perto da divisa com Goiás. O nome dado ao loteamento foi Canarana, nome do capim mais conhecido da Amazônia. “Gostei do nome porque lembrava Canaã, a Terra Prometida”, escreve Norberto Schwantes.

Os pioneiros chegaram no local em setembro de 1972. Os problemas eram muitos. As pessoas padeciam com doenças que desconheciam totalmente. Os pioneiros ficaram isolados por longo tempo em função de estradas intransitáveis. Numa região sem

agências bancárias, faltava até mesmo dinheiro. Antes das primeiras colheitas, não havia onde comprar comida. Os acampamentos iniciais eram extremamente rústicos. Pela junção de tantos fatores adversos, muitos agricultores queriam voltar atrás.

Para que o projeto desse certo era preciso atrair mais gente, de forma a adensar a população na área. Assim, surge o projeto Canarana 2, com dez mil hectares. Em 1974, é criado o projeto Garapu 2 – com 10 mil hectares, vendidos rapidamente – que os agricultores pagariam com a safra de soja do Sul. Porém, o preço do produto cai vertiginosamente no mercado internacional. A cooperativa fica à beira da falência, mas é salva por um fato extraordinário: agricultores alemães, que estavam dispostos a investir no Brasil, colocam o dinheiro necessário e a terra é paga. Três anos depois a cooperativa devolveria o dinheiro aos alemães.

APROVAÇÃO DO INCRA

Em 1975, Canarana tornou-se o primeiro projeto de colonização particular aprovado pelo Incra. Como a cooperativa já conhecia o quase invencível cipoal da burocracia estatal, os projetos seguintes ganham velocidade. Ainda em 1975, surge Água Boa, cujos compradores na sua quase totalidade eram do município de Não-me-Toque.

Escreve Norberto Schwantes: “Assim, rápida e sucessivamente fomos adquirindo terra e elaborando novos projetos de colonização. Sempre tínhamos um bom cadastro de possíveis compradores de lotes no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Logo que abríamos as primeiras estradas vicinais, os compradores vinham, olhavam os lotes, voltavam ao Sul, vendiam suas terras – quando as tinham – e aguardavam o nosso aviso para virem receber as escrituras e passarem pelo Banco do Brasil, para fazer o financiamento não só dos lotes, como também das máquinas e custeio”.

Em 1976, com os projetos de colonização andando a todo vapor, a cooperativa de colonização dispunha de aviões para trans-

portar os interessados em adquirir terras em Mato Grosso.

Em maio de 1978, a imprensa brasileira informava que os índios guaranis e caingangues estavam expulsando os agricultores de todas as reservas do Sul do País. Mais de duas mil famílias de trabalhadores rurais estavam à beira das estradas, esperando uma solução.

O então Ministro do Interior, Rangel Reis, convocou Norberto Schwantes ao seu gabinete e pediu-lhe ajuda. Argumentou o ministro que só sua cooperativa teria estrutura para transferir para áreas de colonização os expulsos das reservas indígenas.

FALÊNCIA

Norberto aceita o desafio e envolve-se de corpo e alma no empreendimento que o levaria à falência. No livro, ele conta, detalhadamente, como preparou o núcleo de colonização solicitado pelo Governo numa reserva do Exército em Mato Grosso, quase na divisa com o Pará. E fala do imenso trabalho que teve para convencer os colonos gaúchos a irem para lá. No final, o governo não cumpriria a palavra, apesar da assinatura do Presidente Geisel nos documentos. O trato seria descumprido no Governo Figueiredo.

O livro *Uma Cruz em Terranova* nos ajuda a entender os delicados meandros da epopeia que é retirar seres humanos de seu *habitat* e levá-los para um meio totalmente diverso.

O impacto negativo dessa tentativa frustrada levou o colonizador a abrir mão da empresa que havia criado. Aos quarenta e cinco anos, teve de começar uma vida nova, como agricultor. Com a esposa e os filhos deixou Brasília e voltou para uma fazenda em Mato Grosso.

POLÍTICA

Por esta época, começa o envolvimento de Norberto Schwantes com a política partidária, algo de que nunca havia cogitado. A aproximação começa através de seu conterrâneo Leonel Brizola que, em visita a Canarana, mostra interesse em conhecer o ex-pas-

tor luterano que lhe enviava ao Uruguai perseguidos políticos pelo regime militar. Na ocasião, Brizola convida Norberto a integrar-se ao partido que estava fundando, o PDT.

Foi amarga essa primeira experiência política. Boicotado pelos dirigentes do PDT em Mato Grosso, Norberto Schwantes acabaria se filiando ao nosso PMDB.

Há um fato curioso relatado no livro. Norberto nos conta que foi ele quem apresentou a Leonel Brizola aquele que seria um dos maiores fenômenos eleitorais nas eleições de 1982, pelo PDT do Rio de Janeiro: o cacique xavante Mário Juruna. A incorporação do líder indígena só fez aumentar a hostilidade dos caciques do PDT em Cuiabá contra Norberto Schwantes.

Escreve ele: “Fui me desgostando... Levava a política a sério, queria mesmo era ajudar a mudar as coisas. Não tinha maiores pretensões. Mas não é possível militar na política sem mandato... Comecei a estudar o assunto...”

Filia-se ao PMDB e enfrenta a primeira eleição, quando sua esposa concorre à prefeitura de Canarana e perde por apenas 120 votos. Por esta época, um exame clínico mostrou que ele estava com câncer. A origem da doença estava na exposição permanente ao sol forte durante sua vida de colonizador. Decidiu vender sua fazenda, já que não poderia mais trabalhar ao ar livre.

Trabalharia ainda numa tentativa fracassada de colonização levada adiante por uma grande empreiteira. Foi um vultoso investimento, que consumiu fartos recursos, mas fracassou por erros básicos de planejamento. Pela primeira vez, Norberto trabalhou com dinheiro farto, mas o projeto Tucumã, de 400 mil hectares, no Pará, acabou com uma invasão de sem-terra.

Nos últimos capítulos de *Uma Cruz em Terranova*, Norberto Schwantes nos conta como, na eleição de 1986, conseguiu ficar como primeiro suplente de deputado federal pela bancada do PMDB de Mato Grosso.

Para fazer sua campanha, vendeu sua fazenda. Visitou todo o Estado e filmou seus principais problemas. Depois comprou um caminhão e nele montou uma espécie de cinema, no qual passava para os cidadãos do interior os filmes que havia feito sobre as grandes questões estaduais.

Em 1988, ele acabou assumindo o mandato de deputado federal, quando um colega elegeu-se prefeito. Participou então com interesse dos debates sobre agricultura, embora já estivesse doente. Morreu em 1988, dez dias antes de cumprir seu último sonho: assinar a constituinte.

Com o que relatei aqui, creio que dou uma modesta contribuição aos estudos futuros sobre a diáspora do povo gaúcho que, certamente, num futuro próximo serão bastante numerosos. Os historiadores certamente se voltarão para esse tema fascinante. Imagino que entre os jovens filhos de gaúchos nascidos em outros estados surgirão esses historiadores que fixarão para sempre a grandeza da migração da nossa gente.

A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA

Nos meus estudos sobre a migração dos gaúchos para todas as regiões brasileiras tenho usado a expressão “diáspora do povo gaúcho”. Recorri a ele porque, nos dicionários, a palavra “diáspora” significa “dispersão de um povo em consequência de preconceito ou perseguição política, religiosa ou étnica”.

No caso dos agricultores gaúchos, o motivo que forçou essa dispersão foi essencialmente econômico. O excessivo fracionamento das pequenas propriedades nas colônias pioneiras fazia com que os filhos dos produtores saíssem em busca de terra. Os descendentes dos imigrantes alemães e italianos, já no início do século passado, em busca de terras para trabalhar, chegaram ao norte e ao noroeste do Rio Grande do Sul. Pouco depois, sempre pelo mesmo motivo, começaram a cruzar o Rio Grande para se instalar em Santa Catarina.

Nas primeiras três décadas do século XX, os gaúchos criaram aquelas cidades que viriam a ser as maiores do oeste e meio oeste catarinense. Nos anos 50 e 60, a migração concentra-se no oeste do Paraná. A partir dos anos 70, milhares de produtores, num êxodo maciço, deixam a nossa terra para ampliar as fronteiras agrícolas que estavam sendo abertas nos cerrados e na Amazônia.

Por tudo isso, creio que não exagero quando chamo de diáspora a essa movimentação de grandes proporções do povo sul-rio-grandense pelas terras brasileiras, mais exatamente pelas novas fronteiras agrícolas que foram sendo abertas, sucessivamente, desde o início do século passado.

Escreverei aqui sobre a presença dos gaúchos na Amazônia. Pela definição de Amazônia Legal, eu teria de incluir obrigatoriamente, neste pronunciamento, o Estado do Mato Grosso. Ocorre, porém, que os números da mudança em massa de agricultores gaúchos para aquele Estado são tão impressionantes que me senti obrigado a fazer um estudo em separado para aquela unidade da Federação.

O que se nota quando se estuda a diáspora do povo gaúcho é que o migrante, embora continue apegado à cultura gaúcha, ama com igual intensidade sua nova terra. Ninguém quer regressar. Esse migrante ingressa num CTG, canta e dança nossas músicas, escuta programas de rádio do Sul, torce pelos times de Porto Alegre, mas se fixa fortemente na sua nova terra.

Mais do que o hábito do chimarrão diário e do churrasco do final de semana, a nossa gente carrega consigo a vontade de se entregar totalmente ao trabalho. Viram seus pais e seus avós labutarem do nascer ao pôr do sol. É isso que fazem também. Mas são solidários com seus familiares e vizinhos. Mal se instalam na nova terra, chamam os pais e irmãos. Também convocam seus vizinhos para ocupar aquela região. E logo a cidadezinha nascente toma os ares de um cidade gaúcha. O trabalho é mais fácil quando se ampara no núcleo familiar. As famílias já instaladas vão ajudando as outras que vêm depois.

E, assim que possível, formam uma cooperativa. O cooperativismo nasceu no Rio Grande do Sul, entre os imigrantes italianos. Nas nossas cidades do interior, as pessoas se associam para tudo, para vender e para comprar. Em todas as novas terras que ocuparam, os gaúchos fizeram prevalecer o hábito do trabalho cooperativo, da forte coesão comunitária. A Igreja também tem um papel determinante na união das comunidades do interior.

E é isso que eles constroem, de saída, nas novas fronteiras: escolas, igrejas, cooperativas e os Centros de Tradição Gaúcha. Aliás, são milhares os CTG espalhados de sul a norte pelo Brasil.

Examinarei aqui a presença de gaúchos nos Estados amazônicos: Acre, Rondônia, Pará, Amazonas, Roraima e Amapá.

PLÁCIDO DE CASTRO

Decidi começar pelo Acre por um motivo bastante simples: se há um Estado da Amazônia que tem uma forte ligação com o Rio Grande do Sul, esse é o Acre. Isso ocorre porque a incorporação daquelas terras ao território brasileiro foi obra de um jovem idealista gaúcho, nascido na cidade de São Gabriel. Idolatrado no Acre com o grande herói local, Plácido de Castro comandou uma revolução que saiu vitoriosa contra forças bolivianas muito mais numerosas.

Plácido de Castro nasceu numa família de militares. Era filho do capitão Prudente da Fonseca Castro, veterano das campanhas do Uruguai e do Paraguai. Recebeu o mesmo nome de seu avô, José Plácido de Castro, um major paulista que, após combater na Campanha Cisplatina, trocou São Paulo pelo Rio Grande do Sul. Um de seus bisavós, Joaquim José Domingues, participou da conquista das Missões em 1801, quando aquele território foi incorporado ao território brasileiro.

Um dos melhores alunos da Escola Militar da então província do Rio Grande do Sul quando eclodiu a Revolução Federalista, Plácido aderiu à Revolução alcançando o posto de major. Em 1899, aos 22 anos, resolveu tentar futuro melhor no Norte do País, trabalhando como seringalista. Estava demarcando um seringal quando ficou sabendo pelos jornais, em 1901, que a Bolívia havia arrendado o Acre – cuja posse era disputada pelo Brasil desde 1750 – a uma companhia norte-americana. Plácido viu nessa notícia uma ameaça à integridade do Brasil.

Enquanto arregimentava combatentes, o Governo do Brasil reconheceu os direitos bolivianos sobre o Acre. Mesmo assim, Plácido de Castro iniciou um movimento armado para garantir a posse da região. O governo boliviano enviou então um contin-

gente de 400 homens, que foram derrotados por 60 seringueiros comandados por Plácido de Castro.

A seguir, as tropas do líder gaúcho venceram outras guarnições bolivianas em Empreza e Porto Alonso. O próprio presidente da Bolívia, general José Manuel Pando, no comando de suas tropas, foi ao ataque, mas sem sucesso. Plácido tinha 27 anos de idade quando liderou os brasileiros em combates que envolveram mais de 30 mil homens. Sua vitória definiu a fronteira oeste do Brasil. Em 1903, pelo Tratado de Petrópolis, a luta foi encerrada.

Nomeado governador do Acre, em 1906, Plácido de Castro viajou para o Rio de Janeiro, onde lhe ofereceram os galões de coronel da Guarda Nacional, que ele rejeitou. Quando de seu retorno ao Acre, foi nomeado prefeito. Dois anos depois, em agosto de 1908, caiu ferido numa emboscada que lhe prepararam mais de uma dezena de jagunços.

Dias depois, ardendo em febre, implorou ao irmão, Genesco, na presença de vários companheiros: “Logo que puderes, retira daqui os meus ossos. Direi como aquele general africano: ‘Esta terra que tão mal pagou a liberdade que lhe dei, é indigna de possuí-los’. Ah, meus amigos, estão manchadas de lodo e de sangue as páginas da história do Acre.. tanta ocasião gloriosa para eu morrer...”.

Plácido de Castro foi sepultado no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia em Porto Alegre, num túmulo em cuja lápide a família mandou gravar o nome e sobrenome dos seus catorze carrascos.

Em 17 de novembro de 2004 o nome de Plácido de Castro foi incluído no *Livro de Aço dos Heróis Nacionais* localizado no Panteão da Pátria, em Brasília.

VIOLÊNCIA E IMPUNIDADE

Para a redação deste trabalho, tive a ajuda fundamental de dois dos destacados líderes da colônia gaúcha no Acre: o Depu-

tado Estadual José Luís Schafer, mais conhecido como Tchê, e o desembargador Pedro Ranzi.

O Deputado Tchê nasceu em 1960, em Humaitá, no noroeste do Rio Grande do Sul. Em 1985, em busca de oportunidades, ele chegou ao Acre, então um Estado novo e com carência de mão de obra qualificada. Empreendedor, começou no ramo de transportes e passou em seguida ao comércio.

José Luis Tchê entrou para a vida pública impulsionado pelo desejo de enfrentar o desafio que era mudar a realidade política do Acre daquela época, marcada pela violência e pela impunidade. Em seu primeiro mandato foi considerado como um dos cinco deputados estaduais mais atuantes. Entre seus projetos, destaca-se a lei que dispõe sobre o Acompanhamento na Hora do Parto, que garante a parturiente o direito a um acompanhante, iniciativa que, depois, tornou-se lei federal.

“A concentração no Acre de pessoas que nasceram no Rio Grande do Sul impressiona”, diz o Deputado Tchê. “São inúmeros os ocupantes de altos cargos políticos e administrativos, os empresários, políticos, médicos e cidadãos comuns vindos do Sul que adotaram o Acre como sua nova terra. Eu estimo que, hoje, vivam no Acre entre 20 a 30 mil sulistas, sendo que a maior concentração de gaúchos é na capital, Rio Branco. Pela ordem de chegada, acredita-se que a colônia de sulistas tenha sido a terceira a chegar ao Acre, logo após os nordestinos e nortistas.”

De acordo com o desembargador Pedro Ranzi, os gaúchos que vivem no Acre estão concentrados nos Municípios de Rio Branco, Acrelândia, Plácido de Castro, Senador Guiomard, Brasiléia e Etipaciolândia. Assentamentos de colonos gaúchos ocorreram na década de 70, em Brasiléia e Etipaciolândia, cidade que fica na fronteira com a Bolívia;

Segundo José Luiz Tchê, além de numerosos, os gaúchos se destacam pela união. Para maior conagração, os sul-rio-

grandenses criaram, em 1974, na capital, um Centro de Tradições Gaúchas, que recebeu o nome de José Plácido de Castro.

“O Centro nasceu da vontade de um grupo de cidadãos que têm o Acre no coração, mas que sentem saudades das tradições de sua terra natal”, diz o Deputado Tchê. “Como o amor que nos une é mais forte que a distância e as diferenças que os separam, a meta do CTG é zelar pelas tradições gaúchas, sua histórias, lendas e costumes. Assim, o centro não desenvolve quaisquer atividades político partidárias, filosóficas ou religiosas. Trabalha-se lá pela elevação moral.”

PROGRAMA DE RÁDIO

O desembargador Pedro Ranzi foi um dos fundadores do CTG da capital acreana, junto com seu irmão Alceu, professor da área de Paleontologia da Universidade Federal de Acre. O primeiro patrão e incentivador, Osório Rodrigues, vive na cidade de Plácido de Castro. A sede própria foi inaugurada em setembro de 2006, com a presença do cantor e compositor Rui Biriva. Também Gaúcho da Fronteira, Renato Borghetti e os Gaudérios, de Caxias do Sul, tocaram por lá. Para os bailes são contratados grupos musicais gauchescos de Rondônia.

“No nosso CTG, todas as sextas-feiras à noite temos jantar-dançante e bóia campeira, muitas vezes um costelão assado à moda”, explica o desembargador.

Pedro Ranzi nasceu em 1947 no Município de Soledade, na localidade Pontão do Butiá (hoje pertencente a Espumoso). Sua família era originária de Bento Gonçalves, onde seu bisavô Carlos Jerolimo recebeu o lote 200 da colônia Santo Antônio.

Chegando ao Acre em 1969, foi residir em Cruzeiro do Sul, onde fundou um colégio. Na prefeitura daquela cidade exerceu as funções de secretário, contador e foi nomeado prefeito em 1971. No ano seguinte, mudou-se para a capital do Estado, onde estu-

dou Direito, formando-se em 1977. Ingressou na magistratura em 1980. Passou a desembargador em 2005.

Um fato peculiar na vida de Pedro Ranzi é que, além do trabalho pesado do Tribunal de Justiça, onde ocupa a vice-presidência, ele é um dos apresentadores do “Programa de Gaúcho”, que vai ao ar todos os sábados, das 9 às 11 horas, na FM Gazeta de Rio Branco, a principal emissora do Estado.

“A idéia de um programa de rádio nasceu de uma visita que fiz a Passo Fundo, onde residem meus familiares. Escutei lá a Planalto 105 FM, que toca 24 horas música gaúcha. De volta ao Acre, iniciei o programa em 2001, com meia hora de programa. Fui o criador e sou o programador, mas considero que o programa é do nosso CTG. Em geral, somos quatro apresentadores. Soubemos que o programa já foi ouvido nos EUA, Itália, Bolívia e Peru”, diz Pedro Ranzi. E acrescenta: “Eu não era envolvido no movimento tradicionalista no Rio Grande do Sul, mas frequentava o CTG, em Passo Fundo. A gente é mais gaúcho quando está longe do pago e da querência amada.”

Rondônia

Um dos melhores conhecedores do acelerado processo de ocupação do Estado de Rondônia é o ex-Senador Amir Lando, que ficou nacionalmente conhecido quando foi o relator da CPI que investigou Paulo César Farias e que levou à cassação do Presidente Fernando Collor.

Entre 1970 e 1982, Amir Lando foi advogado do Inbra e ocupou a presidência da Comissão de Discriminação de Terras que comandava a ocupação tanto de Rondônia quanto do Acre. De acordo com aquele ex-senador, foram instalados cerca de uma dezena de grandes assentamentos ao longo da BR 364, que resultaram, depois, em importantes cidades rondonienses, como Cacoal, Rolim de Moura e Ariquemes. Os lotes concedidos inicialmente

aos colonos eram de 100 hectares, depois caíram para 50. Os assentamentos variavam entre 2.000 e 6.000 lotes.

Foi assim que Rondônia, em pouco mais de uma década, recebeu cem famílias de agricultores. A maioria dos assentados veio do oeste do Paraná, principalmente das cidades de Cascavel, Pato Branco e Toledo, área ocupada por descendentes de gaúchos que para lá haviam migrado a partir dos anos 50.

Amir Lando – que por duas vezes ocupou uma cadeira de senador por Rondônia – se diz um “gaúcho cansado”, que é uma expressão entre brincalhona e carinhosa usada para designar os filhos da gente do Rio Grande do Sul que nasceram em Santa Catarina ou Paraná. São chamados de “gaúchos cansados” porque nasceram quando seus pais faziam uma parada para descanso na sua viagem em busca de novas terras ao Norte.

Um dos mais destacados integrantes da diáspora do povo gaúcho, Amir Lando nasceu na Vila Uruguai, distrito do Município de Concórdia, Santa Catarina, numa família de migrantes sul-riograndenses. Seu pai era natural de Bento Gonçalves e sua mãe, de Garibaldi. Depois de estudar Direito e Sociologia na UFRGS, entre 1965 e 1969, partiu para Rondônia em 1970, já funcionário do Incra.

“As centenas de milhares de lotes distribuídos a agricultores em Rondônia apresentaram duas tendências ao longo dos últimos 30 anos”, diz Amir Lando. Muitas dessas propriedades foram subdivididas em função de heranças, enquanto outras sofreram um processo de concentração em mãos de pessoas de maiores recursos.

Há hoje uma numerosa colônia de gaúchos em Rondônia. No interior, a maioria está nas cidades de Vilhena e Ji-Paraná, em geral plantando soja. A cidade de Ji-Paraná evoluiu ao redor de uma casa usada pelo Marechal Rondon quando de sua passagem por lá. As terras planas da região favoreceram a mecanização das lavouras.

PINGO DE AÇO

“Gaúcho é aquele que montado num pingo de aço, o trator, domina terras bravias”, diz Amir Lando. “O gaúcho tem a alma ousada. É otimista, ousado, alegre”, acrescenta. Na capital, Porto Velho, há um grande número de profissionais liberais e funcionários públicos federais e estaduais vindos do Sul. Notável também é a presença de gaúchos na exploração de madeira ou na busca de ouro no rio Madeira.

No livro *O Brasil de Bombachas*, escreveu o jornalista Carlos Wagner:

“A doença que mais matou gaúchos na selva amazônica foi a febre do ouro. De uma hora para outra, pacatos agricultores venderam tudo o que tinham e se embrenharam mato a dentro em busca de riquezas“. “Depois que um homem vira garimpeiro, ele jamais volta a ser uma pessoa normal”, descreve Gilberto Beal de Lima, 38 anos, conhecido como Gaúcho no garimpo de Arará, em Vila Nova Marmoré, oeste do Estado de Rondônia. Há cinco anos era empreiteiro de obras em Canoas na Grande Porto Alegre, e resolveu arriscar a sorte como agricultor no Norte do Brasil. Gaúcho não chegou nem perto de lavoura em Rondônia. “Fui direto para o garimpo”, recorda. Pegou todas as suas economias e comprou uma velha draga que operava no rio Madeira“. “Nunca tinha visto tanto dinheiro junto”, lembra. No primeiro ano houve uma transformação no seu comportamento. Comprou um imenso chapéu de caubói, mandou fazer grossos correntões de ouro para o pescoço e pediu para um ourives gravar numa medalha seu retrato e de uma draga.

PARÁ

Um dos mais destacados cidadãos da diáspora gaúcha no Pará é o atual secretário de Transportes daquele Estado, Valdir Ganzer, deputado estadual licenciado, e que já ocupou uma cadeira de deputado federal por aquela unidade da Federação.

Em 1972, com apenas 16 anos, ele desembarcou com seus pais e nove irmãos numa agrovila formada pelo Incra às margens da rodovia Transamazônica, na altura de onde hoje fica o Município de Rurópolis. Os Ganzer vinham de Iraí onde ficaram os dois filhos mais velhos. O início da vida no Pará foi duríssimo para eles.

“O nosso maior problema era a falta de assistência médica. Se uma pessoa da nossa agrovila quebrasse a perna numa segunda-feira teria que esperar até sexta-feira, quando passava o caminhão do Incra, para ser levada a uma das cidades mais próximas: Santarém (250 quilômetros), Itaituba (170 quilômetros) ou Altamira (300) quilômetros. Educação também era um grande problema: nas agrovilas, a gente só tinha o ensino primário. Eu, que era guri, queria jogar bola, mas não tinha campo de futebol. Era tudo mato”, conta Valdir Ganzer.

A situação começou a melhorar nos anos seguintes, quando as comunidades começaram a ser organizar. “Quando chegamos, a gente não sabia nada do clima e da terra. Tivemos que aprender na marra”, diz o político paraense.

Da família Ganzer, apenas um dos irmãos voltou ao Sul, por problemas de saúde. Os demais permaneceram na região. Valdir Ganzer acredita que cerca de metade dos agricultores gaúchos levados para o Pará durante o governo militar deve ter permanecido na região. Ou seja, o retorno ao Sul também foi grande. Nos últimos dez anos, de acordo com o deputado, surgiu uma nova corrente migratória gaúcha, mas de agricultores que chegam para plantar grãos.

CAFÉ OU CACAU

Segundo o pesquisador Pedro Celestino Filho, supervisor do Núcleo de Pesquisas da Embrapa na Transamazônica, com sede na cidade de Altamira, ainda hoje existe na região “uma quantidade

razoável” das famílias de colonos gaúchos que chegaram por lá no início dos anos 70. “Vários deles foram bem-sucedidos e hoje plantam café ou cacau. Seus filhos se casaram por aqui, com gente da terra”, diz o doutor Celestino.

Segundo ele, os sul-rio-grandenses estão concentrados em Medicilândia, município a uns 90 quilômetros de Altamira. Além de cacau e café, há quem plante cana-de-açúcar na região porque o solo é parecido com o do Paraná. Também a pecuária é forte. O café é vendido pela Bahia e o café sai para o Espírito Santo. Altamira fica a 800 quilômetros de Belém em linha reta. Já a viagem por terra para a capital, de 1.200 quilômetros, não é feita em menos de 18 horas.

Altamira é considerada como sendo a cidade que tem maior concentração de gaúchos no Pará porque foi por lá que começou a colonização da Transamazônica, no início da década de 1970. Acontece porém que Altamira, Ituitaba e Santarém, os municípios às margens da rodovia que na época estava sendo aberta, a partir da década de 80, subdividiram-se num grande número de novas cidades: Brasil Novo, Medicilândia, Novo Progresso, Uruará, Placas, Novo Repartimento, Anapu e Pacajás. “Os gaúchos estão espalhados por todos esses municípios, mas principalmente em torno de Medicilândia. Se considerarmos que Altamira é uma cidade-pólo, porque tem hospital, aeroporto e comércio da produção agropecuária, então podemos garantir que a concentração é em Altamira”, diz o pesquisador da Embrapa.

Também na região de Paragominas, que fica a menos de 300 quilômetros de Belém, há muitos agricultores gaúchos, segundo José Carminati, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais daquela cidade. A produção de grãos no Estado do Pará – que ainda é pequena – nasceu, em boa parte, graças aos migrantes gaúchos. O cultivo de soja, por exemplo, começou em 1996 quando José Carminati e o gaúcho João Zanchetto começaram a plantar naquela região. Hoje o polo de produção de grãos do Pará está

concentrado em quatro cidades: Paragominas, Pixuna, Dom Eliseu e Ulianópolis. Na região de Paragominas, a área plantada de soja não passa de 23 mil hectares.

João Zanchetto é gaúcho. José Carminati, que tem parentes distantes no Rio Grande do Sul, nasceu no Espírito Santo, lembra que os gaúchos que plantam na sua região chegaram, na maioria, depois do ano 2000, vindos de Mato Grosso.

Nos anos 80, Paragominas já havia recebido muitos migrantes sul-rio-grandenses que chegavam para explorar madeira. A exemplo dos produtores de soja do Maranhão e do Piauí, os do Pará exportam sua produção pelo porto de São Luís, no Maranhão. A produção de milho é vendida em Belém.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

O pesquisador Olinto Gomes da Rocha Neto, da Embrapa em Paragominas, tem sua história pessoal ligada à migração dos gaúchos para o Pará, seu Estado de origem. Recém-formado, em 1972 ele foi trabalhar pela Embrapa com os agricultores gaúchos que estavam sendo instalados às margens da Transamazônica. Foi lá, na Agrovila do Quilômetro 90, que conheceu sua esposa, Nely Batista, gaúcha de Tenente Portela.

A família Batista foi para o Pará em busca de mais terra para plantar. Como na família Ganzer, as duas filhas mais velhas ficaram no Sul. O casal viajou com dez filhos. Receberam um lote a cerca de 100 quilômetros de Altamira, onde hoje está Medicilândia. Lá começaram a plantar arroz, mas era difícil comercializar as safras. Faltava escola para os filhos mais jovens.

Passados trinta e cinco anos, segundo Olinto Rocha Neto, apenas um dos filhos da família Batista continua trabalhando com agricultura no Pará, criando gado e plantando cacau. Seus irmãos espalharam-se pelo Brasil, nas regiões colonizadas por gaúchos.

De acordo com Olinto, também há um bom número de gaúchos nas regiões de Paragominas e de Santarém, locais de migração mais recente. Em torno de Santarém, estabeleceram-se plantadores que já haviam sido bem-sucedidos em Mato Grosso. Compraram grandes propriedades. Os gaúchos estão mais concentrados na cidade de Belterra. No planalto de Belterra e no planalto de Santarém plantam soja, arroz e milho. Os gaúchos também estão espalhados ao longo da BR-163, mais conhecida como Cuiabá-Santarém. Nos últimos dez anos, tomaram a direção de Curuaúna. Segundo fontes da Embrapa, em Belterra, os plantadores do Sul estão inovando, plantando com foco na recuperação de solo, fazendo rodízio de culturas e diversificando para girassol e milho.

AMAZONAS

Para examinar a presença dos gaúchos no Amazonas vou me concentrar na análise de um caso. Todos são unânimes em afirmar que a cidade mais gaúcha do Estado do Amazonas é Apuí, no extremo sul daquele Estado, quase na divisa com Mato Grosso. Trata-se de um município, hoje, com cerca de 20 mil habitantes, que nasceu da migração de sulistas, em sua maioria gaúchos, nos anos 70, quando avançava o processo de ocupação da Amazônia.

Em Apuí, como na maioria dos polos de migração, os agricultores catarinenses e paranaenses descendem de gaúchos. Esse é o caso do atual prefeito da cidade, Antonio Roque Longo, nascido em União da Vitória, Paraná. Sua família, originária de Bento Gonçalves, já havia feito uma escala em Videira, Santa Catarina.

Atualmente concluindo seu segundo mandato, Longo chegou a Apuí pela primeira vez em 1980. Veio por sua livre iniciativa. Tivera informações da região por outros paranaenses que ali já se haviam instalado. Queria comprar terras baratas para iniciar-se na produção de gado. Achava que a cidade, pelo fato de estar à

margem da Transamazônica, logo entraria num surto de progresso acelerado. Instalou-se na cidade em 1981 com uma serraria e, com o dinheiro amealhado, conseguiu começar sua fazenda de gado.

Em 1982, o Incra começou na região o Projeto de Assentamento do Rio Juma, um dos maiores que já desenvolveu, com a concessão de cerca de 5.000 lotes. Inicialmente eram concedidos lotes de 100 hectares, mas como a procura de agricultores sulistas foi muito intensa, a área de concessão caiu logo para 60 hectares. “Ao lado de um grande número de colonos que vieram para trabalhar a terra, também apareceram alguns aventureiros que desistiram da terra quando descobriram que teriam de trabalhar pesado”, diz Antonio Roque Longo.

Erguida à condição de município em 1988, Apuí hoje enfrenta o problema mais comum da Amazônia: o desmatamento. Mas como atualmente há mais controle na exigência de preservação de parte das propriedades como reserva, a renda dos produtores caiu bastante. Como as propriedades são pequenas, para os padrões do Norte e do Centro-Oeste, só vigora por lá a agricultura familiar. A produção local está concentrada em café, guaraná, cacau, arroz e milho.

A principal atividade econômica da cidade é a criação de gado. O rebanho é de 150 mil cabeças, sendo que os maiores fazendeiros têm entre 5.000 e 7.000 cabeças. O café e o gado são vendidos para Manaus. Já o cacau é comercializado na cidade de Maués, para uma empresa de refrigerantes lá instalada. O arroz e o milho são consumidos no município. Embora a cidade esteja a pouco mais de 400 quilômetros de Manaus em linha reta, a viagem até a capital do Estado é demorada. O trecho inicial, de 300 quilômetros, por terra até Novo Aripuanã é feito de carro em sete horas. A parte final do trajeto é feita pelo rio Madeira. Em lancha rápida, são 11 horas de navegação. Já nos barcos tradicionais a viagem leva 36 horas.

A rodovia Transamazônica não foi asfaltada até hoje. Para viajar à cidade mais próxima ao Sul, Jacareacanga, no Pará, num trajeto de 260 quilômetros de estrada apenas cascalhada leva-se cinco horas.

RORAIMA

Tenho um companheiro, o Senador Mozarildo Cavalcanti que, mesmo nascido em Roraima, é um homem de forte ligação com a comunidade gaúcha do seu Estado. É frequentador emérito do Centro de Tradições Gaúchas Nova Querência, que é um dos principais locais de eventos da capital Boa Vista.

Nos seus pronunciamentos, o Senador Mozarildo faz questão de ressaltar que a classe produtora de Roraima é basicamente formada por gaúchos. Estima-se que os nossos conterrâneos por lá representem 90% dos agricultores e pecuaristas, quase todos pequenos e médios produtores. O Senador Mozarildo sempre elogia a coragem desta gente que foi investir seu capital num Estado que então se formara.

“Não podemos esquecer que produtores de arroz, que no momento estão lutando para poder produzir arroz no Estado de Roraima, na borda da polêmica Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, são gaúchos”, diz o Senador Mozarildo Cavalcanti. “Não podemos jamais esquecer que o trabalho desses homens e mulheres, que deixaram para trás o seu querido Rio Grande do Sul há décadas, representa 25% do PIB do Estado de Roraima.”

Estima-se que os sul-rio-grandenses formem a terceira maior colônia em Roraima, depois dos maranhenses e dos cearenses. Seriam entre 10 mil e 15 mil pessoas num Estado cuja população está em torno de 400 mil habitantes.

Se há um típico migrante gaúcho em Roraima, ele é o Deputado Estadual Erci de Moraes. Nascido em Cachoeira do Sul, ele é filho de um antigo companheiro meu de MDB, Astrogildo de

Moraes. Ainda universitário, estudando na Universidade Federal de Santa Maria, Erci conheceu Roraima, onde sua universidade mantinha um *campus*. Gostou muito do lugar. Em 1974, formou-se em Zootecnia. Oito anos depois, já na condição de pesquisador da Embrapa, mudou-se para Roraima a fim de trabalhar lá numa estação da empresa.

Desenvolveu sua carreira profissional naquele Estado até aposentar-se, quando ingressou na vida política. Exerce agora o seu segundo mandato como deputado estadual, depois de ter atuado como vice-governador entre 2004 e 2006.

Segundo Erci de Moraes, a migração gaúcha para Roraima deriva, em sua maior parte, do *campus* da Universidade Federal de Santa Maria. Muitos dos que passaram por lá, tanto como professores quanto como estudantes, voltaram já formados, tendo em vista que o Estado oferece amplas possibilidades de crescimento profissional.

Segundo Erci de Moraes, os gaúchos transformaram a economia do Estado com o cultivo de arroz irrigado, nos moldes do Sul. Hoje o Estado é um dos maiores produtores nacionais. Também há um grande número de pequenos produtores sul-rio-grandenses que trabalham com agricultura familiar em projetos de assentamento estabelecidos pelo Incra. Mas a ampla maioria dos gaúchos reside na capital, Boa Vista.

Domiciliado há quase trinta anos em Roraima o Deputado Erci de Moraes já se considera um makuxi, que é como os roraimenses são chamados. Makuxis eram os índios que habitavam a região antes da chegada dos brancos.

DEPOIMENTOS

Num livro muito interessante, intitulado *Gaúchos em Roraima*, a professora Carla Monteiro de Souza, da Universidade Federal de Roraima, traça um painel da presença de sul-rio-grandenses na região.

Nessa obra ela reproduz depoimentos de pequenos agricultores que se fixaram naquele estado. Um desses migrantes, senhor Filipin, assim se refere ao Brigadeiro Otomar Pinto, a figura política mais popular de Roraima e grande incentivador da colonização:

“Era ele que ia nas lavouras, ia para as roças, lá pelo mato. Ele chegava de tardezinha lá no interior e dizia: “onde é que eu boto a minha rede?” A gente ficava pensando: será que ele vai pousar aqui? E olha, em certos pontos ainda, a gente pode dar graças a Deus por ele aqui em Roraima. Ele só fez um erro, trazer muita gente. Agora o resto, ter feito alguma coisa que aparece aqui foi ele. Tanto na cidade como no interior. Isso daí por incrível que pareça não se pode negar.”

Um outro gaúcho, senhor Ernesto, afirma: “Aí, no fim, juntou todo o grupo e viemos na caminhonete, na qual viemos do Paraná. A terra foi dada pelo governo, por que quem deu, quem chamou nós foi o Brigadeiro, o Ottomar. Deu um lote para cada família. Uns compraram, outros não.”

Segundo a professora Carla Monteiro de Souza, o processo de ocupação humana de Roraima embora dependente da iniciativa oficial, por outro, apresenta alto grau de espontaneidade. Levantamento feito entre 1981 e 1984, num centro de triagem daquele Estado, foram registrados 11.921 migrantes, dos quais 6,2% vinham dos Estados do sul do País. Porém, quando se perguntava o lugar do nascimento, constatava-se que os sulistas eram 12,2%. Isso mostra que boa parte dessa gente tinha passado pelo Centro-Oeste antes de chegar a Roraima,

É sabido que alguns estados que, nos anos 60 e 70, foram receptores de migrantes, como Rondônia, Pará e Mato Grosso, passaram a expulsar os pequenos agricultores por causa da crescente concentração fundiária, da especulação imobiliária e da falta de infra-estrutura e de apoio.

Dos naturais da região Sul domiciliados em Roraima, os mais numerosos são os paranaenses. No entanto, todos os estudos de migração mostram que em geral os migrantes paranaenses são filhos dos gaúchos que se mudaram para aquele Estado entre os anos 40 e 60.

Vejamos alguns números: em 1960, apenas 18 gaúchos estavam em Roraima. Em 1970, já eram 1.132. No Censo de 1991, somavam 1.526 os nossos conterrâneos por lá.

Um outro levantamento apontou que 46% dos agricultores inscritos em dois grandes projetos de colonização da Perimetral Norte – Jauapery e Jatapu – haviam nascido nas regiões Sul e Sudeste.

Sete dos gaúchos entrevistados pela professora Carla viveram em outras áreas de expansão agrícola antes de se radicar em Roraima. Ou seja, realizaram uma migração por etapas. Escreve a professora: “Cinco viveram no Paraná antes de virem para Roraima, sendo que um deles passou também pela Transamazônica (Pará); dos outros dois, um saiu do Rio Grande do Sul direto para Altamira, no Pará, e o outro para Ji-Paraná, em Rondônia”.

Nos seus depoimentos os gaúchos falam de como chegaram a Roraima.

Diz o senhor Ernesto: “Soubemos [no Paraná] através do Tarcísio que eles tinham comprado área grande [em Roraima], através de um padre também que deu rolo”.

Fala dona Elza: “Como é que nós soubemos do Pará? Por causa de um primo que morava lá, Por causa do primo dele fomos para lá e por causa do filho do primo dele viemos para cá”.

O senhor Filippin depõe: “Aí foi a história que eu cheguei em Roraima, né. Eu vi em uns jornais de Cruz Alta, eu vi uns jornais que governo aqui dava terra de graça. Aí eu enfiei na cabeça que queria terra”.

Segundo a professora Carla, os migrantes são movidos por dois fatores: impessoais, como os ligados à vida econômica do país, e pessoais, que seriam insatisfação, inadequação, falta de perspectiva e divergência em relação à sociedade de origem.

E apresenta o depoimento dona Catarina sobre a trajetória da família Filippin: “A gente namorou cinco anos, depois foi que a gente casou. Daí a gente foi morar na terra do sogro... Trabalhando na lavoura na terra do sogro, que ele tinha só meia colônia de terra. Quando eu me casei moramos um ano na lavoura depois fomos para o Paraná tentar trabalhar, colocamos um mercadinho, também a gente não foi bem, né, que a gente foi criando os filhos. Aí voltamos de novo para o Sul e aí fomos para a cidade tentar a vida. Ele trabalhava de empregado, para dar estudo para os filhos. Moramos dez anos em Ijuí e de lá que nós viemos para cá.”

Outro depoimento importante é o de dona Goretti Dresch: “Todo mundo aqui, com terra. Realizado, meu pai morreu feliz. Primeiro que todos os filhos quase tinham terra, quem não tinha terra, estava como eu e o Plínio, mas nós já temos o nosso pedacinho de chão feito. Eu acho que ele passou longe dos sonhos, ele deslumbrou. Ver os filhos dele trabalhando nessa terra aqui, ele deslumbrou. E feliz, porque meu pai, ele conseguiu uma área de terra muito grande, né que o meu irmão que é solteiro cuida até hoje. Terra, gado... que ele comprou, ele investiu’.

AMAPÁ

Quero começar falando da ligação com o Amapá de um magistrado e líder político gaúcho: Germano Bonow Filho. Um dos fundadores do Partido Socialista no Rio Grande do Sul, ele dirigiu aquela agremiação nos anos 60. Pois bem, em meados daquela década, no Governo de JK ou de Jango, Germano Bonow Filho prestou concurso público para a magistratura dos territórios. Como era costumeiro na época, o processo de admissão

arrastou-se por anos. Assim, só em setembro de 1964, Germano Bonow Filho viajou para o Amapá a fim de tomar posse no cargo.

Um dos seus filhos, o atual Deputado Federal Germano Mostardeiro Bonow, então estudante – de Medicina, com apenas 22 anos, escondeu do pai que – um dia depois da partida dele – teria de depor num inquérito policial-militar na Sexta Região Militar. À época, o rapaz participava ativamente do Grupo dos Onze, núcleos de um futuro Exército Popular de Libertação, proposto por Leonel Brizola. “Não contei da convocação porque não quis causar preocupação ao velho. Queria que ele viajasse tranquilo”, conta o Deputado Bonow. Só quase um ano depois, em julho de 1965 o atual deputado viajaria ao Amapá para passar o mês de férias com seus pais onde relataria o episódio.

Durante os anos em que foi serviu como magistrado no Amapá, Germano Bonow Filho teve a companhia da esposa, dona Dora Mostardeiro Bonow. Os três filhos, já universitários, permaneceram em Porto Alegre, estudando. Depois, já de volta ao sul, dona Dora diria aos filhos que os melhores anos de sua vida foram aqueles que passou ao lado do marido no Amapá.

O Deputado Germano Bonow guarda com carinho muitas das histórias que lhe foram contadas pelo pai a respeito da sua passagem pelo Amapá. Uma delas se refere à política. Naquela época, só havia um partido no território, a Arena. Mas as brigas internas eram tão violentas que o partido ia para as eleições dividido em até três sublegendas.

Para restabelecer o clima de paz na época de uma eleição muito acirrada, o juiz pediu reforço militar. Dias depois chegou à cidade um destacamento de 30 homens, comandado por um tenente, que foi diretamente à casa do magistrado apresentar-se. Lá, perguntou ao doutor Bonow em que unidade militar deveria instalar seus homens. Aqui mesmo, disse o magistrado, e apontou para o fundo do pátio de sua casa. As barracas dos soldados foram montadas ali

e, daquele dia em diante, os bagunceiros, que costumavam passar diante das residências do juiz para xingá-lo, desapareceram.

A ligação dos Bonow com a Amazônia teria sequência em janeiro de 1969, quando, já formado em Medicina, Germano Bonow foi trabalhar como médico na cidade de Benjamin Constant, no Amazonas. Passou dois anos numa cidade que, na época, só contava com três automóveis.

CHURRASCARIA

Gil Marra, meu conterrâneo de Caxias do Sul, onde nasceu em 1960, é hoje o proprietário de uma das mais famosas churrascharias de Macapá. Como todo migrante gaúcho, queria melhorar de vida. Assim, aos 18 anos, mudou-se para Belém do Pará. Trabalhou inicialmente num restaurante e depois numa mineradora. Como funcionário dessa última empresa, seguiu em 1989 para o Amapá, onde, um ano depois, abriu sua churrascaria.

Conhecedor daquela cidade, Gil assim define a presença dos gaúchos naquele estado. “Temos por aqui muitos militares que vieram servir e acabaram ficando, depois de reformados. Há também um grande número de engenheiros que vieram para trabalhar na mineração, que aqui é uma atividade muito forte. O número de advogados gaúchos também é grande. Essas pessoas criam vínculo com a terra e acabam ficando. É o meu caso, que já me sinto um amazônico”.

Segundo Gil Marra, ser amazônico significa estar acostumado com uma temperatura que chega aos 40 graus com uma umidade relativa do ar permanentemente alta.

Quanto aos gaúchos ligados às atividades rurais, especialmente criação de gado e de produção de soja, segundo Gil Marra houve um refluxo nos últimos em função de restrições do Governo do Estado a essas atividades. Assim, alguns produtores sul-riograndenses preferiram seguir para o Pará ou para Tocantins. De acordo com Gil Marra, com o desestímulo à criação de gado e, no

sentido inverso, o avanço da produção de cana, a carne vai acabar se tornando “produto de rico” no Amapá.

PESQUISADORES

Ainda nessa minha pesquisa procurando a presença de gaúchos nos Estados do Norte, descobri um casal de conterrâneos nossos – Mariana Petry Cabral e João Darcy de Moura Saldanha, ambos arqueólogos – que atua no setor de Arqueologia no Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá.

Segundo João Darcy, os gaúchos não são muito numerosos no Amapá, apesar do numero estar aumentando a cada dia. “Existe, apesar da nossa pouca presença, um programa de rádio só com músicas gauchescas. Inclusive este programa promove uma festa no dia 20 de setembro, que junta a gauchada pra comer um churrasco”.

Segundo o arqueólogo, as áreas de atuação dos gaúchos são variadas, mas ele cita especialmente o setor de mineração, na indústria ainda incipiente e também “uma lenta migração em busca de terras que aqui são baratas, porém não muito férteis”.

No que se refere ao trabalho de arqueologia, os gaúchos Mariana Petry Cabral e João Darcy de Moura Saldanha estão estudando o interessantíssimo sítio de Calçoene, a 390 quilômetros da capital. O achado arqueológico consiste em 127 pedras escuras, fincadas no solo num círculo de 30 metros de diâmetro. Para os leigos, o local lembra Stonehenge, o famoso monumento megalítico localizado na Inglaterra. Para os arqueólogos, o sítio de Calçoene, a 390 quilômetros ao norte de Macapá, é uma excelente oportunidade para se desvendar segredos dos índios pré-colombianos e principalmente da ocupação humana da Amazônia. Os blocos de granito chegam a mais de quatro metros de altura. Certamente talhados para este fim, foram levados para o alto de uma colina – as possíveis fontes rochosas ficam de 300 a 400 metros dali, pelo menos.

“Quanto à Calçoene, são realmente sítios muito interessantes”, diz João Darcy. “Os menires foram intencionalmente colocados naquela posição, comprovamos isto com as escavações. O material de lá é datado de 1.000 anos atrás”.

DESAFIO DA DISTÂNCIA

Encerro este pronunciamento dizendo que, de fato, eu me orgulho da capacidade que os gaúchos têm de enfrentar os maiores desafios. Como acabei de mostrar, é grande o número dos nossos conterrâneos que moram nos distantes estados do extremo norte. Temos aqui o relato de pessoas que vivem a cinco, seis, sete mil quilômetros de distância do Rio Grande do Sul, onde, na maior parte dos casos, ainda têm parentes. São pessoas que enfrentaram grandes desafios, que tiveram de se adaptar a um meio totalmente estranho e que, mesmo assim, alcançaram o sucesso. Amam sua nova terra, mas ainda guardam um cantinho do coração para o seu torrão natal. A essa brava gente eu não me canso de saudar.

A FORÇA DO TRADICIONALISMO

Ainda dentro dos meus estudos sobre a diáspora do povo gaúcho, quero examinar com atenção o caso dos Centros de Tradições Gaúchas – CTG.

Criados a partir dos anos quarenta, esses centros da cultura sul-rio-grandense expandiram-se de uma maneira extraordinária a partir da década de 70 por todo o Brasil, justamente acompanhando o êxodo dos nossos irmãos que estavam abrindo as novas fronteiras agrícolas deste País.

Para cada nova cidade fundada, um CTG. Essa era a regra geral.

E assim, em apenas sessenta anos, os Centros de Tradição Gaúcha transformaram-se naquilo que alguns não hesitam em considerar o maior movimento de cultura popular do mundo, já que reúne hoje cerca de dois milhões de participantes ativos.

Em primeiro lugar, devo destacar que não possuo informações sobre organizações semelhantes que tenham surgido em outras unidades da Federação brasileira. Não sei se existem em outros estados entidades como os nossos CTG, que têm como objetivo central manter vivas as tradições da terra. Mas, se existem, não creio que possam se aproximar da grandeza dos nossos números.

Segundo levantamento realizado pelo professor Ruben George Oliven, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e publicado no livro *A Parte e O Todo – A Diversidade Cultural no Brasil-Nação*, as entidades tradicionalistas seriam, só no Rio Grande do Sul, 1.387. A década de maior crescimento foi a de oitenta, quan-

do surgiram 689 entidades no nosso Estado. Não posso deixar de mencionar que li num jornal do interior do Rio Grande do Sul que a cidade gaúcha que mais tem CTG é a minha Caxias do Sul, que conta com 78 entidades tradicionalistas.

De acordo com o Movimento Tradicionalista Gaúcho, as entidades fora das divisas do Rio Grande do Sul seriam atualmente 800. Em contato com a Confederação Brasileira da Tradição Gaúchas, soube que aquela entidade está ultimando um levantamento geral, incluindo os centros que funcionam no exterior.

São números, sem dúvida, impressionantes.

Devo destacar, de imediato, que foram os Centros de Tradição Gaúcha, ao se multiplicarem rapidamente nas novas fronteiras agrícolas brasileiras, que favoreceram a coesão dos migrantes sul-rio-grandenses.

Foram os CTG que uniram a nossa gente dispersa. Em torno de qualquer agrupamento de gaúchos desbravadores, fosse no cerrado ou na floresta, logo surgia um centro de tradições. E o novo galpão erguido às pressas, às vezes muito precário, servia não só para as atividades culturais e de lazer, mas também para a tomada de decisões importantes para o futuro da comunidade que se formava.

Nessas ocasiões, todos envergavam o conhecido vestuário gaúcho: os homens de bombachas, com chapéus e ostentando no pescoço lenços nas cores branca ou vermelha; as mulheres com seus vestidos rodados.

Nesses galpões também tinham lugar, ao lado da dança e da música, as reuniões para tratar da venda das safras, do financiamento dos bancos oficiais, das melhorias em infraestrutura, das reivindicações junto aos poderes públicos, da aquisição de sementes e insumos, da formação de cooperativas de consumo.

Ali reunidas as famílias, além das histórias sobre o pago deixado para trás, discutiam a construção de escolas, de igrejas e capelas, a contratação de professores.

Do mais de um milhão e duzentos mil gaúchos que vivem hoje fora do estado, uma grande parcela desenvolve atividades ligadas à agricultura. Seja diretamente no campo, seja nas cidades em serviços de apoio à agropecuária.

DOR DA MUDANÇA

Toda mudança forçada é dolorosa. Mas mais dolorosa ainda é a mudança do homem que trabalha a terra. Ele se sente arrancado do solo, desenraizado.

Depois de desbravar Santa Catarina, os gaúchos começam a migrar para o Paraná, onde ainda havia terras disponíveis. Mas no final dos anos 60, começo do 70, os filhos de gaúchos nascidos em Santa Catarina ou Paraná também se viram compelidos a seguir em frente, pelo mesmo motivo que, anteriormente, seus pais haviam deixado o Rio Grande do Sul: a divisão das pequenas propriedades. Por isso, os sulistas sempre foram a esmagadora maioria na abertura das frentes agrícolas em todo o País.

Nos anos 70, aos milhares, essa gente se pôs na estrada, com a mudança empilhada num caminhão, os móveis e os implementos agrícolas dividindo o espaço na carroceria. Seguiam em frente pelo mapa do Brasil em busca de terras mais baratas, onde pudessem ter uma propriedade maior, que lhes propiciasse um futuro melhor, uma moradia decente, a educação dos filhos.

E os gaúchos e seus descendentes de Santa Catarina e Paraná avançaram pelo Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Goiás e Minas. Uns tantos espalharam-se por núcleos de colonização perdidos no meio da selva Amazônica. E, pouco depois, chegaram ao Tocantins, à Bahia e ao Maranhão. Há cerca de dez anos começaram a se instalar no Piauí. Foi esse movimento incessante da nossa gente, foi o êxodo dos gaúchos que transformou o Brasil numa potência mundial na produção de alimentos.

Quase sempre com poucos recursos, ou mesmo sem nenhum dinheiro no bolso, homens e mulheres com seus filhos, aos mi-

lhares, se aventuraram em busca de novos horizontes. Saíram do Sul deixando para trás seus parentes e amigos e foram cultivar um chão desconhecido. Queriam progredir, melhorar de vida. Sabiam que não podiam contar com os governos. Tinham plena consciência de que eram pioneiros e do quanto de sacrifício esta palavra encerra. Pioneiros e desbravadores. É assim que os gaúchos no exílio gostam de ser chamados.

Alguns deles venderam suas propriedades no Sul e depois perderam o dinheiro que tinham juntado ao serem enganados pelas máfias de vendedores de terras. Muitos tiveram prejuízos nas primeiras colheitas que não puderam transportar. Outros colheram safras ruins pelo uso de sementes inadequadas a um solo e um clima que não conheciam.

Não me canso de repetir que os sucessivos superávits do Brasil nas suas contas externas se devem à atividade agrícola. E digo também que, quando se fala em agricultura, pecuária ou agroindústria no Brasil, devemos ter em mente que os gaúchos do Rio Grande, os gaúchos que moram em outros estados e os descendentes de gaúchos que estão espalhados por todo o País são os que mais têm contribuído para a pujança da nossa atividade rural.

Foi essa movimentação fantástica de centenas de milhares de famílias, foi a diáspora do povo gaúcho, que garantiu o lugar de destaque que o Brasil tem hoje na produção de alimentos.

É incontestável que todos os estados brasileiros que são grandes produtores de grãos e carne receberam fortes correntes de migrações saídas do Rio Grande do Sul.

COESÃO SOCIAL

Como disse em pronunciamento anterior, um dos traços mais fortes da migração gaúcha pelo Brasil afora foi, sempre, o da co-opeção. É uma tradição da nossa terra, em especial da zona de imigração alemã ou italiana, o forte senso de coesão social. Está

entranhado na alma da nossa gente a velha sentença que diz: a união faz a força.

Num meio estranho, às vezes hostil, os pioneiros precisavam se unir para sobreviver. E foi isso que os colonos alemães e italianos fizeram quando chegaram ao Rio Grande do Sul no século XIX. Tratavam de construir logo suas igrejas, salões paroquiais e escolas, e também de formar cooperativas. Pois foi exatamente isso que os gaúchos que deixaram o Sul fizeram nas novas terras para as quais se transferiram.

Quero mencionar ainda uma outra marca muito forte do espírito gaúcho que é, sem dúvida, o forte apego à terra natal. É claro que a ligação à terra em que nascemos é um fenômeno universal. No entanto, eu me arriscaria a dizer que o homem que vive dos frutos da terra é ainda mais apegado ao solo em que nasceu. O amor pelo Rio Grande acompanhou os gaúchos nessa travessia.

A junção desses dois fatores – a cooperação e o amor à terra de origem – fez com que os sul-rio-grandenses, onde quer que chegassem, logo tratassem de criar um Centro de Tradições Gaúchas. Era o local de encontro nas horas de folga do duro trabalho no campo. Era o lugar em que tanto podiam recordar as coisas da querência quanto discutir os desafios de um meio ainda desconhecido. Ali, no galpão improvisado, uniam forças.

Foi assim que os CTG se espalharam por todo o Brasil, numa velocidade espantosa. E continua sendo assim ainda hoje, só que agora os centros se multiplicam também pelo mundo.

Quando uso a palavra “mundo” não estou exorbitando. Recentemente, formou-se uma federação de CTG nos Estados Unidos, onde já existem muitos centros. Também foram criados CTG no Japão, na Alemanha, no Canadá, na França, em Israel e em Portugal. No Paraguai, onde residem milhares de agricultores brasileiros, a palavra CTG é a sigla de Centro de Tradição Guarani, embora trabalhe-se lá com a nossa cultura.

MOVIMENTO INTELECTUAL

Foi há cerca de sessenta anos que se iniciou o movimento intelectual que desembocaria na criação dos Centros de Tradição Gaúcha. Pouco depois do final da Segunda Guerra Mundial, preocupados com o avanço avassalador da indústria cultural dos Estados Unidos – cinema e música – sobre o mundo ocidental, jovens intelectuais do Rio Grande do Sul decidiram que era o momento de resgatar, preservar e promover a nossa rica cultura regional.

Naquele época, como se sabe, as nações periféricas queriam imitar o modo de vida dos vencedores da Grande Guerra, os Estados Unidos. Era o tempo de copiar o famoso “american way-of-live”, embora esse modo de vida fosse fictício, ou seja, falso, em grande parte fabricado pelo cinema.

Embora estudassem em Porto Alegre, esses jovens intelectuais eram em sua maioria originários do interior do Estado, da região do pampa, alguns deles ligados à vida rural. Eram rapazes oriundos da classe média, não havia fazendeiros entre eles. Acreditavam que uma boa resposta a ascensão devastadora da cultura americana, seria, em nosso Estado, um retorno às nossas raízes culturais, que estavam no passado guerreiro, nas lutas com as quais asseguramos as fronteiras do Brasil, na vida aventureira nos campos, nos nossos peculiares cantos e danças, no nosso linguajar carregado de expressões espanholas.

Decidiram, então, mergulhar com profundidade no nosso riquíssimo patrimônio cultural e artístico a fim de resgatar aquilo que diferenciava os sul-rio-grandenses dos demais brasileiros, aquilo que era unicamente nosso.

O Rio Grande do Sul tem uma história peculiar no contexto brasileiro. É um Estado marcado por numerosos conflitos armados, sendo que grande parte das nossas lutas decorreram de disputa com nações limítrofes pela posse da terra. Cabe lembrar que um terço das forças utilizadas na Guerra do Paraguai saíram do

nosso Estado. Mas não foram menos sangrentos os nossos embates internos, como a terrível Revolução Federalista de 1893, que fez entre dez e doze mil mortos numa população não passava de um milhão. E, o que é ainda mais terrível, estima-se que cerca de mil vítimas foram degoladas.

Eu mencionaria ainda que brevemente duas outras particularidades sul-rio-grandenses. A primeira é a nossa economia que, até o início do Século XX, estava centrada nas fazendas de criação de gado e na produção de carne salgada. Como segunda, eu apontaria a convivência estreita com povos de língua espanhola nas nossas cidades de fronteira, algo que não se repetia em nenhuma outra unidade da federação.

Creio que é importante destacar ainda que, no esforço pela unificação nacional, o governo Vargas – na sua etapa autoritária – tentou manietar a imprensa quando esta fazia a defesa das culturas regionais. A Constituição de 1937, decretada por Getúlio Vargas, estabelecia que a bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais seriam de uso obrigatório em todo o país. Decretava o fim dos hinos estaduais. No Rio Grande do Sul nunca aceitamos essa imposição. Continuamos a cantar o nosso hino estadual em todas as oportunidades que se apresentam.

REVITALIZAR A CULTURA

Em agosto de 1947, em Porto Alegre, jovens estudantes secundaristas, liderados por João Carlos D'Ávila Paixão Cortes, criaram um Departamento de Tradições Gaúchas no Colégio Júlio de Castilhos, um dos mais tradicionais educandários públicos do Estado. Ao mesmo tempo em que pretendiam preservar as tradições do Estado, eles também queriam revitalizar a nossa cultura, de modo a fazer com que ela vicejasse e passasse a ser valorizada no contexto nacional.

Dentro deste espírito, surgiu a Primeira Ronda Crioula, que se prolongou do dia 7 de setembro ao dia 20 de setembro daquele

ano. São essas as duas datas mais significativas para nós, gaúchos. O Sete de Setembro é o dia da libertação do nosso País do jugo de Portugal. O Vinte de Setembro é a data em que comemoramos a fundação da República Rio-Grandense, pelos guerreiros farroupilhas, em 1835, sessenta e quatro anos antes que o Brasil adotasse o regime republicano de governo.

Essa Primeira Ronda consistia no seguinte: antes que o “Fogo Simbólico da Pátria” fosse extinto, no dia 7 de setembro, uma centelha retirada dele foi transformada em Chama Crioula, mantida acesa até o dia 20 de setembro. Desde então, essa Chama Crioula é o símbolo da união indissolúvel do Rio Grande do Sul com o Brasil.

Após essa Ronda pioneira, cresceu o número de militantes do movimento e eles passaram a se reunir periodicamente. Surgiu a seguir a idéia da formação de um clube para a preservação da tradição gaúcha, em especial de suas músicas, danças e vestuário. Inicialmente, a idéia era fundar um grupo fechado, com 35 integrantes, numa referência ao ano da eclosão da Revolução Farroupilha.

Assim, em 24 de abril de 1948 foi fundado o 35 Centro de Tradição Gaúcha, o núcleo pioneiro. De lá para cá, passaram-se mais de sessenta anos. Nesse tempo, os CTGS se multiplicaram pelo interior do Rio Grande do Sul, espalharam-se por todos os Estados da Federação e começam, agora, a ser constituídos em muitas nações.

O professor Ruben George Oliven, autor de *A Parte e o Todo*, obra indispensável para se entender o Rio Grande do Sul de hoje, ao examinar as origens do tradicionalismo gaúcho, destaca que, curiosamente, o segundo CTG do Estado surgiu em Taquara, cidade da área de colonização germânica. Ao contrário dos fundadores do 35 CGT, que tinham sobrenomes lusos, os fundadores do segundo CGT eram todos de origem alemã. Para Oliven, os descendentes de alemães queriam afirmar sua brasilidade e seu

gauchismo, como forma de superar a perseguição que haviam sofrido quando da Segunda Guerra Mundial.

BARBOSA LESSA

Para entendermos melhor o que passou a ser conhecido como Tradicionalismo Gaúcho é preciso analisar o que escreveu Luís Carlos Barbosa Lessa, um dos principais incentivadores desse movimento, num texto fundamental, intitulado “O Sentido e o Valor do Tradicionalismo”, aprovado pelo Primeiro Congresso Tradicionalista do Rio Grande do Sul, realizado na cidade de Santa Maria, em 1954.

Naquele texto, Barbosa Lessa escreveu que a passagem do tempo mostraria “o acerto ou não desta campanha cultural”. Ora, pelo que se vê hoje, com milhares de CTG funcionando, o transcurso dos anos provou de forma inequívoca a validade da iniciativa daqueles jovens estudantes gaúchos.

Na definição de Barbosa Lessa, “Tradicionalismo é o movimento popular que visa auxiliar o Estado na consecução do bem coletivo, através de ações que o povo pratica (mesmo que não se aperceba de tal finalidade) com o fim de reforçar o núcleo de sua cultura: graças ao que a sociedade adquire maior tranqüilidade na vida comum”.

Mais do que teoria, acrescentou Barbosa Lessa, o Tradicionalismo seria um movimento que se realizaria nos Centros de Tradições Gaúchas, “agremiações de cunho popular que têm por fim estudar, divulgar e fazer com que o povo viva as tradições rio-grandenses”.

Aliás, é importante registrar que um dos mais importantes trabalhos de resgate do nosso patrimônio cultural foi levado adiante pelo escritor pelotense João Simões Lopes Neto, que reuniu na obra “Cancioneiro Guasca” centenas de quadrinhas e poemas do nosso passado.

Para Barbosa Lessa, os tradicionalistas deveriam prestar atenção especial às novas gerações para que o movimento se renovasse

sempre. Portanto, dizia ele, seria fundamental o engajamento dos professores primários. “A maneira mais segura de garantir à criança o seu ajustamento à sociedade é precisamente fazer com que ela receba, de modo intensivo, aquela massa de hábitos, valores, associações e reações emocionais – o patrimônio tradicional, em suma – imprescindíveis para que o indivíduo se integre eficientemente na cultura comum”.

Esse texto de Barbosa Lessa é premonitório. Tudo que ali está previsto realizou-se, com folga.

FOGO DE CHÃO

Como ressaltai inicialmente, os CTG não se limitam a ações sociais, culturais, literárias, artísticas, ou de natureza cívica. Uma de suas metas centrais é o fortalecimento da integração dos seus membros, de modo a promover o bem comum. Local de reunião dos gaúchos migrantes, os centros acabaram funcionando como porta-vozes dos anseios das novas comunidades que estavam sendo criadas no Cerrado ou na Floresta.

Nos Centros de Tradição Gaúcha, as pessoas se reúnem quase sempre em torno de um fogo de chão, que evoca um hábito arraigado dos primeiros habitantes da nossa terra, os índios, que, ao redor de uma fogueira, escutavam as histórias contadas pelos mais velhos.

Como disse antes, o apego à terra natal é uma das características mais entranhadas no ser humano. Na memória de todos nós, mesmo os que vivemos há muito nas cidade, está fortemente gravada uma lembrança: é da terra que vem o nosso alimento. O ser humano, especialmente naquele que atua na agricultura, vê a terra como mãe, como nutriz. É a terra-mãe.

Tudo nos Centros de Tradição Gaúcha faz referência à vida rural, aos hábitos dos nossos primeiros habitantes, dos que viviam nas fazendas espalhadas pelos pampas. Assim, as atividades dos CTG se dão todas num galpão.

Como o galpão é essencial para o exercício do tradicionalismo, porque acima de tudo é um local democrático, é semelhante a ágora dos gregos antigos, cabe aqui reproduzirmos o verbete do *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*, de Zeno Cardoso Nunes e Rui Cardoso Nunes:

“O galpão característico do Rio Grande do Sul, uma construção rústica, de regular tamanho, coberta de santafé, na fronteira, ou de taboinhas, nos Campos de Cima da Serra, em geral com parte da área assoalhada de madeira bruta e parte de terra batida, desprovido de portas e às vezes até de uma das paredes, onde o fogo de chão está sempre aceso. Serve de abrigo e aconchego à peonada da estância e qualquer tropeiro, viajante ou gaudério que dele necessite. No galpão se prepara e se come o churrasco, se toma chimarrão, e, também nele, nas horas de folga, ao redor do fogo se improvisam reuniões das quais participam democraticamente patrões e empregados, viajantes, tropeiros e carreteiros e gaudérios, nas quais se contam casos de guerra, de tropeadas, de carreteadas, de serviços de campo, de caçadas, de pescarias, de amores, de assombrações, ao mesmo tempo bebe-se uma canha, toca-se uma cordeona, dedilha-se uma viola, canta-se uma modinha ou recita-se uma décima”.

Outra peculiaridade dos CTG: os cargos dos integrantes usam denominações trazidas das funções exercidas antigamente numa estância: patrão, capataz, sota-capataz, posteiro, peão e agregado. O vestuário também deriva da roupa usada pela gente que vivia no campo. Além dos bailes, com músicas e danças do passado, os CTG incentivam as cavalgadas, as disputas de habilidade entre cavaleiros. Acampamentos e cavalgadas são atividades frequentes.

O que se percebeu durante a diáspora do povo gaúcho é que inúmeros dos nossos conterrâneos que – quando viviam no Esta-

do nunca haviam se interessado pelo tradicionalismo – voltaram-se com grande interesse para a nossa cultura quando deixaram a querência natal. O mesmo ocorreu com seus descendentes, filhos e netos, mesmo já nascidos em outros Estados.

GRANDES NÚMEROS

A seguir reproduzo trechos do livro *A Parte e o Todo* nos quais o professor Oliven mostra a disseminação dos CTG pelo Brasil:

“Os primeiros lugares onde foram criados CTG fora do Estado foram Ponta Grossa, no Paraná, em 1956, São Miguel do oeste no extremo oeste de Santa Catarina em 1959 e Lages no sudeste daquele Estado em 1961, três áreas de expansão dos gaúchos”.

Especificamente sobre Santa Catarina, escreve o professor Oliven: “Em 2002 havia 446 entidades tradicionalistas, incluindo CTG e piquetes de laço, distribuídos nos mais diversos municípios do Estado”.

E prossegue: “No Paraná, em 2002, havia 292 CTG filiados ao Movimento Tradicionalista Gaúcho do Paraná, abrangendo todo o Estado. Na região metropolitana de Curitiba há setenta entidades tradicionalistas”.

E acrescenta: “No Mato Grosso, em 2002, havia quarenta e quatro CTG. No mesmo ano, em Mato Grosso do Sul havia dezessete CTG. Em São Paulo há vinte CTG...”

Nas minhas viagens pelo Brasil, tenho notado que os descendentes nascidos fora do Rio Grande se consideram tão gaúchos quanto seus pais. É impressionante o quanto eles se esmeram para aprender as danças e músicas do nosso Estado, para decorar os poemas dos grandes tradicionalistas, entre os quais se destaca Jayme Caetano Braun, e também para conhecer as obras fundamentais da nossa literatura. São inúmeros os casos de descendentes de gaúchos que, mesmo sem conhecer o Rio Grande do Sul, frequentam os CTG com grande entusiasmo.

Outro aspecto que salta aos olhos de quem estuda ao assunto é o fato de os integrantes dos CTG espalhados pelo País serem majoritariamente descendentes de alemães, italianos e, em menor número, de poloneses. A imagem do gaúcho tradicional, como já mencionei aqui, está calcada no homem do pampa. Ao estudar essa questão, o professor Oliven registra:

“Ao saírem do Rio Grande do Sul, onde eram no máximo proprietários de alguns hectares de terra, e adquirirem extensões bem maiores em áreas de expansão da fronteira agrícola, os emigrantes simbolicamente deixam de ser pequenos colonos e tornam-se fazendeiros. Eles se vêem como pioneiros que estão desbravando novas terras com trabalho e coragem. Nesse processo, os colonos se transformam em “gaúchos”, categoria pela qual se identificam e são identificados pelos “brasileiros”, isto é, pelos que não têm origem no Rio Grande do Sul”.

FUTEBOL E MÚSICA

Cabe aqui, creio eu, mencionar um fato curioso: os filhos de migrantes torcem pelos times de futebol de Porto Alegre. É comum que um garoto nascido no interior de Goiás ou do Maranhão torça pelo Inter ou pelo Grêmio. Eles se identificam com os grandes times do Sul que costumam ver na televisão enfrentando outras tradicionais equipes brasileiras. Essa garotada, às vezes de uma segunda geração nascida no exílio, sente-se tão gaúcha quanto seus avós e pais.

O mesmo eu poderia dizer em relação à música. Há jovens que no interior de Minas ou de Tocantins ouvem a música do Rio Grande. Hoje, pela internet, podem escutar programas de rádio do nosso Estado. Também encontramos com frequência, quando andamos pelas áreas de migração, emissoras que produzem programas de música gauchesca.

O apego extremado que o gaúcho tem pela sua terra vem de longe. Já em 1854, no Rio de Janeiro, o professor Pereira Coruja

fundou a Sociedade Sul-Riograndense, que tinha como objetivo reunir os nossos conterrâneos que viviam na Corte.

Em 1898 o major João Cezimbra Jaques, que havia lutado na Guerra do Paraguai, considerado um pioneiro do nosso Tradicionalismo, fundou o Grêmio Gaúcho de Porto Alegre a fim de “organizar o quadro de comemorações dos acontecimentos grandiosos de nossa terra”. Ele sugeria que, nas festas e solenidades, se praticassem “os jogos e diversões do passado” e que os executantes das músicas tradicionais usassem trajes “como os de uso gauchesco”.

SIMÕES LOPES

Em 1899, foi criada em Pelotas a União Gaúcha, que teve como mentor um dos nossos grandes autores: João Simões Lopes Neto, considerado por muitos críticos de literatura como o maior escritor regionalista do Brasil.

Homem de inúmeras atividades empresariais e intelectuais, João Simões Lopes Neto interessava-se particularmente pela nossa história. Coletou centenas de modinhas para formar o nosso “Cancioneiro Guasca”. Deu *status* de obra literária às nossas lendas do Sul. Nos “Contos Gauchescos” criou o primeiro narrador da literatura brasileira que usa a língua do homem do povo.

Sobre o resgate na nossa cultura, escreveu João Simões Lopes Neto: “Hábitos saudáveis na família estão sendo cada dia, abolidos. Brincadeiras infantis, esquecidos. Práticas e usanças características, desprezadas. (...) é o lento suicídio de nossa personalidade.”

Felizmente agora, mais de um século depois, podemos dizer que o autor de *Contos Gauchescos e Lendas do Sul* se equivocou. A personalidade dos gaúchos não se suicidou. Nós continuamos a cultivar os valores e as virtudes dos nossos ancestrais. As nossas danças e cantigas tradicionais não foram esquecidas. As nossas famílias ainda se reúnem com freqüência, seja no Rio Grande do Sul seja em qualquer outra terra onde exista um CTG.

A verdade é que o movimento de resgate da nossa cultura teve um sucesso que jamais poderia ser imaginado, nem mesmo pelo mais otimista dos seus fundadores.

Aliás, quero reproduzir uma frase contundente que me foi dita por uma importante intelectual gaúcha, a professora Tania Rösing:

– Não sou ligada ao movimento tradicionalista, mas a verdade é que, se ele não existisse, todos nós, gaúchos, estaríamos usando chapéus de texanos.

A professora Tânia é a criadora da nacionalmente famosa Jornada Literária de Passo Fundo, o maior evento literário do Brasil, que acontece justamente na cidade brasileira onde mais se lê, como comprovou pesquisa recente.

UNIÃO, TRABALHO E COOPERAÇÃO

Tentando sintetizar este pronunciamento, eu diria que o sucesso da migração dos gaúchos para todos os rincões deste país reside numa base sólida, que é formada pelo culto do trabalho árduo, pela cooperação, pela união em torno da família, pelo apego às convicções religiosas e pelo amor à terra natal.

Vou falar inicialmente da família. Os migrantes gaúchos sempre tiveram uma confiança muito maior no seu grupo familiar do que nas autoridades. Mal se instalavam numa nova terra, os migrantes chamavam para perto seus irmãos e seus pais. Porque a família é um valor importante entre a nossa gente do campo. Todos sabemos que, quando mais unida for a família, quanto mais estruturada for, melhor rendimento terão os jovens nos seus estudos e na vida. Os nossos CTG têm a família com um valor supremo. São lugares de divertimento sadio e respeitoso.

Temos que ressaltar também o envolvimento dos nossos migrantes com a religião. Sejam católicos, sejam luteranos, os nossos agricultores praticam com grande entusiasmo a fé religiosa. Eles contribuem efetivamente para o fortalecimento de suas paróquias,

de suas escolas dominicais. Embora entidades leigas, os CTG reconhecem a importância da fé.

Quero destacar também a larga tradição de cooperativismo dos nossos colonos. As cooperativas surgiram, no Brasil, nas regiões colonizada pelos italianos no Sul. Para proteger os que tinham problemas, criaram caixas de socorro mútuo. Mais adiante, cooperativas foram formadas para tanto vender a produção quanto para aquisição de material de consumo. Os CTG reforçaram essa tendência. No centro tradicionalistas cultiva-se o valor da solidariedade, da formação de micro-organizações.

Por fim, destaco o valor da educação. Valorizando a música, a poesia, a dança, a história, os CTG funcionam como pontos de apoio à escolarização. As crianças são incentivadas ao aprimoramento intelectual em função da carga de informações importantes que recebem nas suas reuniões.

Por tudo isso, eu gostaria de agradecer a todos os tradicionalistas gaúchos, estejam onde estiverem, porque o trabalho que desenvolveram é digno dos nossos maiores elogios.

ANEXOS

REPORTAGENS

A DIÁSPORA GAÚCHA

João Fábio Caminoto

(Revista *Veja*, edição de 24 de janeiro de 1996)

A maior leva migratória da década muda a cara do país plantando soja no Nordeste, uvas no Centro-Oeste e arroz na Amazônia

Estevão José Anghinoni saiu do Paraná, em 1983, com fama de doido entre os amigos e parentes. Também pudera. Num belo dia, ele reuniu a família, empilhou a mudança na carroceria de um caminhão e anunciou que iria cruzar quase 3.000 quilômetros de estradas empoeiradas em direção a um lugar que ainda nem existia no mapa: Apuí, um vilarejo na beira da Rodovia Transamazônica. Ao desembarcar, em pleno coração da floresta, Estevão chegou a pensar que era louco mesmo. “À noite, ouvia o esturro das onças rondando a casa”, conta. Hoje, doze anos mais tarde, Apuí aparece, finalmente, nos mapas do Brasil. É uma cidade com 20.000 habitantes, a capital da mais nova e próspera fronteira agrícola na Amazônia. Estevão, em vez de louco, está ficando bem de vida. Aos 36 anos, ainda não é rico, mas tem uma casa confortável e uma boa lavoura de arroz, milho e feijão, que toca com a ajuda do filho e de um afilhado. “Sofri muito no começo, mas sou um homem realizado”, diz. “Tenho tudo o que sempre quis ter: terra e uma vida decente.”

Os Anghinoni fazem parte de uma das sagas mais curiosas do Brasil, a dos colonizadores gaúchos. Desde que os bandeirantes paulistas se embrenharam no interior do país, várias levadas migratórias ocorreram no Brasil. Os mineiros colonizaram o Norte do Paraná,

os paranaenses foram para Rondônia, os nordestinos migraram para São Paulo. Mas nada se compara à marcha dos gaúchos. Nenhum outro grupo de brasileiros perambulou tanto pelo mapa do país nas últimas décadas. Enquanto as demais correntes migratórias cessaram – como a dos nordestinos nos anos 80 –, a dos gaúchos continua ativa. Estão em toda parte. Estima-se que 1,2 milhão deles esteja vivendo em outras regiões do país, fora do seu Estado natal. Isso equivale a mais de 10% da população do Rio Grande do Sul. Podem ser encontrados na Transamazônica, na fronteira de Rondônia com a Bolívia, no Norte de Mato Grosso e, mais recentemente, nas áreas de cerrado da Bahia, do Piauí, do Maranhão e do Tocantins. Onde há terra para desbravar, lá estão eles.

“Os gaúchos formam o principal grupo de pioneiros do Brasil desta segunda metade do século”, diz o geógrafo Rogério Haesbært, professor da Universidade Federal Fluminense, autor de uma tese de doutorado sobre o assunto. “Eles modernizam a agricultura, são agentes de mudança política, mas, em contrapartida, são grandes devastadores da natureza e acirram as desigualdades sociais nas áreas colonizadas”, avalia Rogério. A fama de devastador da natureza tem uma explicação óbvia. Os núcleos de colonização gaúcha estão plantados em regiões novas, como a Amazônia e o cerrado. Os gaúchos derrubam a floresta não porque estejam menos preocupados com o meio ambiente que os demais brasileiros mas porque precisam da terra para plantar – da mesma forma como os paulistas podem ser apontados como os campeões da poluição do ar porque a maioria das fábricas do país ainda está em São Paulo.

VINHO E ERVA-MATE – O gaúcho desbravador e fundador de cidades tem outra peculiaridade: ao se mudar para outras regiões, ele leva junto tradições e traços culturais de sua terra natal, como roupas, danças, comidas, além do inconfundível sotaque. Em todas as cidadezinhas por eles erguidas existem filiais da Igreja

Luterana, cujo maior contingente de fiéis está no interior gaúcho. Da mesma forma, ouvem emissoras de rádio que transmitem ao vivo jogos do campeonato gaúcho e programas de notícias produzidos em Porto Alegre e compram em armazéns com suprimentos de erva-mate, vinho tinto de garrafão, queijos e salames. É como se levassem o Rio Grande do Sul nas costas. Em todo o Brasil, há 2 400 Centros de Tradição Gaúcha, os CTG, onde se cultivam danças e costumes típicos.

Apuí, a cidade que atraiu os Anghinoni, é um bom exemplo dessa diáspora. Em 1975, Arlindo e Zulmira Marmentini, ele, catarinense filho de gaúchos, ela, gaúcha de Caxias do Sul, faziam uma viagem pela Transamazônica num trailer e se impressionaram com a topografia e com o tamanho colossal das árvores da região. “Ainda vamos morar neste lugar”, disse Arlindo. Não deu outra: o casal largou uma vida confortável em Curitiba, onde tinha uma empresa de transportes, e mudou-se para a floresta. Localizada no Amazonas, próximo à divisa com o Pará e Mato Grosso, Apuí ainda passa alguns meses do ano isolada do mundo, nas temporadas de chuva. Por barco, são pelo menos dois dias de Manaus. Mas a cidadezinha impressiona os forasteiros.

Seus 20.000 habitantes estão distribuídos em 600 quilômetros de estradas vicinais. Por elas transitam arroz, milho, abacaxi, uva, banana e outros produtos. Por isso, ficou conhecida como “celeiro do Amazonas”. Todas as crianças estão na escola. A mortalidade infantil é insignificante. Uma centena de migrantes do sul desembarca todo mês em busca de terra, distribuída de graça pelo governo. Algumas famílias moram em lugares aonde só se chega através de picadas na selva com dezenas de quilômetros de extensão. “Apuí nasceu contra todas as possibilidades”, diz Vítor César, 32 anos, o primeiro prefeito da cidade e filho do fundador Arlindo, morto há quinze anos.

Ser “gaúcho” não significa necessariamente ter nascido dentro das fronteiras do Rio Grande do Sul. “Filhos e netos daqueles

que há décadas trocaram os pampas por outros Estados também se autointitulam gaúchos”, diz o jornalista Carlos Wagner, autor do livro *O Brasil de Bombachas*. “Formam quase que uma etnia dentro do país.” No livro, Wagner conta que o Rio Grande do Sul começou a transbordar ainda no século passado, com a chegada dos imigrantes alemães, italianos e de outros países europeus. Ao trazê-los, a coroa brasileira tinha o objetivo de garantir a posse do território contra a cobiça dos vizinhos uruguaios e argentinos. Com o passar dos anos, as famílias tornaram-se numerosas e as propriedades ficaram pequenas para garantir o futuro dos filhos. A solução foi atravessar o rio Uruguai e partir rumo ao Norte. Primeiro para Santa Catarina, em seguida para o sudoeste do Paraná. “Desde essa época, os migrantes assumiram o discurso e os costumes daquele que se orgulhava da coragem de morar na ponta do Brasil, de desbravá-la, expandi-la e defendê-la dos inimigos do Prata”, diz o antropólogo gaúcho Ruben Oliven.

TRATAMENTO VIP – Nem só de sucesso é feita essa epopéia. Em 1970, quando o governo militar lançou o Plano de Integração Nacional, centenas de agricultores foram levados às margens da Transamazônica com um tratamento vip: terra de graça, transporte de avião, financiamento facilitado para a construção de casa, assistência médica e muitas promessas. Quase tudo fracassou. Muitos desses pioneiros morreram de malária no meio do mato, sem assistência alguma do governo. Outros desistiram e voltaram para o sul. Hoje, o que o governo militar não conseguiu fazer na marra no passado os gaúchos estão retomando sozinhos, por sua própria conta, numa nova onda migratória para a região.

O preço do hectare de terra nas cercanias de Humaitá, a principal cidade do sul do Estado do Amazonas, triplicou nos últimos meses. A valorização coincidiu com a chegada de uma nova leva de gaúchos. Valdecir Câmera, 24 anos, nascido em Veranópolis, chegou em julho do ano passado, incumbido de cuidar das terras recém-adquiridas por um tio, junto à estrada que liga Humaitá

a Porto Velho, capital de Rondônia. Para ajudá-lo, convocou um casal de parentes que morava em Santa Catarina, Delcir Luchesi e Giovana. É sempre assim: um gaúcho chama o outro e, em pouco tempo, forma-se uma cidade. Os três moram numa precária casa de madeira, mas planejam construir um sobrado no lugar. Já viram onça, mataram cobra, ainda estão apavorados com a malária, mas não se arrependem. “A diferença aqui é o calor, mas o trabalho é duro em qualquer lugar”, diz Câmera. “Temos 1,2 milhão de hectares onde plantando tudo dá”, informa o prefeito de Humaitá, Írio Guerra de Souza, parodiando um trecho da carta de Pero Vaz de Caminha. “Os gaúchos estão mudando tudo por aqui”, diz.

Mato Grosso é o Estado com o maior número de gaúchos no Centro-Oeste. Os 38 CTG em funcionamento nos seus 117 municípios têm até cartão de crédito de afinidade para os associados. Políticos em tempos de eleição não podem prescindir do apoio dos “matuchos”, neologismo criado para designar os migrantes. Primavera do Leste, a 230 quilômetros de Cuiabá, é uma das cidades nascidas da migração gaúcha. Emancipada há nove anos, tem 30.000 habitantes, taxa de crescimento anual de 15% e já é a oitava arrecadação de ICMS do Estado. “A melhor coisa da vida é você criar uma cidade e crescer com ela”, diz o empresário Dames Cerutti, 59 anos, gaúcho e primeiro prefeito da cidade. (O atual também é do Rio Grande do Sul.) Em novembro passado, Primavera do Leste realizou a sua primeira festa da uva. Num calor escaldante, mais de 1.000 pessoas visitaram um ginásio onde os produtores de uvas da região mostravam seus produtos – vinho mato-grossense, entre eles –, comiam galeto com polenta ao som de um conjunto musical trazido da serra gaúcha especialmente para o evento. “Ainda vamos ter a melhor uva do Brasil”, entusiasma-se João Zelinski, 67 anos.

Gaúchos no Nordeste? Sim, eles também estão lá, aos milhares. Com 12.000 habitantes, Mimoso não tem nem o *status* de distrito, pertence ao Município de Barreiras, no extremo Oeste

baiano, mas é maior do que centenas de municípios brasileiros. Seu grande negócio é a produção de soja em fazendas abertas por gaúchos no cerrado. A cidade também tem um centro comercial – tocado por gaúchos e com clientes todos gaúchos. Uma das salas é o consultório de Luciana Becker, 24, formada em odontologia. Há dois anos, ela desembarcou em Mimoso com o marido e chorou ao descobrir que passaria o resto da vida numa terra tão inóspita. Hoje, não pensa em sair de lá. Divide com outra dentista gaúcha todos os pacientes da cidade e fatura 4.000 reais por mês. Uma de suas irmãs, Gláucia, cuida de uma loja de calçados. Outra, a psicóloga Naira, gerencia a loja de videogame. Uma terceira, a comissária de bordo Solange, se prepara para inaugurar uma escola de inglês. Em breve chega também Deise, professora de educação física, para se incorporar aos negócios dos Becker no minishopping de Mimoso.

ROTA DA ERVA – Nessas regiões distantes, os gaúchos mantêm-se ligados ao Rio Grande do Sul de várias formas. É o caso da “rota da erva”. Diariamente, uma rede de motoristas de empresas de ônibus ou de carga que partem do sul abastece informalmente a gauchada espalhada pelo país com chimarrão. “Todas as semanas seguem uns 600 quilos de erva para o sul do Pará”, diz Valmor Kemnerich, gerente de uma transportadora de Carazinho, no interior gaúcho. Em Balsas, cidade do sul do Maranhão, o programa de rádio campeão de audiência é sobre gauchismo. É comandado pela professora Bernadete Toniazzo, diretora regional de ensino. Transmite recados de parentes que ficaram no Rio Grande do Sul, dá notícias sobre acontecimentos do Estado e, principalmente, toca música gaúcha. Quando o marido, Eliton, decidiu migrar para a região para plantar soja, em 1983, Bernadete resistiu quanto pôde. “Um hectare de terra valia uma carteira de cigarro”, recorda Eliton. “Eu tinha de vir para cá.” Bernadete só se mudou de vez para o Maranhão três anos depois. Hoje está feliz da vida. Diretor do CTG Getúlio Vargas, com 350 sócios, Eliton também apresenta com a

mulher um programa sobre o Rio Grande do Sul na emissora de TV local. “No sul está tudo pronto. Aqui, não, a gente cresce junto”, ele diz.

A presença dos migrantes se dá sem grandes conflitos com as populações locais, embora existam arranhões sutis nessa engenharia social. Nas cidades fundadas por gaúchos, caso de Primavera do Leste ou Apuí, o poder econômico deles é proporcional ao seu poder político. Elegem o prefeito, a maioria dos vereadores e os deputados locais. Já em cidades antigas, como Balsas ou Barreiras, a inserção social dos gaúchos é mais complexa e muito lenta. Nesses casos, os migrantes não ostentam um poder político compatível com o seu lastro econômico. Em Barreiras, por exemplo, os tradicionais caciques políticos nordestinos são contrários à emancipação de Mimoso, uma velha reivindicação da gauchada. Em muitas cidades, os agricultores gaúchos são motivo de piada, em virtude de seu endividamento com o Banco do Brasil. Uma das anedotas mais populares: “Gaúcho não chama a mulher de bem porque o Banco do Brasil pode confiscá-la”. Em Balsas, a soja atraiu milhares de gaúchos desde meados da década de 70. Antes, a cidade carecia de boas estradas de acesso, telefones, rede elétrica. Hoje ostenta uma situação econômica privilegiada dentro do Maranhão. Os gaúchos formam uma sociedade à parte, com loteamentos e clube separados. É inegável que esse comportamento acentua as diferenças sociais. Gaúchos prósperos de um lado, nativos pobres do outro – sem esquecer as velhas elites locais.

O advogado Alneto Schmitt, 42 anos, é um caso particular. Integrou-se ao cenário político e social do Maranhão como nenhum outro gaúcho. Em 1976, ao se formar advogado em Passo Fundo, Schmitt não conseguiu emprego e partiu para o Maranhão. Fez fortuna e hoje é um dos fazendeiros mais prósperos de Balsas. Tem 25.000 hectares de terra, 2 500 cabeças de gado, uma centena de cavalos quarto-de-milha. Foi secretário de Interior e

Justiça do Maranhão, entre 1984 e 1986. Tem quatro filhos com Viviane Murad, 26 anos, prima de Jorge Murad, marido da governadora Roseane Sarney. “Isto aqui é uma terra de oportunidades”, diz Schmitt, enquanto passa a cuia de chimarrão para a mulher.

PAIXÃO NACIONAL – Ao plantar soja no Nordeste, cultivar uvas em Mato Grosso e abrir pastagens na Amazônia, os gaúchos transformaram o churrasco no prato nacional por excelência. Ninguém mais convida os amigos para comer feijoada, virado à paulista ou tutu à mineira nos fins de semana. O grande programa agora, de Norte a sul do país, é fazer churrasco nas manhãs de domingo. A maior prova dessa colonização culinária são as churrasarias de rodízio, que brotam aos milhares na beira de estradas e nas cidadezinhas mais distantes do interior. O cardápio é sempre o mesmo. Bufê de frios e saladas, polenta frita, arroz de carreteiro e muita, muita carne na forma de espeto corrido. “Cidade sem churrasaria tem alguma coisa errada”, diz o gaúcho Lírio Pavan, dono de uma churrasaria com 25.000 metros quadrados em Belém, com planos de abrir uma filial em Fortaleza.

A capital brasileira do churrasco é Nova Bréscia, cidade de apenas 4.500 habitantes, a 170 quilômetros de Porto Alegre. Churrasqueiros, maîtres e garçons de casas famosas do Rio de Janeiro e São Paulo vieram de lá. “Pelo menos 6.000 saíram daqui para trabalhar como garçom ou assador em outras cidades”, diz o prefeito Dalton José Nichel. O caso mais famoso é o dos irmãos Neodi e Valdir Mocellin, donos do Porcão, churrasaria com filiais em São Paulo, Rio, Recife, Roma, Milão e Miami. Quinhentos dos funcionários da rede Porcão ao redor do mundo saíram de Nova Bréscia. Não é para menos que o principal monumento da cidade é a estátua de um gaúcho em trajes típicos com o espeto na mão.

BAH, É MINAS, TCHÊ!

José Edward

(Revista *Veja*, edição de 22 de julho de 1998)

No cerrado mineiro, gaúchos transformam uma região pobre num oásis de produção agrícola

O Município de Chapada Gaúcha, localizado 740 quilômetros ao Norte de Belo Horizonte, é uma ilha do Rio Grande do Sul desgarrada de seu território original. Fica em pleno cerrado mineiro, mas parte de seus habitantes fala com o sotaque carregado dos descendentes de italianos e alemães do sul do país. Suas festas são regadas a rodas de chimarrão, danças ao som do fole dos gaiteiros e churrascos de fogo de chão. A prosperidade do município também destoa da paisagem. Embora esteja situado numa das regiões mais pobres de Minas Gerais, dentro do chamado Polígono da Seca, suas terras são um celeiro de produção de alimentos. Tudo isso é resultado da presença de 300 famílias de migrantes gaúchos que, nos últimos vinte anos, desembarcaram lá, atraídos por um projeto de colonização em terras devolutas do governo.

As primeiras famílias chegaram ao local em 1978, quando tudo ali era mata virgem de cerrado. A terra era tão barata que, na época, com o preço de 50 hectares no Rio Grande do Sul compravam-se 1.000 hectares na chapada mineira. “Nosso trabalho mais difícil foi amansar a terra, que não era de boa qualidade”, conta Altemir Alves de Souza, cuja família foi uma das pioneiras no projeto de colonização. “Alguns técnicos do governo chegaram a dizer que, para produzir alguma coisa aqui, só se chovesse adubo”, lembra. Os gaúchos insistiram, organizaram-se numa cooperativa e transformaram

o local. No ano passado, foram cultivados 18.000 hectares de soja, milho, cana-de-açúcar, mandioca, feijão e arroz. Mesmo sem irrigação, a produção foi de 50.000 toneladas e gerou uma renda de oito milhões de reais. Os gaúchos representam apenas 20% da população do município, mas foram responsáveis por cerca de 90% de toda a safra. Evandro Gobbi, 23 anos, produz 1.000 toneladas anuais de soja e milho. Seu pai, morto há dois anos, foi um dos primeiros a chegar. “Viemos só com a roupa do corpo e quase passamos fome”, diz Evandro. “Hoje, vejo que meu pai estava certo em acreditar naquele sonho.”

PÃO E RAÇÃO – Os Gobbi e os demais agricultores da cidade fazem parte de uma onda migratória que levou mais de um milhão de gaúchos a deixar a terra natal para tentar a vida fora nas décadas de 70 e 80. A cidade mineira é a segunda parada do agricultor gaúcho Narciso Rohte, de 33 anos. Há seis anos, ele pegou as economias da família, que morava em Mato Grosso do Sul, e comprou uma gleba de 50 hectares na Chapada. “Vi que no Centro-Oeste só os grandes produtores tinham vez”, justifica. Hoje, a área de sua propriedade está triplicada. Rohte é um dos 365 pequenos produtores que trabalham integrados em associações e compõem a Cooperativa Agropecuária Mista de Chapada Gaúcha, Coami.

A organização dos gaúchos seduziu o Banco do Nordeste. Nos últimos dois anos, a instituição liberou cerca de 10 milhões de reais para financiamento de um distrito agroindustrial na região. Galpões foram equipados para funcionar como panificadora, alambique, abatedouro de suínos, beneficiadora de arroz, fábricas de laticínios, ração, confecções e açúcar mascavo. A contribuição dos gaúchos para o desenvolvimento da região foi reconhecida há dois anos, quando a então vila se emancipou de São Francisco. Agora, a tarefa dos imigrantes é construir a sede do novo município. “É um desafio tão grande quanto aquele de vinte anos atrás”, diz o gaúcho Narciso Baron, o primeiro prefeito, eleito em 1996. Nos últimos dois anos, o total de residências na zona urbana saltou de 300 para mais de 800.

PIAUI VIRA NOVO ELDORADO PARA OS GAUCHOS

Mauro Zafalon

(Folha de S.Paulo, 8 de maio 2005)

Enquanto os do Sul sofrem devido à seca, os que foram para o Nordeste nunca colheram tanto

Tudo o que deu errado para os gaúchos do Rio Grande do Sul nos últimos dois anos está dando certo para os gaúchos do Piauí. No Sul, a seca jogou por terra a produtividade agrícola. No Piauí, o clima nunca foi tão favorável.

Os gaúchos do Sul estão com produtividade de 560 quilos de soja por hectare. Os do Piauí conseguem 3.200 quilos. Por isso, o humor dos produtores do Piauí é bem diferente daquele dos do Sul.

Os sinais da pujança do Nordeste na produção de grãos começam a ficar evidentes nas estradas que levam às novas fronteiras de produção: dezenas de caminhões transportam para as novas fronteiras as colheitadeiras que estão sendo pouco utilizadas no Sul.

Outro sinal são as vendas de máquinas, que continuam crescendo, ao contrário do que ocorre no Sul. Neste ano, crescem 8%, diz Roger Dietrich, revendedor da New Holland em Uruçuí (Piauí).

Enquanto no Sul o produtor vive a indecisão de reduzir ou não a área com soja, no Piauí todos têm uma certeza: vão aumentar a área. Neste ano sobe 20%, taxa que tem sido constante nos últimos anos.

Em tom de brincadeira, Alzir Aguiar Filho, um paraibano que trocou o plantio de abacaxi, na Paraíba, pelo de soja, em Baixa Grande do Ribeiro, no Piauí, diz que os gaúchos do Rio Grande do Sul vão ter que reaprender a plantar soja com os do Piauí.

Uruçuí, uma pequena cidade às margens do rio Parnaíba, é um exemplo dessa evolução das novas fronteiras agrícolas. Há poucos anos, a soja não era cultivada no município. Atualmente são 90 mil hectares. O Piauí, que há cinco anos plantava apenas 62 mil hectares com grãos, deve atingir 240 mil hectares neste ano.

Para o produtor e presidente do Sindicato Rural de Uruçuí, Altair Domingos Fianco, o aumento da área plantada deve continuar, pois o Estado tem quatro milhões de hectares à disposição.

A produtividade é boa na região porque os agricultores aprenderam as primeiras lições no Sul, se aprimoraram no Centro-Oeste e já chegaram “formados e experientes” ao Piauí, diz Fianco.

Antoninho Trento é um deles. Esse ex-caminhoneiro e ex-comerciante de 70 anos iniciou a atividade agrícola em Cascavel (PR), depois foi para Naviraí (MS) e fez o primeiro plantio em Uruçuí na safra 2004/5. Começou com 3.600 hectares de arroz. Neste ano, amplia a área para 7.000 hectares, 3.600 deles com soja.

Irrequieto e atento ao movimento das máquinas que estão no campo colhendo o arroz, Trento olha para o arrozal e diz: “Já sinto o corpo cansado, mas, quando a coisa vai bem, me empolgo”. A empolgação se deve à produtividade, que, apesar de todas as dificuldades do primeiro plantio, supera as estimativas.

Para ampliar a área plantada, Trento recorreu aos filhos Marcos e Peter. Marcos, engenheiro agrônomo, foi o primeiro a seguir o pai para Uruçuí. Peter demorou um pouco mais porque teve de “desmontar” o escritório de advocacia que tinha em Cascavel.

Fianco diz que os primeiros anos da atividade agrícola são os de maior gasto, devido aos investimentos iniciais e à produtividade

menor. Com o passar dos anos, a situação melhora. Nos mil hectares que cultiva, Fianco obteve produtividade média de 51 sacas por hectare em 2003, 52 em 2004 e deve atingir 55 neste ano.

“Devia ter vindo antes”

José Antônio Görden, conhecido na região como Zezão, é um dos pioneiros no plantio de soja. Quando resolveu ir para o Piauí, foi chamado de louco e que perderia tudo. Atualmente, cultiva 10,3 mil hectares no Piauí e 2.100 no Maranhão. Em três anos, deve chegar a 19 mil hectares.

Bem estruturado, inclusive com convênios com Embrapa e Monsoy, Zezão diz que a maior preocupação deve ser “produzir mais com custos menores”, principalmente devido à queda dos preços.

Com um batalhão de 250 empregados, Zezão atua na área de produção de sementes, mistura de adubos e faz a entrega da sua soja diretamente no porto de Itaqui, em São Luís (MA).

A três horas de Uruçuí, por estradas de terra, está o povoado de Nova Santa Rosa, formado por 80 famílias de pequenos produtores, vindos do Sul. Sávio Schröder, que trocou os 20 hectares do Sul por 500 em Uruçuí, é um deles.

O começo foi ruim, diz ele. A produtividade era de apenas 7 sacas por hectare. Em 2004, no entanto, conseguiu 57, produção que não deverá atingir neste ano.

Anacleto Barrichelo, também de Nova Santa Rosa, conseguiu até 75 sacas por hectare em algumas áreas de sua fazenda. Apesar de todos os problemas vividos na região, só tem uma coisa a lamentar: “Pena que não vim para cá dez anos antes”.

HISTÓRIA PECULIAR DE UMA GENTE EM TERRA INÓSPITA

Luiz Sugimoto

(Jornal da Unicamp, edição de 20 de fevereiro a 5 de março de 2006)

Sobre como gaúchos colonizaram o Oeste do Paraná, esquecido por décadas desde a Guerra do Paraguai

Está fazendo 60 anos que 21 gaúchos partiram para uma extenuante viagem até o extremo Oeste do Paraná, só alcançando o destino graças a trilhas abertas pela tropa do Marechal Rondon em perseguição à Coluna Prestes. Eram desbravadores em região inóspita, que iniciaram a demarcação das terras ricas em madeira e de solo roxo, com o propósito de vendê-las a agricultores gaúchos. A notícia correu rápida em Porto Alegre e na Serra Gaúcha, entre famílias sem chance de inserção nas áreas rurais ou urbanas no Estado e que praticavam uma forma histórica de hereditariedade: o filho mais velho ficava com a propriedade, enquanto os mais novos deviam buscar seus próprios meios de sobrevivência – um tanto cruel, pois a família gerava muitos filhos justamente para poder tocar a propriedade.

Em 1940 havia 7.645 habitantes em todo o extremo Oeste do Paraná. A população saltou para 16.421 em 1950 e para 135.697 em 1960. Pesquisa realizada por um grupo de geógrafos em 1958 apontou que este fluxo foi basicamente de gaúchos – vindos do Norte e nordeste do Rio Grande do Sul e também de Santa Catarina – e que naquele ano representavam 69% do total de imigrantes. Ricardo Rippel, professor de economia da UniOeste, já tinha participado de um diagnóstico econômico da área, a pedido da Hidrelétrica de Itai-

pu, quando veio bater no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp para o doutorado em demografia. “Depois de estudar a economia da região, quis saber o que aconteceu com sua população”, justifica.

Rippel, na tese orientada pelo professor José Marcos Pinto da Cunha, esmiúça o peculiar processo de ocupação da última porção geográfica não colonizada do Paraná, seguindo o movimento socioeconômico nacional denominado “Marcha para o Oeste”, deflagrado logo após a revolução de 1930, mas que ali foi estimulado somente com o fim da Segunda Guerra. A peculiaridade, segundo o pesquisador, está no fato de que embora a região tenha atraído grande leva de imigrantes na etapa de ocupação, seu desenvolvimento significou a inversão deste processo migratório, tornando-a área de elevada evasão populacional, em curto espaço de tempo.

NO VÁCUO – “Conquistado para o território brasileiro na Guerra do Paraguai, o Oeste paranaense permaneceu esquecido por muito tempo. Primeiramente porque acabou em mãos de uma empresa da Inglaterra, por conta de dívidas do Brasil com a guerra, e também em função da distância de Curitiba – Toledo e Guaíra, por exemplo, ficam a 500 e 600 km da capital. Foz do Iguaçu, único município até então, fundado em 1914, servia muito mais como colônia militar para proteção da fronteira”, explica Ricardo Rippel. O mapa nesta página mostra o triângulo incrustado entre o noroeste do Paraguai e o norte da Argentina, tendo Santa Catarina e Mato Grosso do Sul como limites nacionais.

A empresa inglesa, que ostentava o nome espanholado de Companhia de Madeiras Del Alto Paraná, explorou madeira e erva-mate nativa até meados da década de 1940, quando desistiu do processo extrativista e devolveu a titulação de propriedade ao governo brasileiro. Foi quando os desbravadores gaúchos, que já vinham exercendo atividades de colonização no oeste de Santa Catarina, souberam que as glebas seriam disponibilizadas a bom

preço e se cotizaram para criar em Porto Alegre a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná, empresa privada de colonização. A intensa campanha de vendas, principalmente junto a descendentes de alemães e italianos na Serra Gaúcha, estimulou grandes fluxos de migrantes para o oeste paranaense.

ECONOMIA – “Inicialmente, a ocupação da fronteira foi calçada na extração de madeira e na própria venda de terras, que geraram uma atividade econômica forte. Depois se plantou um pouco de café (apesar das geadas), o milho e a hortelã, erva bastante utilizada até surgirem os aditivos químicos que substituíram seu óleo natural. Esteve sempre muito presente, também, a criação de suínos, que asseguravam gordura, carne e couro aos colonos”, informa Ricardo Rippel. A partir dos anos 1960, com a modernização agrícola do país e a “revolução verde”, expandiram-se culturas mais fortes, especialmente a soja, o algodão, o trigo e o milho agora produzido em escala tecnológica. A suinocultura se fortaleceu e, na década de 70, cresceu a avicultura.

Foz do Iguaçu era ainda o único município em 1950, mas ao final daquela década haveria mais quatro distritos emancipados: Cascavel, Toledo, Guaíra e Guaraniaçu. Em 70 já eram 21 cidades, até chegar a 50 em 2000. “Esses municípios surgiram em volta de três núcleos urbanos importantes e que comandam a economia da região até hoje, pela ordem: Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo. Cascavel e Foz do Iguaçu estão com cerca de 300 mil habitantes; Toledo tem 107 mil, mas apesar da população bem menor possui uma estrutura industrial muito forte. A agricultura mantém sua importância, mas hoje a economia da região é puxada pela indústria e frigoríficos de suínos e aves. Está em Toledo o maior abatedouro de suínos da América Latina e um dos maiores de aves”, explica Rippel.

O REFLUXO – A mudança no sistema produtivo, segundo o professor, justifica o arrefecimento do fluxo de imigrantes a partir dos anos 60. A adoção de tecnologias avançadas no setor agrícola implicava dispensa de mão de obra intensiva e a exigência de

maior qualificação, o que mudou também o perfil dos imigrantes. “Não se pode esquecer que a região foi ocupada dentro do padrão capitalista, desde as empresas colonizadoras privadas. Para oferecer uma idéia deste rebote, note-se que em 1975 havia 50.267 propriedades de zero a 10 hectares, número que em 1991 caiu a menos da metade, 23.631. As propriedades médias se mantiveram estáveis, de 38.827 para 38.984. Por outro lado, aquelas de 100 a 1.000 hectares, que são as mais avançadas tecnologicamente, subiram de 1.742 para 2.295. A produção que era intensiva em mão-de-obra passou a ser intensiva em tecnologia”, observa Rippel.

Tanto em economia como em demografia usa-se um indicador consagrado que é o número médio de tratores utilizados em uma área agrícola – um trator desocupa uma média de 10 a 12 trabalhadores, e até 19 conforme a cultura. “Esse pessoal foi para os centros urbanos da área, para outras regiões do Estado ou se aventurou em novas fronteiras agrícolas pelo país. Em 1975, o oeste do Paraná registrava 10.216 tratores (segundo o último levantamento disponível), chegando ao triplo em 95, com 31.986. A tecnologia entrou firme e mudou radicalmente o cenário. Se em 1970 tínhamos 80,13% da população da região residindo na zona rural, e apenas 19,87% na área urbana, o quadro em 2000 estava totalmente invertido: 18,4% dos habitantes no campo e 81,6% nas cidades”, descreve.

A expulsão – Em seu trabalho, Ricardo Rippel demonstra que além de um fluxo grande da população do campo para áreas urbanas do próprio oeste do Paraná, atrás de inserção no setor de serviços, aconteceu também importante fluxo intra-regional para municípios circunvizinhos, outro intra-estadual, principalmente com destino à Região Metropolitana de Curitiba e áreas de Londrina e Maringá, e o movimento emigratório para outros Estados, como o interior de São Paulo e novas fronteiras que se abriam no Mato Grosso do Sul e Rondônia. “É interessante que muitos também seguiram as trilhas de volta para Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O oeste do Paraná, que segundo o IBGE era considerado um dos maiores pontos

de absorção migratória ainda em 1979, tornava-se uma região de expulsão”, constata o professor da UniOeste.

Mudam a paisagem e o perfil da população

No oeste do Paraná, o cenário deixou de ser predominantemente agrícola há bom tempo. Mudou o cenário e o perfil dos imigrantes. No período de 1960 a 70, entre os chefes de família de imigrantes, 37,5% não tinham qualquer instrução e 45,2%, o primário incompleto; apenas 14,9% chegaram ao ginásio, 1,2% completaram o colegial e 1,1% ostentavam diploma superior. Mas entre 1990 e 2000, os sem instrução estavam reduzidos a 8,3% e, na outra ponta, 26% dos descendentes de imigrantes detinham o ensino superior.

O professor Ricardo Rippel afirma que a região superou algumas de suas dificuldades, que do fim dos anos 80 até meados dos 90 provocaram um fluxo importante de emigrantes para outros Estados ou outras regiões do Paraná, por necessidades de saúde, educação ou inserção no mercado. “Hoje temos três núcleos urbanos muito fortes (Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu), com bom padrão de desenvolvimento e que conseguem prestar serviços de qualidade à população regional. Dentre as dez cidades com os melhores IDH (índice de desenvolvimento humano) do Estado, quatro estão na região. Cascavel, é o terceiro maior centro médico do Paraná, atendendo inclusive a demandas do noroeste da Argentina e da área fronteira com o Paraguai”, exemplifica.

De acordo com Rippel, ao mesmo tempo em que o oeste paranaense se desenvolveu economicamente, com crescente participação da indústria e do setor de serviços, foram criados pólos de ensino e pesquisa de bom nível, como a estadual UniOeste e a privada Unipar, além da Universidade de Tuiuti e a Uniamérica de Foz do Iguaçu. “Creio que o oeste do Paraná encontra-se em momento de acomodação. Pode-se dizer que atualmente é uma região de transição, apresentando uma circularidade migratória interessante. Perdemos indivíduos, ainda, mas se vão aqueles com menos qualificação e vêm mestres e doutores”.

PRONUNCIAMENTOS SOBRE O ÊXODO

PRONUNCIAMENTO EM 4 DE AGOSTO DE 1970

Pronunciamento durante o Grande Expediente, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul

Senhor Presidente e Senhores Deputados, os jornais noticiam em manchete, nestes últimos dias, que foram extintos o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário e que os mesmos foram fundidos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Engraçado, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o que vem acontecendo, neste País, de abril de 1964 até esta data, em termos de reforma agrária. Primeiro se diz que antes de 1964 o que se fazia era agitação agrária, mas que o Governo havia de fazer uma autêntica reforma agrária, e no meio de muitas festas se deu ênfase ao trabalho que fazia o IBRA —, Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e o INDA, Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário. E, no meio de muita ênfase, se alterou a Constituição neste artigo que afirmava que somente se poderiam desapropriar terras mediante pagamentos à vista, alterando-se, prometendo-se o pagamento em títulos da dívida pública. Então, se esperava de fato uma reforma agrária. Antigamente nunca houve nesse País um Governo com tanta força e com tanta autoridade política e militar. Tem o Governo uma Bancada no Congresso Nacional fidelíssima, tranqüila, para dar-lhe maioria como lhe tem dado em qualquer projeto, mesmo em se tratando de projeto para o qual a Bancada não tenha maior inclinação. No entanto, o que nós temos visto neste país, em termos de reforma agrária, é pouco mais do que nada, absolutamente

nada. É verdade que estourou o escândalo do Ibra há uns tempos atrás, quando, em fatos lamentáveis para todos nós, o Ministro da Agricultura de então e o Presidente do Instituto, trocaram ofensas pelos jornais. É verdade que o Ibra comprou um avião a jato, pagando milhões de cruzeiros, não podendo justificar à opinião pública que a reforma agrária, para ser instituída, necessitava da existência de um avião a jato. É verdade que, naquela troca de ofensas que à época houve pelos jornais, se acusou o Ibra da compra de uma série de imóveis no Rio e em São Paulo e que não se entendia e não se compreendia o porquê da compra de imóveis em São Paulo e no Rio de Janeiro para fazer-se a reforma agrária. É verdade que um Diretor do Ibra respondia que o Senhor Ministro da Agricultura estava revoltado contra ele porque ele desejava desapropriar algumas terras no Estado do Paraná e que lá estava o interesse do Ministro da Agricultura e que, para evitar a Expropriação, fazia tudo aquilo. Nós nos lembramos porque foram muito debatidas nesta tribuna as manchetes dos jornais naquela oportunidade, quando se falava em termos de irregularidades ocorridas no Instituto de Reforma Agrária. De lá para cá, o Ibra e o Inda deixaram de ser notícia de jornal. Pouco ou nada se passou a falar neles porque na verdade pouco ou nada fizeram. Aqui, no Rio Grande do Sul, nós temos um projeto muito importante que é o chamado projeto do Banhado do Colégio.

TERRAS PRODUTIVAS

Foi ele elaborado no Governo do Governo do Senhor Ildo Meneghetti, sendo Presidente da República o Senhor Castello Branco. Foi feita pelo Igra prevendo a reforma agrária, prevenindo a instituição da reforma agrária em terras fertilíssimas do Rio Grande de Sul, nas quais o Governo Federal já investiu milhões e milhões de cruzeiros. Alguns técnicos internacionais aprovaram com louvor esse projeto, achando-o excepcional. Excepcional porque são terras altamente produtivas, à beira da estrada federal,

porque lá existem obras de irrigação conhecidas pelo próprio poder público, porque estão perto do mercado de consumo, estão a poucos quilômetros de Porto Alegre. Este projeto, que teve a aprovação de órgãos internacionais, que o Igra apresentou, que o clero Rio Grande aprovou unânime, que Dom Vicente Scherer aprovou com louvor, sobre ele nem mais uma palavra. E agora morre o Ibra e morre o Inda. Aqui surge um novo órgão, mais um. Mas a verdade é que de 1964 até hoje lá se vão mais de seis anos e, em termos de reforma agrária neste País, pouco mais do que nada. - É uma pena que isto esteja acontecendo. É uma pena que o Governo, que é forte, que tem força para pôr em execução uma autêntica, real, democrática e cristã reforma agrária, sem agitação e sem violência, mas tranqüilamente, sem perseguição, uma reforma agrária, visando a trazer para a realidade brasileira aquelas terras improdutivas ou que não têm rendimento nada faça nesse sentido. É verdade que agora se lança à construção da Transamazônica, uma obra realmente muito importante que visa ligar o Nordeste e o Norte com o Oeste saindo ali das margens até o Acre e o Amapá, estrada que tem realmente a aprovação de todo o Brasil, se bem que algumas vozes no Congresso Nacional, ou pelo menos um pronunciamento que li num jornal do Rio de Janeiro, falava na construção daquela estradas porque se descobriu a existência de minério no Amazonas e que o fito principal seria possibilitar a venda do minério do Amazonas, como porta de exportação pois sabemos nós que estamos vendendo em grande escala o nosso minério para o Exterior. Até argumentava aquele Deputado Federal que a construção da Transamazônica teria mais este objetivo do que equacionar a mudança dos nordestinos para um lugar onde possam progredir e prosperar.

Mas a verdade em termos de reforma agrária morreu o Ibra e morreu o Inda. Nada deixaram atrás de si a não ser algumas manchetes escandalosas alguns anos atrás. Nada deixaram de útil nem de positivo.

O interessante é que as grandes manchetes, as grandes discussões da época eram exatamente sobre a importância de que o Ibra e o Inda fossem dois órgãos diferentes. O Inda seria um órgão que visava a uma política agrária em termos, por exemplo, de preços mínimos, em termos de estradas: em termos de armazenamento, em termos de adubos, em termos de financiamento, em termos de preços justos. O Ibra deveria ser diferente. O Ibra deveria ser destinado apenas a dar terra a quem não a possuísse. E argumentavam, em grandes loas, na época, que era importante que fossem dois órgãos, porque, apesar, dos dois órgãos se referirem à terra e seu melhor aproveitamento, era importante que o Ibra cuidasse apenas do aspecto da distribuição da terra e que o Inda cuidasse do seu melhor aproveitamento. Agora, algum tempo depois, voltamos à estaca zero. Aquilo que se tinha criado com grandes manchetes, que se tinha criado como uma grande vantagem conquistada após, 64, volta, repito. à estaca zero, e se volta a criar um único órgão, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Produzirá ele melhores efeitos? Não sei, não tenho muita esperança. Trará ele de fato melhor distribuição no problema da terra no Rio Grande e no País? Não sei, não posso acreditar muito antes de ver dados positivos.

NADA DE POSITIVO

Mas, não poderia, Senhor Presidente e Senhores Deputados, deixar de vir à minha tribuna quando desaparece o Ibra e o Inda para, em nome de minha bancada, lamentar profundamente em termos de matéria tão importante, qual seja a reforma agrária, aquela que foi considerada a reforma das reformas e sobre a qual tantos e importantes estudos já foram feitos, lamentar que se fale tanto, se discuta tanto, surja uma lei, mas que nada, absolutamente nada de positivo, seja feito. Sobre esta matéria existe um Ato Complementar do Presidente Artur da Costa e Silva. Quando a imprensa publicou aquele Ato Complementar - não recordo o nú-

mero, parece que foi 39, não tenho a certeza – parecia que tinha soado a hora de desenvolver-se o problema agrário neste país. Ele era radical, complementar, absolutamente completo, ele apresentava matéria em termos de oferecer instrumento ao Governo para realizar o problema da reforma agrária. Lamentavelmente, é mais um Ato que caiu no vazio, mais uma lei que ficou no papel. Já disse desta tribuna – se não me engano, o Deputado Fernando Gonçalves – e disse bem, que o problema é que existem leis demais neste país em termos de reforma agrária e o que tem que existir agora é a intenção de fazê-la ou não, o ato político do Governo de querer concretizá-la ou não. Isto é o que está em jogo e ao que parece não há muito boa vontade do Governo em concretizá-la e não havendo boa vontade do Governo em concretizá-la, tivemos então esta sucessão de lei substituindo lei, decreto substituindo decreto, órgão substituindo órgão, a cada um se dá um prazo, de seis meses, um ano, cento e vinte dias, cento e oitenta dias para apresentar estudos e para iniciar seus trabalhos. Tudo para passar o tempo. E o tempo foi passando e, infelizmente, em termos de reforma agrária, nada foi feito, absolutamente nada. Analisando o problema do Rio Grande do Sul, ele foi inclusive considerado área prioritária para a reforma neste país. Considerado foi o Rio Grande do Sul como área prioritária. A muitos pareceu estranho. Por que o Rio Grande do Sul seria área prioritária para reforma agrária? Não há razão, pois o Rio Grande do Sul é um Estado onde existem, inclusive, grandes áreas de pequenas propriedades de terra, de minifúndios. Por que o Rio Grande do Sul foi, na época, considerado área prioritária? Fácil a explicação, muito fácil: é que o Rio Grande do Sul tem exatamente este problema, que é o problema do minifúndio. Aí está uma das questões que o nosso Governo atual, de modo especial, parece não entender. O Rio Grande do Sul foi, no passado, considerado o celeiro do Brasil. Já não o é, se contemplamos esse triste quadro: o Rio Grande do Sul comendo artigos primários: verduras, frutas e ovos vindos de

São Paulo. É que há uma crise muito grande no interior do Rio Grande. A Colônia, outrora rica, outrora fértil, não o é mais, baseada na política econômico-financeira deste País, de um lado, que permitiu que os produtos industrializados aumentassem constantemente e permanentemente e que vive permanentemente tabelando os produtos primários que o Rio Grande do Sul produz. Tudo aquilo que precisamos para produzir, quer produtos industriais, quer insumos para agricultura e pecuária, que é produzido por São Paulo, aumenta a cada dia, e o Governo permite, de braços cruzados, que isso aconteça. Todavia, na hora em que produzimos o nosso arroz, o nosso trigo, a nossa carne, o nosso soja, a nossa banha, o Governo tabela, e tabela injustamente, porque, ao tabelar aquilo que produzimos, a proporção não é igual ao aumento daquilo que precisamos para produzir. Então, há essa injustiça que determinou o empobrecimento do Rio Grande do Sul. Por outro lado, as famílias do interior do nosso Estado, notadamente da zona de pequenas propriedades, a zona da minha região, Caxias, Bento Gonçalves, Garibaldi, Flores da Cunha, Antonio Prado, Farroupilha, Carlos Barbosa, Nova Prata, Veranópolis ou a zona das pequenas propriedades de colonização alemã ou mesmo, tanto uma como a outra, vivem, hoje, um problema realmente sério. Primeiro por causa do que disse: a injustiça feita ao produto do Rio Grande. Por outro lado, se fez no Rio Grande do Sul há um século uma autêntica reforma agrária, porque o Governo do Rio Grande de há cem anos atrás trouxe imigrantes italianos e alemães e deu a eles um pedaço de terra para trabalhar, onde podiam produzir e produziram. Fizeram um autêntico milagre. Sem estradas, sem dinheiro, sem assistência à saúde, plasmaram eles uma civilização na zona de colonização alemã e na zona de colonização italiana. Mas famílias numerosas, de pais para filhos, dividiram as propriedades a tal ponto, que se verifica que há hoje propriedades de cinco, dez, doze hectares, onde existem famílias realmente numerosas que não podem trabalhar e produzir para todos. Então se verifica o que está

acontecendo no Rio Grande: de um lado, zonas de minifúndio, de pequenos propriedades onde as famílias que se vão formando e desejam progredir saem do Rio Grande e vão produzir uma nova civilização em Santa Catarina, Paraná e agora no Sul de Mato Grosso e até no Paraguai. Enquanto isso acontece. O Rio Grande tem extensas zonas de latifúndio, principalmente na zona de fronteira. Por esta Por esta razão é que o Rio Grande foi colocado como área prioritária de reforma agrária. O Rio Grande do Sul tem o que é mais importante para se fazer uma Reforma Agrária: material humano e mão de obra especializada; mão de obra que nasceu cultivando a terra, que cresceu cultivando a terra, que viveu cultivando a terra, que conhece a terra e que, conseqüentemente, é uma mão de obra para a qual, dando-se um pedaço de terra, facilmente haverá de produzir, desenvolver e prosperar. Por esta razão, é que, ao se estabelecerem as áreas prioritárias de Reforma Agrária, deu-se ao Rio Grande do Sul uma posição de prioridade. Hoje, isto caiu em esquecimento e o Rio Grande do Sul não é mais considerado área prioritária para Reforma Agrária.

GRANDES PROPRIEDADES

O atual Ministro da Agricultura, que antes de ser Ministro era Presidente da Farsul, conhece como ninguém o problema do Rio Grande do Sul, se bem que é verdade que S. Exa. é mais ligado à zona das grandes propriedades do que à zona de minifúndio. Como Presidente da Farsul, Sua Excelência representou a área dos grandes proprietários de terra e não a do minifúndio. Não sei o ponto de vista de Sua Excelência, mas não me parece que hoje Sua Excelência, no Ministério da Agricultura, defenda a tese de que o Rio Grande do Sul deva ser considerado área prioritária para Reforma Agrária. Então teremos, daqui para o futuro um novo órgão criado que não é mais nem Ibra nem Inda. É o Incra. Este novo órgão vai procurar fazer alguma coisa para encher as páginas dos jornais. Mas duvido muito, e muito mesmo, que ele faça

algo a que, autenticamente, se possa chamar de Reforma Agrária. Chega agora a este Plenário o Deputado Fernando Gonçalves. Já havia feito, em meu pronunciamento, referência a Sua Excelência, exatamente ao projeto do litoral sul, projeto que visava realizar um plano de Reforma Agrária em nosso Estado. Dizia eu, ilustre Deputado, que aquele projeto encontra-se arquivado; onde, não sei. Dizia eu que se trata de um projeto excepcionalmente importante ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul e que, lamentavelmente, encontra-se arquivado. Digo que os técnicos dos organismos mundiais aplaudiram o referido projeto, considerando-o altamente viável e útil à economia do Estado e que, infelizmente, não temos a mínima idéia de quando será executado. Dizia eu, inclusive, repetindo afirmativas de muitos Senhores Deputados, inclusive de Vossa Excelência, que, em temos de reformara agrária o que falta neste País é uma tomada política de decisão de, de querer realizá-la. Infelizmente, parece que não querem e, portanto, assim ficaremos. Cria-se um órgão, extingue-se outro; revoga-se lei, cria-se outra, mas tudo, absolutamente tudo, fica no papel. Repare, Senhor Presidente, volto a repetir, seria fácil para o Governo tomar uma decisão, muito fácil. Nunca, como hoje, foi tão difícil a quem quer que seja externar o seu ponto de visto contrário à realidade do País. Falou-se que antes de 1964 havia agitação dos sem-terra ou a demagogia de páginas de jornais: hoje, não há nada disso. Hoje, de vez em vez, uma pessoa fala sobre este problema cruciante. Era uma matéria que aparecia em primeira ordem de debates, que aparecia em primeira ordem de discussão, nos parlamentos, nas câmaras municipais, nos congressos de estudantes, nos congressos de trabalhadores: hoje, é uma matéria esquecida sobre a qual pouco ou nada se fala. É matéria que parece que ninguém quer discutir, matéria que, de vez em quando, aparece como notícia em jornal. É verdade que logo de saída, repito eu, vieram as atitudes bombásticas do Governo dando a entender que agora ela deveria sair. Confesso com toda honestidade que fui um dos que acreditou até que ela se concretizasse, ao ver o ato complementar,

que alterou a Constituição, retirando a obrigatoriedade do pagamento em dinheiro das desapropriações. Hoje, todavia, não sou mais aquele homem confiante nela, ao contrário, digo com toda a honestidade: não tenho muitas esperanças do que fará o Incra. Reuniu ele o Ibra e o Instituto Nacional de Reforma Agrária, num só órgão. O Ibra existindo isoladamente deixava muito à margem a não realização de qualquer coisa por parte dele. porque se ele era exclusivamente um órgão que existia para fazer Reforma Agrária em termos de distribuição de terras, já que o resto era da competência do Inda. Não o fazendo nada soava muito mal para a opinião pública, pois era um órgão que existia sem concretizar qualquer coisa que fosse. Agora não, reunido os dois órgãos, Ibra e Inda. num só, tudo o que realizarem parecerá à opinião pública que estão fazendo alguma coisa: uma política de melhoria de casa, uma melhor distribuição de crédito agrícola de crédito agrícola, uma melhor política de preços, enfim, qualquer coisa que venha a favor do homem do interior, feita pelo Incra será logo considerada uma realização em termos de Reforma Agrária.

Sabemos que é bem diferente. O Deputado Fernando Gonçalves e eu, sabemos que é bem diferente, infelizmente as coisas ficaram assim. É uma pena, é muito triste que aconteçam assim as coisas neste País, porque seria muito melhor para o Governo, muito melhor para a povo, muito melhor para a Nação que as coisas acontecessem diferentemente e que, já agora, pode-se dizer, sem agitações e agora, pode-se dizer, sem qualquer demagogia, o Governo pudesse fazer alguma coisa e pudesse implantar uma autêntica Reforma Agrária, cristã e democrática neste país, uma reforma agrária que pudesse dar condições de produtividade à terra neste País, uma Reforma Agrária que desse melhor oportunidade de aproveitamento da terra neste País.

FUTURO

E escutem Vossas Excelências o que estou dizendo: daqui para o futuro, cada vez mais se falará menos em reforma agrária; cada

vez mais esse será um assunto menos debatido em qualquer lugar; cada vez mais os jornais terão menos espaço para essa matéria e as coisas continuarão como estão no Rio Grande e no Brasil. Será a melhor maneira de se resolver um problema esquecendo-o? Será a melhor maneira de se solucionar uma questão social, olvidando-a? Não sei. A mim parece que não; a mim parece que o Governo estaria agindo muito melhor se, com coragem e decisão, tomasse uma posição que não fosse evidentemente e nem se poderia esperar do Governo uma posição radical de reforma agrária, mas que fosse uma posição de início de solução para o problema do minifúndio no Rio Grande do Sul, urna posição de início de solução para o problema de Minas Gerais, uma posição do início de solução para o problema do Nordeste. Mas, prefere o Governo nada fazer, tudo olvidar e tudo relegar ao esquecimento.

Digo, Senhor Presidente, que não rezo pela memória do Ibra ou do Inda; morrem sem deixar nada de útil, de positivo para marcar suas existências. Desaparecem como viveram, sem qualquer vestígio positivo de suas existências. Mas também não posso, com euforia, com alegria, saudar o nascimento de outro órgão, e isso porque não sei se substituindo-se o Ibra e o Inda pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária se estará fazendo qualquer coisa de útil. Não será a mudança de um órgão para outro que significará que algo melhor será feito. Para nós, se resume num ato burocrático que nada soma, talvez até diminua. Não posso, mesmo que o quisesse, dar as boas vindas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; não posso nem fazer o que fiz quando veio o Estatuto da Terra, quando ocupei esta tribuna, na ocasião, dizendo que era um instrumento útil e que poderíamos receber como um instrumento bom porque lá, naquela época, há anos atrás, podemos acreditar que não tendo um instrumento legal, passando ele a existir ao lado de um órgão técnico, as coisas saíssem melhor. Não saíram. Fraudadas foram as esperanças daqueles que imaginavam que saíssem! Por esta razão, a mudança de nome, a mudança de um órgão por outro, a extin-

ção de um órgão e a criação de outro é muito pouca coisa para se dizer que, agora, sim, haveremos de ter realizações concretas. Esses dados concretos, em nossa opinião, só poderão aparecer quando existir uma atitude política, uma tomada de posição, uma definição do Governo dizendo: “vamos fazer, vamos realizar, vamos concretizar”, porque no momento que existir esta disposição, Senhor Presidente, de fazer, com o atual órgão ou com os anteriores, com as atuais leis ou modificando-as, o Governo tem o instrumento, a força e o poder de concretizar aquilo que desejar. Por enquanto, Senhor Presidente, apenas isto: um órgão substitui outro! Mas, em termos de esperança, permanecemos como estávamos antes: na expectativa de que o tempo continue a passar e a questão continue relegada ao esquecimento.

PRONUNCIAMENTO EM 27 DE OUTUBRO DE 1970

Pronunciamento Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em aparte ao Deputado Alfredo Hofmeister

Nobre Deputado, para que V. Ex^a não fique tão arrepiado, vou lembrar um aspecto que me chamou a atenção. O *Correio da Manhã* publicou que colonos do Rio Grande do Sul serão levados para a Transamazônica porque lá há terras e, assim, terão melhor oportunidade de se desenvolverem. Quero dizer a V. Ex^a que amanhã abordarei este assunto daqui, dessa tribuna, porque me preocupo muito com ele. Nobre Deputado, o Rio Grande do Sul assiste com preocupação a esse quadro que está se desenvolvendo: primeiro, colonos do Rio Grande do Sul saindo para Santa Catarina; depois, lá criaram uma nova civilização no Oeste Catarinense; depois, foram para o Paraná e V. Ex^a sabe muito bem que existem cidades no Paraná onde somente se lêem jornais gaúchos., ouve-se rádios gaúchas e onde somente se torce para o Grêmio ou para o Internacional, pois são cidades constituídas exclusivamente de gaúchos; depois, foram para o Mato Grosso; e também foram para o Paraguai e, agora, recebo a notícia com uma declaração do Sr. Secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul, na qual diz que aqui não há terras e que é lógico que vão para a Transamazônica.

Vejo isso, Nobre Deputado, com grande preocupação, porque, se de um lado, como brasileiro é muito bom, é muita interessante a ida deles para levar o progresso, para levar a cultura para Transamazônica, por outro, é o êxodo do Rio Grande do Sul para

fora que continua a se desenvolver.

O SR. ALFREDO HOFMEISTER – Nobre Deputado, ainda mais uma vez, quando falo em Transamazônica, nas resoluções, nas definições dos problemas da Amazônia, realmente fico arrepiado, porque conheço a Amazônia, sei o que representa em grandiosidade, de impressionante riqueza, não apenas florestal, mas em vários setores. E com relação a esses assunto de gaúchos na Transamazônica, Nobre Deputado, a *Folha da Tarde* de ontem, dia vinte de outubro de 1970, com o título “Gaúchos na Amazônia”, traz um editorial e, neste editorial, faz referências à ida de cinquenta famílias; louva a idéia e diz, a certa altura, “seu aproveitamento nesta empresa sem precedentes fundamenta-se na circunstância que os agricultores sul-rio-grandenses, com a experiência de que são possuidores, poderão servir de exemplo a outros colonizadores que lá se estabelecerão, facilitando as tarefas pioneiras”.

Quer dizer, vai a contribuição de 50 famílias do Rio Grande do Sul exaltada pela “Folha da Tarde”, em seu editorial de ontem, dizendo que essas 50 famílias vão levar a experiência da agricultura rio-grandense. Isto é um orgulho, é uma honra para nós, gaúchos, poder dar aos nossos irmãos do Nordeste a contribuição de uma experiência que nós conseguimos de estrangeiros. E é por isso que está bem empregada a frase. Trata-se de um verdadeiro imperialismo interno esta conquista da Amazônia pelos brasileiros, seja do Rio Grande do Sul, seja de Santa Catarina ou do Paraná.

Quero ainda afirmar que o movimento não é só do Rio Grande. Querem levar famílias de todos os Estados do Brasil para a colonização da Amazônia, porque a Amazônia é um mundo vazio que precisa de gente para o seu aproveitamento.

PRONUNCIAMENTO EM 11 DE SETEMBRO DE 1971

Na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Senhor Presidente, Senhores Deputados: Qualquer solução que tire os agricultores que reivindicam terra no Rio Grande do Sul serve para o Deputado Alexandre Machado. Qualquer solução, que vão os colonos para a Amazônia ou para o Paraguai, como estão indo, serve ao Deputado Alexandre Machado. O que o apavora é falar em reforma agrária no Rio Grande do Sul. O que o apavora são projetos como o do Banhado do Colégio, que colocava os agricultores em terras conquistadas pelo poder público. Com o dinheiro público e que por iniciativa do Deputado Alexandre Machado, que lutou veementemente desta tribuna, o Governo do Estado adotou a sua posição, e o projeto do seu Colega de Bancada Deputado Fernando Gonçalves, que instituiu o projeto do litoral sul, com milhares de hectares, foi arquivado e as terras foram entregues aos grandes fazendeiros, aliás, dos quais o Deputado Alexandre Machado é o grande defensor, desta tribuna. Vão para a Amazônia; vão para o Paraná; vão para Santa Catarina. vão para o Uruguai, vão para onde quiserem, mas não reivindicuem terras no Rio Grande do Sul. Esta é a tese patriótica, do Deputado Alexandre Machado, que, aliás, se revela de péssima memória porque, em termos de Amazônia, foi no Governo do Senhor Juscelino Kubitschek que se teve a grande iniciativa de olhar para a Amazônia, com a construção da Belém – Brasília; a primeira vez que se construiu uma estrada daquele

gabarito, a chamada “Estrada das Onças” e que hoje realmente está cheia de povoações. Foi no Governo, antes da Revolução, do Senhor Juscelino Kubitschek que se iniciou o grande traçado da estrada Brasília – Território do Acre, com o mesmo significado, e com o mesmo conteúdo. Não! A favor da Amazônia somos muitos. E protestamos realmente desta tribuna, com o silêncio do Deputado Alexandre Machado, quando denunciávamos que permanentemente estrangeiros mais adquiriam terras na Amazônia e que existia uma série de campos de aviação clandestinos no Brasil que levavam inclusive a riqueza nacional para fora do País. Isto, nesta tribuna e no Congresso Nacional, muitas vezes foi dito, com o silêncio do Deputado Alexandre Machado, que agora se apresenta como um grande defensor da Amazônia.

Mas quero formular o meu protesto mais veemente contra as acusações feitas pelo Deputado Alexandre Machado ao agricultor do Rio Grande do Sul que foi em busca de terras. Sua Excelência, em última análise, disse que lhes falta patriotismo, que não tinham alma de pioneiros, que não tinham dimensão, que foram em busca de água encanada, que foram em busca de casa própria e que, encontrando dificuldades, de lá voltaram. Quero crer que o passado do homem do interior do Rio Grande do Sul é uma amostra mais do que suficiente do seu valor e da sua dinâmica. Olhando para o interior do Rio Grande, vamos realmente ver, na zona da colonização alemã e na zona de colonização italiana, o trabalho pioneiro que desenvolveram; e não suficiente e não contentes foram levar o desenvolvimento pioneiro em terras praticamente, até então abandonadas e desconhecidas do progresso que fizeram no interior do Rio Grande, saíram daqui e foram desbravar Santa Catarina e lá está, numa vasta zona das mais férteis, o trabalho pioneiro do Rio Grande do Sul, do colono do Rio Grande do Sul, do homem do interior do Rio Grande do Sul. Quem for ao Paraná, irá identificar uma vasta zona que ouve a rádio do Rio Grande do Sul, que lê jornais do Rio Grande

do Sul, que se interessa por Grêmio e Internacional, porque são sul-rio-grandenses, filhos daqui que para lá foram. E do Mato Grosso e do Paraguai, quanto se poderia dizer! A tese não é esta. O Governo Federal foi muito claro quando falou em abrir a Transamazônica para resolver os problemas do Nordeste, para levar para o Norte aqueles milhares e milhares de nordestinos que, em busca de melhor sorte, vinham em direção ao centro, trazendo extraordinários problemas para as grandes cidades. A Transamazônica era destinada a atender ao nordestino. Quanto a nós, do Rio Grande do Sul, temos realmente uma mão de obra. Os adversários da reforma agrária dizem que não adianta dar terras, mas que se precisa de gente adaptável, que tenha condições de cultivar a terra. Isso, realmente, não se aplica ao Rio Grande do Sul. O problema do minifúndio é, talvez, o maior problema do Rio Grande do Sul, mas alguns querem resolvê-lo desta maneira: apanhem-se os gaúchos e levem-nos para outras terras, sejam elas quais forem. Aliás, o Governo, de braços cruzados, assistiu; de certa forma, assistiu feliz a saída desses homens para outros Estados. E se pergunta: mas tudo é Brasil e se somos brasileiros devemos bater palmas para que isso aconteça, porque vão cultivar outras áreas. Mas acontece que a melhor maneira de colaborar com o Brasil é desenvolvermos o que é nosso, o Rio Grande do Sul também é Brasil! E, aqui, reparem Vossas Excelências, não é o Deputado Pedro Simon, nem a Bancada do MDB, o Governo da chamada revolução é que instituiu o Rio Grande do Sul, na época, como área prioritária de Reforma Agrária. O Rio Grande do Sul foi colocado pelo Governo Federal como área prioritária e Reforma Agrária. E, agora, o que se faz? Cria-se uma companhia, uma cooperativa inédita neste País para arregimentar os agricultores para irem para outras regiões, notadamente para a Amazônia. O Senhor Coordenador do Incra teve a coragem de dizer que fez às pressas e que levou pessoas que não estavam preparadas para a Amazônia. Agora se faz assim, assim se

resolve o problema da Reforma Agrária na área prioritária do Rio Grande do Sul e ainda se vem a esta tribuna humilhar aqueles que, cheios de idealismo, espírito público e de desejo de acertar para lá se dirigiram e que, levados pelas dificuldades que encontraram, de lá voltaram. Dizer que não têm alma, dizer que não são dignos do pioneirismo dos grandes pioneiros, não sei, Senhor Presidente. Deve ser analisado sob este aspecto, e analisá-la entre a infinidade das promessas e a realidade, que lá encontraram.